

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATICA DE SÃO PAULO**

**PUC-SP**

**SOLANGE APARECIDA DE LIMA**

**A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária:  
um estudo de caso**

**Mestrado em Psicologia Social**

**SÃO PAULO**

**2018**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP**

**SOLANGE APARECIDA DE LIMA**

**A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária:  
um estudo de caso**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Odair Furtado

**SÃO PAULO  
2018**

732 LIMA, Solange Aparecida de  
A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de  
Cooperação de Economia Solidária: um estudo de caso  
/ Solange Aparecida de LIMA. -- São Paulo: [s.n.],  
2018.  
173p. ; cm.

Orientador: Prof. Dr. Odair Furtado.  
Tese (Doutorado em Psicologia Social)-- Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo, Programa de  
Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, 2018.

1. Redes de Cooperação de Economia Solidária. 2.  
Economia Solidária. 3. Políticas Públicas para a  
Economia Solidária. 4. Dimensão Subjetiva. I.  
Furtado, Prof. Dr. Odair. II. Pontifícia  
Universidade Católica de São Paulo, Programa de  
Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social. III.  
Título.

**Nome:** LIMA, Solange Aparecida

**Título:** A Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária:  
um estudo de caso

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Odair Furtado

**Aprovada em:** \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Odair Furtado

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa. Dra. Cris Fernández Andrada

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Fábio de Oliveira

Universidade de São Paulo

## **O SAL DA TERRA**

Beto Guedes e Ronaldo Bastos

Anda!

Quero te dizer nenhum segredo  
Falo desse chão, da nossa casa  
Vem que tá na hora de arrumar

Tempo!

Quero viver mais duzentos anos  
Quero não ferir meu semelhante  
Nem por isso quero me ferir

Vamos precisar de todo mundo  
Pra banir do mundo a opressão

Para construir a vida nova  
Vamos precisar de muito amor  
A felicidade mora ao lado  
E quem não é tolo pode ver  
A paz na Terra, amor  
O pé na terra  
A paz na Terra, amor  
O sal da

Terra!

És o mais bonito dos planetas  
Tão te maltratando por dinheiro  
Tu que és a nave nossa irmã

Canta!

Leva tua vida em harmonia  
E nos alimenta com teus frutos  
Tu que és do homem, a maçã

Vamos precisar de todo mundo  
Um mais um é sempre mais que dois  
Pra melhor juntar as nossas forças  
É só repartir melhor o pão  
Recriar o paraíso agora  
Para merecer quem vem depois

Deixa nascer, o amor  
Deixa fluir, o amor  
Deixa crescer, o amor  
Deixa viver, o amor  
O sal da terra

*(...) a sociedade justa por que lutamos precisa ser construída desde já, na barriga do atual sistema. Nesse processo, trata-se de ocupar 'interstícios' e multiplicar 'implantes' de uma convivência solidária no interior da sociedade injusta em que nascemos e lutamos. (...). Solidariedade é uma palavra saborosa que vale como aposta radical na generosidade do ser humano e em sua capacidade de ver o semelhante, o outro, como parceiro e amigo – não como rival e competidor.(...) é possível construir circuitos eficientes de economia não-capitalista no transcurso da prolongada marcha histórica que permitirá ao ser humano – no tempo e no ritmo que se mostrarem adequados depositar a mentalidade possessiva que é própria do capitalismo na mesma prateleira em que já estão arquivados o feudalismo e a escravidão.*

*Luiz Inácio Lula da Silva*

(Orelha da capa do livro do Prof. Dr. Paul Israel Singer,  
Introdução à Economia Solidária SINGER, P. I. 2002)

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a memória das pessoas muito queridas do meu convívio, que deixaram de existir em matéria, mas a alma e o espírito continuarão presentes a cada lembrança.

Ao longo do último ano, meu irmão José Luiz, a amiga/irmã Patrícia Faria, Jovino Camargo Jr e o nosso grande mestre Professor Dr. Paul Israel Singer.

Estas pessoas donas de saberes especiais com quem tive o privilégio de viver, partilhar e compartilhar momentos da vida, não souberam o quanto contribuíram para a minha evolução como o ser humano que me tornei, com cada um aprendi coisas especiais e vivi momentos especiais que a vida nos proporcionou ... na lembrança deles, me conforto na frase da poesia de Santo Agostinho, que diz: “Eu não estou longe, apenas estou do outro lado do caminho ...”, deles e dela, ficaram muita saudade, ensinamentos, gratidão e a honra por ter tido o privilégio de contar com estas pessoas na minha vida.

Também dedico às futuras gerações representadas aqui pelo meu filho Gustavo e pelos filhos e filhas, dos nutenses e nutelas (integrantes do NUTAS), gerados neste período de luta e resistência, eles que herdarão o que conseguirmos construir, que eles herdem também a coragem, a garra, a vontade de lutar e resistir para continuarem a nossa luta por democracia, justiça social, equidade, cooperação e solidariedade.

Agradeço à CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu querido mestre e orientador prof. Dr. Odair Furtado a quem não tenho palavras para agradecer o acolhimento desde as minhas primeiras articulações para a criação de uma Incubadora de Cooperativas da PUC-SP, quando o mestrado ainda estava longe de ser um sonho, por todo apoio ao longo da minha formação, pela possibilidade de organizarmos um livro, pelo carinho e paciência em me orientar e ter me conduzido a este momento precioso da vida.

Ao Núcleo de Estudo e Pesquisa do Trabalho e Ação Social (NUTAS), que me acolheu nesse processo de aprendizagem, pelo carinho e amizade de todos pesquisadores em especial aos que convivemos nos períodos de aulas e atividades acadêmicas: Andreia, Adriana Eiko, Adriana Recher, Bia, Camila, Carla, Daniel, David, Flávia Eugênio, Guilherme, Laís, Leandro, Lidiane, Márcio, Mercedes, Miriam, Mônica, Natache, Priscila, Vania, Winnie e Andresa que se tornou grande amiga e parceira nesta jornada.

Ao professor Agnaldo Gomes pelo carinho e amizade, as professoras: Graça Gonçalves com quem aprendi muito sobre políticas públicas e políticas sociais; Eliza Zaneratto e Cris Andrada, que tive a honra em tê-las em minha Banca de Qualificação e que contribuíram imensamente com suas orientações valiosíssimas, que me fizeram crescer como pesquisadora.

Ao professor Fábio de Oliveira, por ter feito parte da trajetória da minha formação na Incubadora de Cooperativas da PUC-SP e por ter aceitado o convite para participar da minha Banca de Defesa.

As amigas que a trajetória da Incubadora colocou no meu caminho e me acompanham até hoje Claudia Felipe e Célia Alves.

A professora Bader Sawaia com quem tive a oportunidade de conhecer o Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão e Inclusão (NEXIN), compreender o universo da exclusão e inclusão social e compartilhar com os integrantes que tive o privilégio de conviver nas atividades acadêmicas: Dilson, Flavinha, Elisinha, Emílio, Glaucia e Pedro.

A Marlene secretaria do programa de pós-graduação que me socorreu nos momentos de encaminhamentos da parte burocrática da universidade.

Agradeço imensamente aos diretores da UNISOL Brasil Leonardo Pinho e Isadora Santos, pela autorização concedida, pelo apoio e incentivo para que eu fizesse o mestrado. A todos os colaboradores, do passado e do presente, com quem ao longo da minha trajetória de 13 anos aprendi muito. Aos EES e Redes que contribuíram muito para minha formação ao

mesmo tempo em que eu ousava assessorá-los, especialmente as Redes: Reciclamp, Vale do Ribeira e Rede Verde Sustentável, que aceitaram prontamente participar da pesquisa.

Agradeço a minha gigante família, especialmente o meu filho Gustavo, a quem amo incondicionalmente, ele foi companheiro, me acompanhou diariamente principalmente nos últimos meses, sempre ao meu lado literalmente, com muita paciência e impaciência, por vezes compreendia e por vezes me cobrava atenção, próprio de sua idade, me fazia rir com suas longas histórias de personagens e me fazia chorar cobrando a produção porque eu estava demorando muito “Mãe quantas páginas você já fez hoje? ”.

Ao meu marido Beto por todo amor, companheirismo, carinho, paciência e compreensão pelas minhas ausências e neuroses nos momentos difíceis.

As pessoas especiais com quem sempre compartilhamos momentos felizes e tristes, conquistas e frustrações, momentos da vida ..., minha mãe Therezinha, meu pai Luiz, minha irmã Sonia, meu irmão Aguinaldo, minhas cunhadas Ivone e Adriana, minhas amadas sobrinhas Gabriela, Daniela e Amanda, que carinhosamente de prontidão e com muita agilidade fez a tradução do resumo para a língua Inglesa, minha irmã Graça Lima que foi mais do que irmã, foi também minha coorientadora. Aos amigos de infância que se tornaram minha família, núcleos familiares de Santana de Parnaíba: Judite, Alessandro, Alessandra, Adriana suas respectivas famílias e a minha graciosa afilhada Amandinha. Aos núcleos familiares: do reino tão tão distante Milton, Márcia, Paula e Luiza; núcleo da zona sul: Fábio, Flávia, Márcio, Davi e tia Zenaide; núcleo Mineiro: tia Maria, Ana, João e Thaís e núcleo de Boituva: Davi, Eliana, Pedro, Marta e Hélio, com quem me fortaleço nos momentos tristes e brindamos a vida nos momentos festivos. A minha prima querida Adriana Miotto a quem amo incondicionalmente, que é distante na presença física, mas sempre presente no coração.

Agradeço muitíssimo a todos os meus familiares da Vila Maria que a vida colocou no meu caminho, em especial minha sogra querida a quem também não tenho palavras para agradecer tanto carinho e generosidade especialmente na fase final, me apoiou, me deu suporte, foi uma segunda mãe e também aos da Vila Medeiros: Mário, Sandra, Matheus, Juliana, Urbino e Regina que diariamente me mandava mensagens de apoio e carinho.

Muito obrigada a todos vocês que fazem parte da rede da minha vida, por todo apoio, carinho e paciência que foram essenciais para eu chegar até aqui.

## RESUMO

Esta pesquisa, caracterizada como um estudo de caso, estudou as Redes de Cooperação de Economia Solidária, estas nasceram como estratégia de fortalecimento e potencialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que são pequenos grupos produtivos alternativos, associações e cooperativas que têm como base a organização do trabalho a partir dos princípios da autogestão, cooperação, igualdade, solidariedade, democracia na gestão econômica do EES com distribuição justa dos resultados e valorização do humano.

Buscamos identificar e analisar de que forma a organização do trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária contribui para a sustentabilidade econômica dos EES e apontam para a construção de uma nova Dimensão Subjetiva do Trabalho.

Fundamentada pela Psicologia Sócio-Histórica, que compreende que o humano constitui objetividade/subjetividade em uma relação dialética que engendra a *Dimensão Subjetiva da Realidade*.

Através da caracterização da realidade social, histórica, econômica e cultural, buscamos elementos que possibilitassem uma análise dos aspectos objetivos e subjetivos, que constituem a Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária.

Iniciamos a análise partindo da caracterização das redes, nas quais são apresentadas a dimensão histórica e a dimensão organizativa. Na segunda parte, são apresentadas as categorias de análise identificadas por meio dos sentidos e significados revelados pelos trabalhadores (as) no processo de construção de novas formas de produção e gestão do trabalho, que transformaram práticas, hábitos, costumes, crenças e valores constituindo uma nova Dimensão Subjetiva do Trabalho.

**Palavras Chave:** Redes de Cooperação de Economia Solidária, Dimensão Subjetiva, Economia Solidária e Políticas Públicas para a Economia Solidária.

## ABSTRACT

This research is defined as a case study, in which it was studied the Cooperation in Solidarity Economy Networks. These networks emerged as a strengthening and potentiation strategy of the Solidarity Economic Enterprises (EES, in Portuguese), which are small alternative production groups, associations and cooperatives that have as its basis the organization of work based on principles of self-management, cooperation, equality, solidarity and democracy in the economic management of the organization, along with fair distribution of the results and human appreciation.

We searched to identify and analyze the way that the organization of work in the Cooperation in Solidarity Economy Networks contribute to the economic sustainability of the EES and aim to the construction of a new Subjective Dimension of Work.

Based on the Social-Historical Psychology, that understands that the human constitutes both objectivity/subjectivity in a dialectic relation that engenders the *Subjective Dimension of Reality*.

Through the characterization of the social, historical, economic and cultural reality, we aim for elements that allow an analysis of the objective/subjective aspects that are part of the Subjective Dimension of Work in the Cooperation in Solidarity Economy Networks.

We begin the analysis from the characterization of networks, in which are presented the historical and organizational dimension. In the second part are presented the categories of analysis identified through senses and meanings revealed by the workers during the process of building new forms of production and work management, which changed practices, habits, customs, beliefs and values creating a new Subjective Dimension of Work.

**Key Word:** Cooperation in Solidarity Economy Networks, Subjective Dimension, Solidarity Economy and Public Policies for Solidarity Economy.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b> .....	15
<b>LISTA DE FIGURAS</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b>	
As Motivações para Pesquisar Redes de Cooperação de Economia Solidária .....	19
Levantamento de Estudos sobre o Tema Redes de Cooperação .....	21
<b>A PESQUISA</b>	
O Problema de Pesquisa .....	27
Objetivo Geral .....	30
Objetivos Específicos .....	30
<b>1. PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA</b>	
1.1. Fundamentos Teóricos Metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica .....	31
1.2. As Concepções da Psicologia Sócio-Histórica .....	33
1.3. A Dimensão Subjetiva da Realidade .....	36
<b>2. MÉTODO</b>	
2.1. Caracterização do Universo Pesquisado e Seleção das Redes .....	38
2.2. Sujeitos da Pesquisa .....	39
2.3. Locais da Pesquisa .....	39
2.4. Procedimentos para Coleta de Informações .....	39
2.5. Instrumentos para Coleta de Informações .....	40
<b>3. A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	
3.1. A Experiência Europeia .....	42
3.2. A experiência Brasileira .....	44
3.3. Economia Solidária. Como começou essa história? .....	49
3.4. Economia Solidária e sua práxis no Brasil .....	56
3.5. O Fenômeno REDES e a Construção do Conceito das Redes de Cooperação de Economia Solidária .....	63
<b>4. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	
4.1. A Importância das Políticas Públicas para a Economia Solidária .....	73
4.2. Políticas Públicas, Políticas Sociais, Economia Solidária e as Conexões entre Ações que Produziram Fortalecimento .....	77

<b>5. ANÁLISE PARTE 1</b>	
5.1. Organização das Informações e Construção do Processo da Análise .....	82
5.2. Descrição das Atividades em Observação Participante .....	83
5.2.1. Observações Participantes em: Evento do Movimento de Economia Solidária e Evento da UNISOL Brasil .....	83
5.2.2. Observações Participantes <i>in Loco</i> em duas Redes Participantes da Pesquisa .....	83
5.3. Caracterização das Redes que Compõem a Pesquisa .....	92
5.3.1. Rede Reciclamp .....	92
5.3.2. Rede Verde Sustentável .....	104
5.3.3. Rede Vale do Ribeira – Coopercentral VR .....	113
<b>6. ANÁLISE PARTE 2</b>	
6.1. Categorias de Análise da Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação da Economia Solidária .....	126
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	147
<b>ANEXOS</b> .....	159
Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento .....	Anexo I
Carta de Princípios da Rede Reciclamp .....	Anexo II
Composição das Categorias de Análise .....	Anexo III

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAM – Associação dos Bananicultores de Miracatu  
ACS – Cooperativa Antônio da Costa Santos  
ADS – Agencia de Desenvolvimento Solidário  
AAGFAM – Associação dos Agricultores Familiares de Cajati  
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONAES – Conferência Nacional de Economia Solidária  
CONCRAB – Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária  
COOBAM – Cooperativa dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar de Juquiá  
COOPAFARGA – Agricultores Familiares de Juquiá  
COOPAFASB – Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras  
COOPERAGUA – Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu  
COOPERATIVA SÃO BERNARDO/DIVIPAZ – Cooperativa de Triagem São Bernardo  
COOPERCENTRAL VR – Cooperativa Central dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira  
COOPERQUIVALE – Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira  
COOPERVALE – Cooperativa Mista dos Bananicultores do Vale do Ribeira  
CRCA – Centro de Referência em Cooperativismo e Associativismo  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
EES – Empreendimento Econômico Solidário  
EPS – Economia Popular Solidária  
ES – Economia Solidária  
FAMÍLIA DO VALE COOPERATIVA – Família do Vale Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira e Litoral Sul  
FASE – Federação dos Órgãos de Assistência Social  
FBB – Fundação Banco do Brasil  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
FOPES – Fórum Paulista de Economia Solidária  
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
NAPES – Núcleo de Pesquisa em Economia Solidária  
NUTAS – Núcleo de Estudos e Pesquisas do Trabalho e Ação Social  
ONESC – Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo  
ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PAC – Projeto Alternativo Comunitário  
PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul  
PPA – Plano Plurianual  
PUC – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PROJETO RECICLAR – Cooperativa Nossa Senhora Aparecida  
RVS – Rede Verde Sustentável  
SEAD – Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SIES – Sistema de Informação da Economia Solidária  
UNB – Universidade de Brasília  
UNICAFES – União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Empreendimentos da Economia Solidária  
UNICATADORES – União Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.  
UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias das Cooperativas  
UNIDOS – Cooperativa Unidos na Vitória  
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UNISOL BRASIL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil  
UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho  
USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Reunião com direção da RVS
- Figura 2: Mesa de Apresentação do Encontro
- Figura 3: Integrantes do NUTAS e das Redes
- Figura 4: Integrantes do NUTAS e das Redes
- Figura 5: Integrantes do NUTAS e das Redes
- Figura 6: Integrantes das Redes
- Figura 7: Integrantes do NUTAS
- Figura 8: Integrantes do NUTAS e das Redes
- Figura 9: Participantes em círculo, NUTAS e Redes
- Figura 10: Todos os participantes do encontro
- Figura 11: Integrantes Rede Vale do Ribeira
- Figura 12: Integrantes da Rede Vale do Ribeira
- Figura 13: Integrantes da Rede Vale do Ribeira
- Figura 14: Integrantes da Rede Vale do Ribeira
- Figura 15: Logo da Rede Reciclamp
- Figura 16: Galpão antigo do Projeto Reciclar
- Figura 17: Galpão atual da Projeto Reciclar
- Figura 18: Empilhadeira Bobcat
- Figura 19: Caminhão Baú
- Figura 20: Caminhão Gaiola
- Figura 21: Carrinhos coleta interna CEASA Campinas
- Figura 22: Caminhão 15 toneladas
- Figura 23: Triagem de materiais recicláveis na cooperativa ACS
- Figura 24: Triagem de materiais recicláveis na cooperativa Projeto Reciclar
- Figura 25: Reunião rotineira na São Bernardo/Divipaz
- Figura 26: Reunião da direção da Rede Reciclamp
- Figura 27: Assembleia anual com contador realizada em cada cooperativa da Rede Reciclamp
- Figura 28: Logo da RVS
- Figura 29: Sede da RVS em Cotia-SP
- Figura 30: Prensistas da RVS
- Figura 31: Empilhadeira
- Figura 32: Caminhão Baú
- Figura 33: Reunião da RVS com conselho ADM
- Figura 34: Reunião da direção RVS com parceiro
- Figura 35: Equipe RVS educação ambiental
- Figura 36: Logo da Rede Vale do Ribeira - Coopercentral VR
- Figura 37: Produtos in natura para a comercialização
- Figura 38: Produto: banana chips doce e salgada

- Figura 39: Loja Solidária
- Figura 40: Apresentação da Climatizadora
- Figura 41: Integrantes da Rede Vale do Ribeira
- Figura 42: Núcleo de Negócios da Cooperagua e NICOS
- Figura 43: Integrantes da Rede Vale do Ribeira
- Figura 44: Integrantes da Rede Vale do Ribeira
- Figura 45: Reunião de avaliação de produto no mercado convencional
- Figura 46: Reunião da diretoria Coopercentral VR
- Figura 47: Reunião de Formalização da Cooperativa Central
- Figura 48: Colheita
- Figura 49: Produtos in natura
- Figura 50: Coleta e lavagem da Banana
- Figura 51: Armazenamento de Bananas
- Figura 52: Carregamento do Caminhão
- Figura 53: Banana: principal produto comercializado

## INTRODUÇÃO

### **As Motivações para Pesquisar Redes de Cooperação de Economia Solidária**

Através da minha militância pelas causas sociais, na política e na igreja, conheci o movimento da economia solidária<sup>1</sup> em sua fase inicial de disseminação no Brasil.

Naquele momento se concretizava uma ação de geração de renda em uma comunidade da Brasilândia, distrito da periferia de São Paulo, local que simultaneamente se constituía o NAPES-Núcleo de Apoio e Pesquisa em Economia Solidária, a primeira incubadora comunitária na periferia da região noroeste de São Paulo capital, ou seja, uma incubadora de empreendimentos solidários fora do ambiente da universidade.

Em 1999, dois anos após iniciar minha graduação no curso de Ciências Sociais na PUC-SP, muitos seminários começavam a ser organizados através de professores da Universidade de São Paulo (USP) e UNITRABALHO<sup>2</sup> para disseminar a economia solidária nas universidades.

Nestes seminários tive a oportunidade de conhecer e acompanhar o trabalho que iniciava em algumas universidades junto às comunidades do seu entorno para pensar e desenvolver ações de geração de renda.

Logo me encantei com esse universo e com a possibilidade de criar na PUC-SP uma ITCP-Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Naquele momento comecei a procurar na PUC-SP, alunos e professores que se interessavam pelo assunto, nesta articulação junto aos professores da PUC-SP conheci o professor que abriu esse caminho, que foi o Prof. Dr. Odair Furtado, que aderiu a proposta e apoiou a iniciativa trazendo alunos da psicologia e outros professores, como o Prof. Dr. Ladislau Dowbor, do curso de Economia, e o Prof. Dr. Fábio de Oliveira da Psicologia, que se juntaram a nós na proposta de formação de uma incubadora de cooperativas populares a partir dos princípios da Economia Solidária.

Com muita dedicação, empenho e apoio de outros professores que aderiram a proposta criamos a ITCP PUC-SP.

Foi uma ótima escola para mim, um período de muito aprendizado, mas em 2003 encerrei a graduação do curso em de Ciências Sociais e Licenciatura, e por não ser mais aluna,

---

<sup>1</sup> Economia Solidária é o termo estabelecido para “Um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, prestação de serviços, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.” (M.T.E-SENAES. Atlas da Economia Solidária, 2009, p.17)

<sup>2</sup> UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

tive que deixar a ITCP/PUC e passei a atuar junto à outras entidades de apoio e fomento à Economia Solidária.

Atuei como formadora nos cursos de cooperativismo e associativismo organizados pelo NAPES, depois pela ANTEAG, e em 2005 fui contratada pela UNISOL Brasil<sup>3</sup> para atuar como assessora das Cooperativas, Associações e Empreendimentos Econômicos Solidários-EES<sup>4</sup> filiados a ela.

Na UNISOL Brasil pude vivenciar muitos momentos ricos de aprendizagem junto aos empreendimentos. Uma das atividades que considero mais marcantes que realizei na UNISOL Brasil, foi a organização de um Encontro do Setorial de Reciclagem em 2007. Ainda sem a dimensão exata do tipo de organização como esta, iniciou-se neste momento uma articulação em prol da organização em redes de cooperação, sem ainda ter claro este formato e esta denominação.

A maioria dos EES participantes já iniciavam uma organização em rede para comercializarem em conjunto seus materiais, mas se deparavam com muitas dificuldades. Decidimos ampliar a discussão com os demais companheiros do setor de recicláveis para aprofundarmos a discussão em torno dos temas que eram considerados problemas e desafios como: organização, planejamento, comercialização, logística, capital de giro, equipamentos e caminhos.

Organizamos e realizamos um intercâmbio entre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP) para conhecermos as experiências das cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Minas Gerais (MG) e Brasília, Distrito Federal (DF).

Com muitos questionamentos sobre a viabilidade de uma organização em rede, seguimos por nossa maratona de atividades de formação em Belo Horizonte (MG) com o destino final em Brasília no DF, onde conhecemos a experiência de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis em uma das cidades satélite de Brasília e finalizamos o roteiro em seminário na Universidade Federal de Brasília-UNB, com a participação de representantes da Fundação Banco do Brasil-FBB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES e SEBRAE Nacional.

---

<sup>3</sup> UNISOL Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (entidade de representação política de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários)

<sup>4</sup> Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) é a terminologia oficial utilizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária para identificar as organizações coletivas ligadas ao movimento da Economia Solidária.

Nesta atividade tivemos uma vivência muito importante e rica de troca de experiências dos diversos problemas e desafios para a organização das cooperativas em rede e tivemos a oportunidade de dialogar junto aos possíveis financiadores de recursos para o setor.

Com o acúmulo de 6 anos de militância em prol da economia solidária, somada a experiência vivenciada ao longo de 12 anos de atuação profissional junto à UNISOL Brasil, trabalhando na formação e assessoria de empreendimentos e redes de empreendimentos econômicos solidários, me senti instigada a investigar e poder contribuir cientificamente elucidando questões relacionadas às Redes de Cooperação de Economia Solidária.

Nos últimos anos venho acompanhando de forma mais intensa o desenvolvimento das Redes de Cooperação ligadas à UNISOL Brasil, que foram nascendo dentro dos setoriais, nas quais são visíveis os avanços para os que estão envolvidos, porém esses avanços ainda são pouco compartilhados com a comunidade acadêmica, de forma dinâmica e constante, no sentido de integrar os conhecimentos da prática com os conhecimentos científicos e ampliar a produção de subsídios científicos que venham contribuir tanto para o universo acadêmico, como também para o desenvolvimento de outras redes.

Esta possibilidade de aprofundamento científico, não é somente promissora como também necessária, pelos desafios à serem enfrentados pelas Redes de Cooperação de Economia Solidária e por ser o meio através do qual a universidade pode contribuir com o desenvolvimento de estudos e subsídios, e proporcionar mais suporte para que esta forma de organização em redes de cooperação se desenvolva, supere os desafios e avance ainda mais.

Diante do exposto esta pesquisa é mais uma oportunidade para somar experiência do conhecimento desenvolvido no dia-a-dia, na realidade das Redes de Cooperação de Economia Solidária com o conhecimento científico para o desenvolvimento da práxis, além de propiciar uma grande contribuição para a sociedade junto aos que sonham com uma transformação social pautada pelos valores e princípios da economia solidária.

### **Levantamento de Estudos Sobre o Tema Redes de Cooperação**

Este levantamento realizado sobre os estudos com a temática Redes de Cooperação, contribuiu para nos mostrar um campo carente de pesquisas que tratam as diversas questões que envolvem o universo das Redes de Cooperação de Economia Solidária.

A Economia Solidária ganhou notoriedade e relevância nos últimos anos e tem sido objeto de estudo do conhecimento científico em várias áreas do conhecimento.

Conforme nos apresentou SOUZA (2017), foram contabilizados pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária (ABPES) até 2016, através da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), um número expressivo de publicações referente a Economia Solidária.

Até abril de 2016, foram produzidas e defendidas 237 teses e dissertações que tratam diretamente da ou fazem menção à economia solidária, conforme o Banco de Teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Entre esses trabalhos, 35% contêm o termo ‘economia solidária’ no próprio título. Em termos de área de conhecimento, a maioria (15%) é de educação, seguida por 14% de engenharia de produção, 10% de sociologia e 6% do direito. (SOUZA, 2017 p. 100)<sup>5</sup>

No entanto, entre as pesquisas realizadas no campo da Economia Solidária a temática “redes” não constou entre os temas que mais apareceram entre as teses e dissertações apresentadas.

No I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES) realizado em junho de 2015, dos 136 trabalhos aprovados, o tema “redes” também não apareceu entre os mais recorrentes.

Contudo, decidimos realizar um levantamento por meio de dados obtidos pelos sites de busca na internet e conforme relacionamos abaixo, encontramos uma quantidade relativamente pequena de pesquisas desenvolvidas com o título: “*Redes de Cooperação*”, pertencentes ao universo da Economia Solidária.

Fizemos inicialmente um levantamento bibliográfico na busca por artigos, dissertações e teses a partir dos títulos que continham: Redes de Cooperação, Redes de Colaboração Solidária e Redes Solidárias, posteriormente incluímos Arranjos Produtivos Locais e Complexo Cooperativo por identificarmos que esses dois temas também tratavam de questões que se aproximavam da nossa pesquisa.

Encontramos 60 trabalhos, entre os anos de 1.999 a 2017, 25 são artigos e 8 são dissertações, que estão relacionadas às Redes de Cooperação de Economia Solidária. Outros 11 artigos e 16 dissertações, relacionadas às Redes de Cooperação de pequenas e médias empresas convencionais.

---

<sup>5</sup> Mais informações sugerimos consultar o artigo de SOUZA, André Ricardo de; O estado da produção do conhecimento científico sobre economia solidária no Brasil, in: A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho (org.) SOUZA, André Ricardo de; ZANIN, Maria. São Carlos, EduFSCar, 2017.

Tratando de área de conhecimento, estes 60 trabalhos levantados são em sua grande maioria do campo da administração, seguido pela engenharia de produção, e em menor número, nas áreas da sociologia e psicologia.

Notamos que com o título Redes de Cooperação há um número consideravelmente maior de dissertações relacionadas às redes de empresas convencionais, porém em artigos, encontramos uma quantidade maior, relacionada às Redes de Cooperação de Economia Solidária.

As Redes de Cooperação organizadas por pequenas e médias empresas convencionais, a despeito de se pautarem pelos princípios do sistema capitalista, que prima pela competição, estas também buscam a organização em Redes de Cooperação para ampliarem sua atuação no mercado entre outros.

Levantamos as seguintes pesquisas relacionadas a Redes de Cooperação de pequenas e médias empresas convencionais: QUIRICI (2006), BUENO (2006), REGINATO (2007), ANDRADE (2007), LENZ (2007), VINHAS (2008), BAMPI (2012), FRAGOSO (2015), FERRAZ (2015), KALSING (2015), SILVEIRA (2016), COMUNELLO (2010), CRUZ (2017).

Algumas delas como a de KALSING (2015) e SOUZA (2012) apresentaram a organização em redes como elemento para garantir a competitividade.

A dissertação de SILVEIRA (2016), nos chamou a atenção pois buscou analisar as iniciativas de sustentabilidade econômica dos empreendimentos, e este é um dos itens abordados nesta pesquisa.

A dissertação de COMUNELLO (2010), tratou da questão da democracia tendo em vista a participação do cidadão. Este tema é muito comum nos estudos da economia solidária por ser um dos seus princípios, logo percebemos se tratar de uma pesquisa da psicologia social que desenvolveu um estudo sobre movimentos urbanos, esta nos trouxe a contribuição da discussão travada entre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável como forma de reorganização do conceito da sustentabilidade pela desordem causada pelo próprio conceito. A discussão da sustentabilidade está presente em nossa pesquisa pela origem e atuação das redes participantes da pesquisa.

Relacionadas às Redes de Economia Solidária encontramos as pesquisas de:

PAULI (2005), METELLO (2007), KESSLER (2008), FOGUELO (2009), GOMES (2011), CAMBIAGHI (2012), ANDRADA (2013), PRIM (2017).

Destacamos abaixo algumas pontos das dissertações que consideramos mais relevantes para esta pesquisa.

KESSLER (2008) fez a discussão em torno da diversidade de atores envolvidos nas Redes de Economia Solidária a saber: a questão dos conflitos e interesses que permeiam este campo e apontou a insuficiência de literatura a respeito das Redes de Cooperação de Economia Solidária.

METELLO (2007), GOMES (2011) e Andrada (2013) pesquisaram sobre a Justa Trama, ao desenvolver sua pesquisa METELLO (2007), assim como KESSLER (2008) também destacou a insuficiência de literatura sobre as Redes de Cooperação de Economia Solidária, e este fato, levou-a, a fazer também uma revisão bibliográfica sobre as Redes de Cooperação das empresas convencionais para obter mais subsídios, conforme descrito em seus objetivos específicos.

Esta pesquisa se direcionou para as redes que são compostas por EES do mesmo segmento econômico, estas realizam o mesmo tipo de atividade, produção ou serviço e em geral se unem com o propósito de sair do isolamento, otimizar recursos e fortalecerem.

Desta forma não abordaremos as redes que são cadeias produtivas, como é o caso da Justa Trama, nestas há encadeamento das ações, se constituem a partir de características distintas. *“É um conjunto de etapas pelas quais passam e vão sendo transformados os insumos em produtos, bens e /ou serviços”* (METELLO, 2007) e (ANDRADA, 2013).

As cadeias produtivas são redes organizadas por EES de segmentos distintos que se convergem para a realização da etapa final de um produto ou serviço, estas são organizadas através do entrelaçamento entre os EES que realizam parte do processo para a composição e conclusão do produto ou serviço final, ou seja, um EES depende do outro para a conclusão da etapa final.

FOGUEL (2009) tendo como objetivo compreender a configuração e as articulações da rede e seus atores fez um levantamento muito interessante sobre a definição de redes que vai desde a biologia, passando pela matemática, ciências sociais e aplicadas. E em sua análise chama a atenção para a importância do apoio governamental que deveria se transformar em uma política pública para Economia Solidária, este é um tema essencial em nossa pesquisa.

CAMBIAGHI (2012) se propôs a identificar os aspectos potencializadores desta alternativa e indica para pesquisas futuras o estudo da evolução das redes ao longo do tempo.

A tese de ANDRADA (2013), apresentou a discussão em torno da política e da autogestão no cotidiano dos EES participantes da Justa Trama, uma rede que se caracteriza

como cadeia produtiva, ela destacou uma quantidade interessante de trabalhos entre anais, dissertações, teses e TCC's, com citações da Justa Trama, encontrou 80 trabalhos.

Observamos que alguns anos depois das dissertações de METELLO (2007) e KESSLER (2008) os estudos em torno de redes como a rede Justa Trama ganhou destaque, e despertou mais interesse por parte dos pesquisadores.

Contudo, ainda há necessidade de estudos que tratem de questões específicas das Redes de Cooperação de Economia Solidária, conforme apontado logo abaixo na dissertação de PRIM (2017), ela tratou de questões referente a liderança, gestão compartilhada, o empoderamento como resultado da rede e fez indicativo de temas para pesquisas futuras:

- a) **desenvolvimento de mais pesquisas empíricas sobre as características da rede de colaboração para inovação social, em contextos diferentes das incubadoras sociais e/ou universitárias;**
- b) realizar estudos quantitativos sobre como é formada a rede de colaboração, a fim de compreender o processo de forma sistêmica;
- c) aprofundar os estudos sobre as incubadoras sociais e sua relação com o desenvolvimento de inovações sociais;
- d) **pesquisar sobre indicadores qualitativos dos resultados da IS: desenvolver estudos para demonstrar como a IS pode colaborar para o empoderamento de indivíduos e comunidades, no sentido de torná-lhes autônomos.** (PRIM, 2017 p. 161, grifos nossos)

Destes itens destacamos, dois, itens (a) e (d) que chamaram a atenção por estarem de certa forma ligados a esta pesquisa. Sobre o item (a) ao tratarmos das redes, estaremos trazendo características de redes que tem apoio de universidades, mas não são assessoradas por uma incubadora universitária; e no item (d) a partir do nosso resultado, apresentamos alguns elementos que contribuem com o empoderamento da comunidade.

Entre as pesquisas que encontramos, identificamos que várias apontavam a insuficiência e necessidade de pesquisas sobre a organização em Redes de Cooperação de Economia Solidária, observamos várias questões que carecem ser aprofundadas, dentro do universo das Redes de Cooperação no campo da Economia Solidária e a pesquisa de LIMA (2011) nos apontou a organização em redes como um dos elementos que garantiu a sobrevivência dos EES. *“O que há de comum nestes três EES: lideranças bem preparadas, processos de formação constante, e ações em Rede.”* (LIMA, 2011, p. 136).

A pesquisa de LIMA (2011) foi mais um elemento que contribuiu na constatação de que o tema “*redes*” no campo da Economia Solidária se apresenta com relevância a ser pesquisado, a despeito das “*ações em redes*” serem consideradas como um princípio fundamental e estratégica para o desenvolvimento e sobrevivência dos EES.

Considerando todos os apontamentos referente às teses e dissertações citadas ao longo desta revisão bibliográfica, identificamos que esta pesquisa é relevante pelo campo vasto de demandas específicas sobre as Redes de Cooperação de Economia Solidária, que ainda necessitam de estudos em várias áreas de conhecimento e esta pesquisa buscou contribuir a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica.

## A PESQUISA

### O Problema de Pesquisa

A Economia Solidária está pautada pelos princípios da cooperação, democracia e solidariedade, que pressupõe trabalho coletivo e autogestionário.

A partir destes princípios e ao começarem se organizar dentro desta lógica, os EES's logo identificaram que era preciso se unir para se fortalecer, desta forma o trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária pode ser considerado como um princípio fundamental e ao mesmo tempo estratégico para o desenvolvimento e sobrevivência dos EES. Esta estratégia de ação em Rede conforme citada no item anterior foi confirmada por LIMA (2011), em sua pesquisa, como um dos elementos que garantiram a sobrevivência dos EES.

Em busca de meios de sobrevivência econômica, o movimento da Economia Solidária, com perspectivas em ir além do econômico e obter qualidade de vida, incluíram nas reflexões, as questões sociais e ambientais.

Com os avanços tecnológicos que trouxeram muitas melhorias para o meio de vida da sociedade em geral, para o desenvolvimento da produção e alavancou o crescimento econômico, os empresários começaram a explorar os recursos naturais e o intensificaram ao longo da história da humanidade sem a preocupação que um dia esses recursos poderiam acabar.

Desde a descoberta da eletricidade e a invenção do motor à combustão no final do século XIX a utilização dos recursos naturais fora cada vez maior e os resultados começaram a surgir com as consequências, pois os recursos naturais como o carvão e o petróleo que produzem energia se esgotam.

No entanto, as empresas do século XIX não estavam preocupados com essa questão e sim com os lucros, calcados em muita propaganda criaram hábitos na população com o objetivo de ampliar a industrialização, e emergiu uma sociedade baseados na produção e consumo.

A grande maioria das empresas da atualidade, sejam as que compõe grandes grupos, sejam as pequenas empresas, continuam seguindo essa lógica. Porém os impactos causados com o desmatamento, degradação do solo, poluição dos rios, destino do lixo, entre outros, despertou em muitos a preocupação ambiental nas últimas décadas.

Com o esgotamento dos recursos naturais e o aquecimento global, parte do mundo começou a se preocupar e a discutir junto à Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>6</sup> questões

---

<sup>6</sup> Mais disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/> >

climáticas, ecossistemas e tudo que se relaciona as questões de preservação ambiental e iniciaram uma série de conferências pelo mundo para tratar destas questões.

Em meio a esse cenário nasceu o conceito do desenvolvimento sustentável para enfrentar esse problema, mas essa questão exige mudança no pensamento e nas atitudes dos empresários, governantes e nas escolhas da população em geral em suas práticas cotidianas.

O termo sustentabilidade começou a ser utilizado com mais frequência para referir às questões de proteção ambiental, neste conceito é considerado primeiro as questões ambientais, em seguida o social e por último o econômico.

Refletindo sobre essas questões, MANCIE (2001) um dos intelectuais da Economia Solidária apresentou uma proposta partindo do princípio e objetivo de reorganizar a vida através da lógica da sustentabilidade ambiental, social e econômica com o conceito de *Colaboração Solidária*, definido por ele como:

A colaboração solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim. (MANCIE, 2001, p. 19)

Seguindo neste sentido o movimento da Economia Solidária criou como uma das diretrizes gerais, promover o “Desenvolvimento Sustentável e Solidário”, conforme documento produzido pela 2ª Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), posteriormente publicado no 1º Plano Nacional de Economia Solidária:

O desenvolvimento sustentável solidário valoriza as potencialidades e os sistemas endógenos de produção, com base em tecnologias sociais ou apropriadas ao contexto, motivo pelo qual ele favorece a preservação dos valores dos povos e comunidades (...)Na construção de um novo modelo de desenvolvimento, a Economia Solidária contribui na organização da produção de bens e de serviços, do acesso e construção do conhecimento, da distribuição, consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando à gestão democrática e popular, à distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, ao desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, ao respeito aos ecossistemas e preservação do meio ambiente, à valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes, em relação a: gênero, etnia, território, idade e padrões de normalidade. (2ª CONAES apud 1º Plano Nacional de Economia Solidária).

Segundo GAIGER (2014), a Economia Solidária possui uma natureza multidimensional, por ir além do econômico, em sua complexidade ela traça elos com as questões sociais e culturais e é partir desses elos de interesses comuns que as ações em redes se fortalecem.

É precisamente a partir e na medida dessa ancoragem múltipla que essas organizações suscitam o envolvimento de seus integrantes em questões de interesse comum, alimentando formas variadas de mobilização e mostrando-se propensas a criar ou reforçar uniões associativas e redes de intercâmbio, além de instâncias de representação. (GAIGER, 2014, p. 102)

Considerando que ao longo da história das redes há um acúmulo de experiências e práticas consolidadas esta pesquisa buscou identificar de que forma as redes fortalecem, potencializam e encontram soluções para as demandas dos EES.

Neste sentido esta pesquisa teve como propósito identificar e analisar em que medida o trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária contribui para a sustentabilidade econômica dos EES e aponta para novas formas de produção, gestão e organização do trabalho, capazes de criar soluções para enfrentar os desafios e imposições do mercado capitalista a partir de novas práticas com valores e princípios da Economia Solidária, tendo como perspectiva a construção de *“uma outra economia possível”*.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Esta frase se tornou um lema do movimento da Economia Solidária.

## **Objetivo geral**

Identificar e analisar quais os elementos da organização do trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária contribuem para a sustentabilidade econômica dos EES e aponta para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho.

## **Objetivos específicos**

- ✓ Identificar os sentidos e significados do trabalho em rede e de que forma eles apontam para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho;
- ✓ Identificar como se constrói o processo de autogestão nas redes de cooperação de economia solidária;
- ✓ Identificar o impacto dos programas de políticas públicas para as redes de cooperação de economia solidária; e
- ✓ Identificar de que forma as Redes de Cooperação de Economia Solidária buscam a sustentabilidade e contribuem para a viabilidade econômica dos EES.

## 1. PRESSUPOSTOS DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

### 1.1. Fundamentos Teóricos Metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa realizada através de um estudo de caso, orientada pelo referencial teórico metodológico da Psicologia Sócio-Histórica. A Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se pela Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski e seus colaboradores Luria e Lontiev para compreender os fenômenos humanos e sociais, superando a dicotomia entre indivíduo e sociedade, subjetividade e objetividade. Esses autores têm como pressupostos as concepções do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels.

De acordo com MARX (1988 [1890]), é através do trabalho que o humano transforma a natureza e ao mesmo tempo se transforma, ou seja, é a partir do trabalho que se constitui a consciência humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por meio da sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1988, pg. 142 [1890]).

O método materialista histórico dialético nasceu como contraponto e crítica ao idealismo hegeliano superando a dicotomização entre subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade, cognição e emoção, físico e psíquico entendendo que as características objetivas e subjetivas do indivíduo são constituídas dialeticamente em um processo de constante ação e transformação no qual o indivíduo interage, transforma e é transformado.

Foi no desenvolvimento do capitalismo constituído com a ideologia burguesa de uma ilusória concepção de “homens livres e iguais”, que uma nova concepção do homem e da ciência surge, acompanhado de transformações políticas, econômicas e sociais.

(...) no momento em que o desenvolvimento de novas forças produtivas suscita novas demandas, a ciência que surge responde à necessidade de um conhecimento que permita lidar com a realidade de forma a garantir as transformações requeridas e no ritmo imposto pelas novas relações sociais. (GONÇALVES, 2015, p. 140-141)

Em meio a esse cenário o humano foi afirmado como sujeito e passou a ter a razão como recurso independente da fé, essa liberdade possibilitou o caminho para o desenvolvimento de novos conhecimentos, mas também o iludiu com uma suposta liberdade para produzir e consumir, pois o desenvolvimento da produção seria regido pelas leis do mercado.

Nesse momento, toma forma a questão epistemológica da relação sujeito-objeto. E ela surge contraditoriamente, como expressão de uma contradição historicamente colocada. O sujeito afirmado pelo capitalismo como indivíduo livre é o mesmo sujeito que deve se submeter aos ditames do mercado e a suas leis, revelando desde o início todas as possibilidades e limites do novo modo de produção. (GONÇALVES, 2015, p. 141)

Diante desse novo modelo o empirismo e racionalismo avançam em busca do desenvolvimento, mas não conseguem superar a dicotomia entre sujeito-objeto, e foram os iluministas que deram o primeiro passo, quando colocaram a possibilidade de um desenvolvimento científico entre homem e sociedade.

A humanidade é, portanto, constituída pela relação dialética do humano com o trabalho e assim o trabalho é considerado categoria central para a compreensão da constituição da consciência do homem.

(...) é possível dizer que o homem constrói seu mundo psicológico por meio de sua relação com o ambiente sociocultural. Enquanto atua sobre o mundo, modifica não apenas a realidade externa como também constrói sua própria realidade psíquica. Esse é um processo no qual o ser humano, objetiva sua subjetividade, ao mesmo tempo em que torna subjetiva a realidade objetiva, por meio da capacidade de registro cognitivo e afetivo de suas experiências. (AGUIAR, et al, 2009, p. 57)

Neste caminho de acordo com GONÇALVES (2015), Vigotski abriu a discussão sobre físico e psíquico, interno e externo, subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade:

a subjetividade é constituída através de mediações sociais, dentre as quais a linguagem é a que melhor representa a síntese entre objetividade e subjetividade, já que o signo é ao mesmo tempo produto social que designa a realidade objetiva, construção subjetiva compartilhada por diferentes indivíduos e construção individual que se dá por meio do processo de apropriação do significado social e atribuição de sentidos pessoais. (GONÇALVES, 2015, p. 155)

## 1.2. As Concepções da Psicologia Sócio-Histórica

As concepções da Psicologia Sócio-Histórica têm como base os pressupostos do materialismo histórico dialético que se apresenta segundo as leis da realidade concreta, somada à concepção histórica na qual a partir da realidade concreta é possível analisar e compreender indivíduo e sociedade pelo movimento dialético em constante transformação no movimento da contradição e superação.

Para a Psicologia Sócio-Histórica a condição social, econômica e cultural na qual os sujeitos estão inseridos engendram e determinam o fenômeno psicológico. A ação do humano se constrói e se modifica com base nas influências externas com as quais permeiam o universo dos sujeitos.

(...) falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do 'mundo interno' exige a compreensão do 'mundo externo', pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem. (BOCK, 2015, p. 30)

Para compreender o indivíduo na interação com o 'mundo externo' a Psicologia Sócio-Histórica é crítica ao discurso de uma psicologia que oculta as condições de vida, por entender que a desigualdade social gera diferentes possibilidades de acesso, e a condição de vida que o indivíduo está submetido na sociedade reflete a sua construção histórica concreta que é desenvolvida com as contradições e superações que se constituem constantemente.

(...) a Psicologia Sócio-Histórica parte das categorias trabalho e relações sociais para situar o homem na sua historicidade, entendendo que o homem se constitui historicamente enquanto homem, por meio da transformação da natureza, em sociedade, para a produção da sua existência. (GONÇALVES, 2015, p. 49)

A partir disso a Psicologia Sócio-Histórica constrói suas categorias do psiquismo considerando como categorias centrais: consciência, atividade, identidade e afetividade.

(...) as categorias atividade e consciência, sob a óptica das leis da dialética, integram, junto com as categorias identidade e afetividade, o psiquismo humano, o qual, por um processo recursivo, se expressa no trabalho humano, que é base de toda sociabilidade e do processo de objetivação-subjetivação *tipicamente humano*. (KAHHALE e ROSA, 2009, p. 38)

A partir destas bases, a Psicologia Sócio-Histórica, compreende que a linguagem e sua relação intrínseca com o pensamento se constituí como construção histórica e social, que é gerada a partir das interações e relações coletivas. VIGOTSKI (2009) mostra o método dentro da concepção de realidade do indivíduo em interação com a sociedade, e a constituição da relação dialética, ao mesmo tempo em que ele se inclui na sociedade e se distingue dela.

Pensamento e linguagem se constituem dialeticamente, no entanto se manifestam em direções opostas. A linguagem se manifesta através da fala quando se expõe para o externo através dos instrumentos linguísticos relacionados a vivência social e cultural. O pensamento parte da elaboração interna do indivíduo, que ao expressar esse pensamento, expressa também as emoções, os sentidos e os significados contidos nesse pensamento.

A linguagem é, portanto, o instrumento fundamental nesse processo de mediação das relações sociais, no qual o homem se individualiza, se humaniza, apreende e materializa o mundo das significações que é construído no processo social e histórico. (AGUIAR, 2015, p. 128)

Desta forma pensamento e linguagem são mediados por significados, que são as construções sociais, culturais, valores, relações e representações experimentadas pelo indivíduo, e, portanto, não podem ser apreendidas isoladamente sem seu par dialético que é o sentido.

Nesta perspectiva as categorias Consciência e Atividade são centrais na Psicologia Sócio-Histórica:

Importante esclarecer de início que nos referimos ao psicológico como atividade do homem de registrar a experiência e a relação que mantém com o ambiente sociocultural. O homem se insere em um universo sociocultural e através das relações e experiências que aí mantem desenvolve seu mundo psicológico, ou seja, seu mundo de registros. Essa capacidade de registrar pode ser denominada capacidade psíquica. (AGUIAR, 2015, p. 118)

Neste sentido, as reflexões e análises se pautam não só pelo registro de forma mecânica, mas sim considerando toda diversidade trazida pelos pensamentos e ações, integrada e determinada pelas condições sociais e históricas, que se expressam pela linguagem.

De acordo com AGUIAR (2015) Bakhtin expande a compreensão da consciência para além de ser uma mediadora dos registros internos, por identificar que sem a compreensão ideológica trazida através dos signos não é possível captar o que reflete as estruturas sociais, “todo signo é ideológico; a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim. Toda

modificação da ideologia encadeia uma modificação na língua” (BAKHTIN apud AGUIAR, 2015, p. 124)

O liberalismo constituiu nos indivíduos a falsa ideia de liberdade, que sem entender ao que está submetido assume e reproduz a sua concepção “*todos os homens são livres e iguais*”.

Porém o desequilíbrio econômico e a desigualdade social em que vivemos resultado desta concepção, coloca a população em situação de vulnerabilidade.

O indivíduo é cooptado por uma falsa ideia de liberdade e igualdade, imposta pelo sistema capitalista e liberal.

De acordo com GONÇALVES (2015) O romantismo da concepção liberal de que “*todos são livres e iguais*” logo tornou-se uma ilusão, no entanto esta ideologia do homem produtor e consumidor se consolidou, massificou a produção de mercadorias e submeteu o homem as leis do mercado.

Nos grandes momentos da nossa história, marcados pela transição do sistema feudalista para o capitalista, com muitos conflitos e transformações a subjetividade ganhou significado próprio, no qual o indivíduo de alguma forma vivencia e interage.

De acordo com FURTADO e SVARTMAN (2009) as consequências do processo na formação da consciência dos trabalhadores são:

- 1) a progressiva substituição do caráter qualitativo do trabalho por seus aspectos quantitativos (com profundo impacto sobre a experiência de trabalho); 2) a formação de uma experiência social de passividade em função do caráter autônomo e destacado dos processos econômicos; 3) e a dificuldade de apreensão do movimento histórico dos fenômenos sociais, uma vez que a objetivação das relações sociais nos habitua com categorias estanques de entendimento do mundo. (FURTADO e SVARTMAN, 2009, p. 99)

Isto significa que cada vez mais os trabalhadores ou “*a classe que vive do trabalho*” ANTUNES (1995) não desenvolve uma consciência de classe e nesta medida se submete e reproduz a ideologia do sistema de produção capitalista.

Considerando a concepção capitalista e os princípios e valores da economia solidária, iremos refletir e analisar por meio dos sentidos e significados do trabalho em rede, quais elementos apontam para a sustentabilidade econômica dos EES e para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho.

### 1.3. A Dimensão Subjetiva da Realidade

O termo “*Dimensão Subjetiva da Realidade*” foi criado por FURTADO (1998) compreendendo a realidade objetiva e subjetiva a partir da determinação sócio histórica.

Assim, a realidade é a expressão desse campo de valores que a interpretam e ao mesmo tempo o desenvolvimento concreto das forças produtivas. Há uma dinâmica histórica que coloca os planos subjetivo e objetivo em constante interação, sem que necessariamente se possa indicar claramente a fonte de determinação da realidade. Isso nos leva a afirmar que a realidade é um fenômeno multideterminado, e isto inclui uma dinâmica objetiva (sua base econômica concreta) e também uma subjetiva (o campo dos valores). (FURTADO, 2008, p. 92)

Nesta perspectiva, fatos objetivos e subjetivos são inseparáveis nesta interpretação, pois um constitui o outro dialeticamente. Na relação dialética os indivíduos subjetivam suas bases concretas, objetivam o campo dos valores e constituem sua subjetividade.

A partir do meio social e das condições em que o indivíduo vivencia suas experiências, ele constitui sua forma de ser, pensar e agir, se transforma e é transformado pelo simbolismo contido nas suas bases concretas, ou seja, o contexto histórico, social, político, econômico e cultural, que pode não ter sido vivenciado por ele, mas que o constitui.

O indivíduo é o sujeito singular dessa dinâmica e assim como recebe pronta a base material (dada pela sua inserção de classe) e os valores (o plano da socialização), também é agente ativo da transformação social independente de ter ou não consciência do fato. (FURTADO, 2008, p. 92)

Nesta medida, a *Dimensão Subjetiva da Realidade* surge como fenômeno multideterminado que é engendrado pelo conjunto de fenômenos históricos e sociais, individuais e coletivos.

Desta forma ao olharmos para a realidade objetiva uma dimensão subjetiva se manifesta por meio dos sentidos e significados e revelam princípios e valores que se expressam nas práticas, costumes e crenças que constituem o que chamamos na Psicologia Sócio-Histórica “*Dimensão Subjetiva da Realidade*”.

Para seguir esta metodologia se torna primordial a compreensão dos sentidos e significados, enquanto categorias do psiquismo partindo das categorias linguagem e pensamento.

A constituição do ser humano se realiza a partir das suas bases objetivas, subjetivas e contradições, o humano e o meio em que vive estão contidos um no outro mediados pela linguagem.

Se quisermos apreender o humano e seu processo de constituição, temos de compreender esse processo de relação do humano com o mundo fundamentado nas atividades transformadoras e mediado pela linguagem. (AGUIAR et al, 2009, p. 56)

A partir da linguagem poderemos ter revelados a construção do pensamento calcados nas bases objetivas, subjetivas, contradições e superações.

Por sua estrutura, a linguagem não é um simples reflexo especular da estrutura do pensamento, razão por que não pode esperar que o pensamento seja uma veste pronta. A linguagem não serve como expressão de um pensamento pronto. Ao transformar-se em linguagem, o pensamento se reestrutura e se modifica. O pensamento não se expressa, mas se realiza na palavra. (VIGOTSKI, apud AGUIAR et al, 2009, 55)

Conforme AGUIAR (2009) o significado é o organizador que faz o elo do pensamento com a linguagem.

O que faz a mediação na relação entre pensamento e linguagem é o significado. O desenvolvimento da linguagem, produzida social e historicamente, e dos significados permite uma representação da realidade no pensamento e, portanto, para o estudioso, a compreensão da atividade no campo da consciência. (AGUIAR et al, 2009, p. 55)

Esta metodologia nos possibilitou compreender por meio dos sentidos e significados revelados através das falas dos entrevistados elementos que apontam para a construção de uma nova dimensão subjetiva.

## 2. MÉTODO

### 2.1. Caracterização do Universo Pesquisado e Seleção das Redes

O universo para a seleção das redes foi o das filiadas à UNISOL Brasil, pela atuação da pesquisadora na entidade. O recorte para a escolha das filiadas foi o da localização, no limite geográfico do Estado de São Paulo, pela possibilidade de acesso. Este espaço geográfico compreendia no início da pesquisa a atuação de 13 redes ligadas à UNISOL Brasil, dos diversos setoriais divididos pelos segmentos econômicos: Agricultura Familiar, Alimentação, Artesanato, Confeção, Design e Tecnologia Social, Ecoturismo e Reciclagem. Além dos setoriais: de Cultura e Cooperativismo Social, que atuam em todos os segmentos econômicos e abrangem características específicas.

As redes participantes da pesquisa foram escolhidas com base em quatro critérios:

1. Abrangência geográfica: localização e atuação da rede no limite do Estado de SP;
2. Redes compostas por EES do mesmo segmento econômico, podendo ser uma rede que atua na produção ou na prestação de serviços;
3. Formalizada<sup>8</sup> através de cooperativa de segundo grau<sup>9</sup> ;
4. Disponibilidade para participar da pesquisa.

As redes selecionadas foram: Rede Reciclamp, Rede Verde Sustentável (RVS) ambas do setor de recicláveis e a Rede Vale do Ribeira do setor Agricultura Familiar.

Realizada a seleção entramos em contato com as lideranças para apresentarmos o projeto de pesquisa e fazermos o convite.

Importante destacarmos que o contato entre a pesquisadora e as redes vem de longa data devido sua atuação na instituição UNISOL Brasil desde 2005, como assessora técnica, no acompanhamento à empreendimentos de vários segmentos, na participação e organização de eventos, encontros, formações e congressos. Essa proximidade anterior com as redes facilitou o entendimento da proposta e aceite do convite para a participação das redes na pesquisa, conforme podemos constatar através das assinaturas nos Termo de Consentimento Livre e

---

<sup>8</sup> Sendo considerado formalizado para esta pesquisa o estatuto registrado em cartório.

<sup>9</sup> Cooperativas de segundo grau conforme a Lei nº 5764/71, Cap. III - Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas; Art. 6º As sociedades cooperativas são consideradas: II - cooperativas centrais ou federações de cooperativas, as constituídas de, no mínimo, 3 (três) singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais. Têm como um dos objetivos organizar produção ou prestação de serviço com objetivo de atingir em maior quantidade e/ou capacidade, ou seja, gerar escala para a comercialização ou ampliar capacidade para a prestação de serviços, otimizar recursos em benefício das cooperativas associadas, entre outros.

Esclarecido (TCLE). As redes convidadas para participarem da pesquisa mostraram satisfação em fazer parte desta empreitada.

A Rede Reciclamp já havia participado em outras duas pesquisas ambas de doutorado, sendo uma pela UNICAMP (BARBOSA, 2011), e outra pela UFSCar (ANDRADE, 2017), a Rede Vale do Ribeira é mais nova, no entanto lideranças do bairro de Guapiruvu do Município de Sete Barras participaram da pesquisa de (GRIGOLETTO, 2018). As lideranças entrevistadas valorizam a participação em pesquisas e isto contribuiu para a compreensão e aceite da participação nesta pesquisa.

## **2.2. Sujeitos da Pesquisa**

Os sujeitos desta pesquisa são trabalhadores (as) das Redes de Cooperação de Economia Solidária selecionadas conforme critérios explicitados anteriormente.

A característica principal destas redes é a composição por EES do mesmo segmento econômico, ou seja, que realizam o mesmo tipo de atividade, sendo prestação de serviços ou produção, sem o encadeamento de ações, como é o caso das cadeias produtivas.

## **2.3. Locais da Pesquisa**

O limite territorial estabelecido para esta pesquisa foi do Estado de São Paulo, tendo em vista que a atuação das redes se estende conforme a suas composições e objetivos.

As redes pesquisadas abrangem as cidades: Campinas; São Paulo capital, seis municípios da região metropolitana de São Paulo, são eles: Cotia, Embu das Artes, Itapevi, Osasco, Santana de Parnaíba, Taboão da Serra; e quatro municípios da região do Vale do Ribeira: Cajati, Eldorado, Miracatu Juquiá, Registro e Sete Barras.

## **2.4. Procedimentos para Coleta de Informações**

Cientes e compromissados no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos participantes da pesquisa, cuidamos para que em nenhum momento apresente algo que possa constranger os (as) entrevistados (as) ou participantes das atividades onde foram realizadas observações participantes, por esta razão esclarecemos que nas falas que aparecem no texto os nomes foram omitidos.

Para a realização da pesquisa junto às redes filiadas à UNISOL Brasil foi concedida autorização que compõem lista documentos para obtenção do parecer ético, emitido pela

Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição proponente, cumprindo as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 466/12 e/ou CNS 510/16.

O projeto para a realização desta pesquisa foi aprovado pela CEP da PUC-SP sob o protocolo nº 76632317.0.0000.5482.

## **2.5. Instrumentos para Coleta de Informações**

Os instrumentos foram sendo constituídos ao longo do percurso, a medida em que surgiam a necessidade de aprofundar alguns aspectos da investigação, que respondessem aos objetivos da pesquisa. Sendo assim foram utilizados diversos instrumentos como: entrevistas semi-estruturadas individuais e coletivas; vídeos produzidos pelas redes com histórico e informações gerais; observações participantes em eventos de Economia Solidária, da UNISOL Brasil, em encontro das Redes realizado na PUC-SP produzido pela equipe do Núcleo de Estudo, Pesquisa, Trabalho e Ação Social (NUTAS); e observações participantes *in loco* nas redes.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente. As gravações realizadas nas observações participantes nas visitas *in loco* também foram transcritas integralmente e os vídeos foram transcritos apenas os trechos relevantes.

Todas as fontes citadas foram consideradas na pesquisa, o conjunto desses materiais teve como propósito a identificação do processo de estruturação operacional, organizativa e concepções que caracterizam as redes que fazem parte desta pesquisa.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas individuais e/ou coletivas com as lideranças e/ou representantes das redes. A escolha por esta forma de entrevista se deu por esta permitir um direcionamento do tema e aprofundamento de elementos para o entrevistador ao mesmo tempo em que o entrevistado tem liberdade para responder e acrescentar informações que não estavam contempladas nas questões.

As entrevistas tiveram como objetivo contextualizar e caracterizar as histórias e a dinâmica de estruturação das redes para conhecermos as condições objetivas e subjetivas que se constituem através da organização das redes, bem como apreender os sentidos e significados atribuídos pelos entrevistados (as).

As entrevistas nas três redes foram realizadas no dia e horário marcado, no entanto com duas redes foi necessário um agendamento para a continuidade, que ocorreu por telefone pela dificuldade de agenda presencial no período, mas foram também entrevistas longas com duração em torno de 1h30 e todas foram gravadas e posteriormente transcritas.

No total foram realizadas oito entrevistas com as lideranças das três redes selecionadas, sendo que na Rede Verde Sustentável (RVS), foram realizadas duas entrevistas individuais com uma das lideranças, sendo uma presencial e outra por telefone; uma visita e reunião os membros que compõem a direção da rede.

Com a Rede Reciclamp, houve apenas uma entrevista com liderança, que durou em torno de duas horas e meia, entendemos ter sido suficiente pois o entrevistado expressou conteúdos subjetivos que revelaram sentidos e significados atribuídos à rede.

Na Rede Vale do Ribeira, foram entrevistadas duas lideranças devido ao processo de ampliação da Rede Sete Barras, que se deu após o início da pesquisa. A Rede Sete Barras foi ampliada agregando outras cooperativas de municípios do entorno e se transformou na rede Vale do Ribeira. As entrevistas ocorreram em dias e horários diferentes, com os dois entrevistados, ocorreram duas entrevistas com cada um deles, sendo uma presencial e uma por telefone, em dia e horário agendado. Além das entrevistas, foi realizada também uma visita *in loco*, com duração de um dia, na qual outros dois integrantes apresentaram mais detalhes sobre o cotidiano e estrutura organizativa da Rede e complementaram informações.

Os vídeos foram utilizados com fim de complementar as informações, estão publicados e disponíveis na internet. Utilizamos dois vídeos que trazem informações da Rede Reciclamp<sup>10</sup>, e três vídeos com informações do local e alguns detalhes das histórias das cooperativas da Rede Vale do Ribeira<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> 1-YouTube: wab030, 2009, 9 min. **Reciclamp**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NOVXbPGzVCs>> acesso em 15/03/2018

2-Facebook: 2017, 2 min. **Somos a Rede Reciclamp**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Reciclamp-1144188455676334/videos/>> acesso em 15/03/2018.

<sup>11</sup> 3-YouTube: Vitae Civilis, 2013, 7 min. **Guapiruvu - a agenda de desenvolvimento local que está dando resultados**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=q3n53Hg3X-k>> acesso em 20/03/2018

4-YouTube: Entrevista adicional à reportagem Guardiões da Floresta - Edição 152 - Revista Horizonte Geográfico, 2014, 14 min. **Especial vale do Ribeira: Gilberto Ohta, Guapiruvu**. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=4SFWcbCjNAQ>> Acesso em 20/03/2018

5- YouTube: CATI, 2015, 5 min. **4 Cooperativa Cooperagua Sete Barras**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f1tbnTxFgMQ>> Acesso em 20/03/2018.

### 3. A ESTRATÉGIA DA ORGANIZAÇÃO EM REDES DE COOPERAÇÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Um pequeno só é pequeno quando está sozinho, quando muitos pequenos se unem eles se tornam um gigante. (Paul Singer, 1998, p. 124)

#### 3.1. A Experiência Europeia

Experiências de cunho solidário no campo do trabalho vem de longa data, o industrial britânico Robert Owen, de New Lanark, era proprietário de um complexo têxtil e enxergava a classe trabalhadora de forma mais generosa. Em 1817 propôs acabar com a miséria dos operários de sua fábrica e dar vida digna aos trabalhadores criando “*aldeias cooperativas*” na qual viveriam em comunidade, produziriam e trocariam o excedente.

(...) onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras ‘Aldeias Cooperativas’. Ele propunha que algumas aldeias fossem indústrias e outras agrícolas etc. Assim, o estado e as paróquias, em vez de desperdiçar dinheiro com a manutenção dos indigentes ociosos, deveriam fornecer capital para que eles se estabelecessem em aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento. (SINGER, 1998a p. 71)

Owen ousava desenvolver mais do que uma organização em rede, propunha uma mudança no sistema social. É preciso mencionar que uma iniciativa generosa e bem intencionada como a de Owen, isoladamente, não chegou a um bom resultado e o empresário perdeu todo o seu capital e morreu na pobreza.

Entretanto, as experiências solidárias não pararam ali e o cooperativismo passou mais recentemente a ter uma grande referência, o fenômeno da organização em Redes na Europa que se transformou em referência para o mundo, foi o “Complexo Cooperativo de Mondragón” na cidade basca de mesmo nome, na Espanha, que começou reunindo cooperativas de produção industrial, cooperativas de serviço, banco cooperativo, cooperativa de seguridade social, uma universidade e várias cooperativas de desenvolvimento tecnológico (SINGER, 2002). Com os avanços ao longo dos anos Mondragón se tornou o maior complexo cooperativo do mundo.

Embora na Europa tenha outras importantes experiências de cooperativas, principalmente na Itália, nenhuma outra avançou como o Complexo Cooperativo de Mondragón

Esta experiência foi motivada pelo padre José Maria Arizmendiarrreta (padre Arizmendi), com ex-alunos da escola técnica onde lecionava ‘Economia Solidária’, e articulava à comunidade.

O padre estimulou a aquisição de uma fábrica falida, que foi “*transformada na Cooperativa Ulgor, uma indústria de fogões*” (SINGER, 2002, p. 99).

Devido à rápida expansão da Cooperativa Ulgor e com o objetivo de limitar o tamanho eles resolveram:

(...) criar indústrias que produzissem insumos para Ulgor sob a forma de cooperativas independentes: em 1958 surgiu a Arraste, fábrica de máquinas e ferramentas, em 1963 foi fundada a Copreci, fábrica de termostatos, e no mesmo ano formou-se a fundição Ederlan, mediante a fusão da fundição de Ulgor com a Comet, uma firma privada que faliu. (SINGER, 2002, p. 99-100).

Com a criação destas cooperativas o padre Arizmendi estimulou também a criação do primeiro grupo cooperativo no formato de uma cooperativa de segundo grau, gerida por um representante de cada cooperativa, a nova cooperativa denominada “Ularco”, foi formada pelas cooperativas: Arraste, Copreci e Ulgor, depois integraram as outras duas cooperativas: a Ederlan e a Fagor Eletrotécnica.

Após a consolidação desta cooperativa de segundo grau o padre propôs a criação de um banco cooperativo, afim de que as cooperativas ganhassem autonomia frente aos bancos.

No início não era consenso pois os cooperados resistiam em tornarem-se banqueiros, por insistência do padre Arizmendi em 1959 nasceu a Caja, segundo (SINGER, 2002):

A Caja passou a prestar serviços de assistência social – saúde, pensões e aposentadorias – aos trabalhadores das cooperativas. Esta seção da Caja, em 1967, tornou-se uma cooperativa independente de segundo grau, com o nome de Lagun-Aron. Ela passou a desempenhar um papel crucial no enfrentamento do desemprego, quando as cooperativas de Mondragón foram atingidas pela crise do início da década de 1980. (SINGER, 2002, p. 101).

Nesse período toda a população Europeia sofria com o desemprego, a Espanha apresentava os maiores índices de desemprego e o Complexo Cooperativo de Mondragón se exibiu com pleno emprego. Conforme relato de KASMIR, AZEVEDO e GITAHY apud SOUZA (2011):

O complexo de Mondragón se expandiu para outros países, vindo a envolver atualmente mais de 50 mil trabalhadores. Sua estrutura é vista, por um lado,

como burocraticamente verticalizada, semelhante, em grande medida, à de outra empresa multinacional qualquer (KASMIR, 1996). Por outro lado, Mondragón é vista como uma experiência democrática e positivamente inovadora (AZEVEDO e GITAHY, 2010). (KASMIR, AZEVEDO e GITAHY apud SOUZA, 2011, p. 174)

A estrutura atual do Complexo Cooperativo de Mondragón pode ser conferida através do site disponível em: < <https://www.mondragon-corporation.com> >. Acesso em 13/03/18.

### **3.2. A Experiência Brasileira**

Diante do sistema econômico excludente e um regime militar instaurado no país, muitas pessoas que estavam abandonadas à sorte, foram acolhidas pela ala progressista da igreja, que começou a criar na década de 1980 através da Cáritas<sup>12</sup> com o apoio e recursos internacional da Cáritas mundial, os PACs – Projetos Alternativos Comunitários, que eram núcleos para geração de renda de pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Os pequenos grupos produtivos organizados com o apoio da igreja, eram frágeis individualmente, porém logo foram vistos com potencial quando organizados em rede.

As primeiras experiências em Redes Solidárias surgiram logo na sequência da organização dos grupos produtivos criados com o apoio da Cáritas, através dos PACs. Conforme BERTUCCI e SILVA (2003):

Na perspectiva da Economia Popular Solidária, as redes passam a ser compreendidas como um dos instrumentos fundamentais para fortalecimento das iniciativas econômicas e para ampliação da capacidade política dos setores populares no sentido da conquista de políticas públicas. Nessa perspectiva estão sendo valorizados pelo menos quatro tipos de redes de EPS:

- a) As redes de produtores com vistas à verticalização da produção e à agregação de valor aos produtos. Os produtos (associações, cooperativas e individuais) tentam implantar indústrias de beneficiamento dos produtos, agregando valor aos mesmos. O desafio para essas iniciativas encontra-se na capacitação técnica e gerencial, além da aquisição de financiamento em volumes consideráveis para a infraestrutura necessária;

---

<sup>12</sup> Cáritas – Órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB “A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural.” Site disponível em: <[www.caritas.org.br](http://www.caritas.org.br)> Acesso em: 13/02/2017.

b) As redes de produtores com vistas à comercialização dos produtos através da estruturação de lojas e outros mecanismos de exposição de produtos e inserção no mercado privado e institucional. A estruturação adequada dessas iniciativas requer o acesso a equipamentos e capacitação técnica para controlar a escala de fornecimento e capacitação gerencial.

c) As redes de organizações associativas com vistas à intervenção nas políticas públicas, reforçando os movimentos sociais e populares no sentido de conquista do acesso a recursos e serviços, na participação de negociação de programas governamentais e na proposição de políticas para a EPS a partir das experiências exitosas

d) As redes de consumidores. Ainda bastante incipientes no Brasil, tem sido criada para favorecer o acesso a produtos naturais (confiáveis) e de preços justos, eliminando os atravessadores e valorizando socialmente os produtores das mercadorias. (BERTUCCI e SILVA, 2003, p.73-74)

Como resposta as dificuldades no escoamento e melhor organização da produção as redes começaram a ser criadas. No ano de 2000 foi criada a Rede Abelha no Estado do Ceará, conforme BERTUCCI e SILVA (2003):

(...) a partir de um processo de articulação de Apicultores do Ceará, em parceria com a ESPLAR, com o intuito de fortalecer essas iniciativas de organização da produção, potencializando a comercialização dos grupos. Os objetivos da Rede são organizar associações e cooperativas de apicultores familiares; capacitar os apicultores para produzirem com qualidade e em quantidade; aumentar a participação das mulheres nos grupos de apicultores; incentivar a criação de abelhas na perspectiva da produção orgânica, protegendo o meio ambiente. (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 114)

No início dos anos 2000 a Agencia de Desenvolvimento Solidário (ADS) da CUT-Central Única dos Trabalhadores deu início ao fomento de complexos cooperativos a partir de cinco projetos de complexo cooperativo, foram eles: Complexo Cooperativo Têxtil, Complexo Cooperativo de Reciclagem, Complexo Cooperativo de Comercialização de Maracujá, Complexo cooperativo de Fruticultura do Vale do São Francisco, Complexo Cooperativo Agrícola de Maranguape. (ADS-CUT, 2002)

Estes tinham como eixo central a articulação entre atores locais com foco no escoamento da produção, tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo em alguns casos, além do beneficiamento e outros suportes de acordo com o segmento.

Conforme ADS-CUT os “Complexos Cooperativos” tem a seguinte definição:

(...) são concentrações locais de empreendimentos autogestionários, com especialização setorial, e que atuam em estreita cooperação entre si, segundo

princípios da economia solidária e articulados ao desenvolvimento local. (ADS, 2002, p. 41)

Embora os Complexos Cooperativos tenham sido planejados inicialmente para uma atuação local, a expansão do local também pode ocorrer dependendo do setor de atuação e as condições necessárias para a criação de uma cadeia produtiva, como é o caso da rede Justa Trama, que iniciou nesse processo e se expandiu.

A Central Justa Trama é a maior cadeia produtiva no segmento de confecção da economia solidária articulando 600 cooperados/associados, em cinco estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. Este processo que inicia no plantio do algodão agroecológico vai até comercialização de peças de confecção produzidas com este insumo. Assim a Justa Trama nasce a partir do sonho dos empreendimentos da confecção, naquele momento vinculados aos Complexos Cooperativos propostos pela ADS-CUT, de terem um produto próprio que, do começo ao fim, fosse desenvolvido por trabalhadores solidários, fazendo diferença não só em relação ao seu modo de produção e valorização do trabalho, mas a sua qualidade e preocupação com o meio ambiente: a cadeia do algodão agroecológico. (JUSTA TRAMA. Disponível em: <<https://justatrama.com.br/quem-somos>> Acesso em 14/02/2017.)

Em 2004 a UNISOL ganhou adeptos de vários estados e fundou a UNISOL Brasil com 182 cooperativas e empreendimentos solidários filiados, nesta evolução foi construída uma estratégia para fortalecendo e desenvolvimento dos EES filiados, a organização por setores de atuação.

A organização setorial era a organização dos EES por segmento econômico com a finalidade de discutirem os desafios e elaborarem estratégias. A UNISOL Brasil criou 10 setoriais: metalurgia/polímeros, alimentação, construção civil/habitação, confecção e têxtil, cooperativas sociais, reciclagem, artesanato, agricultura familiar, apicultura e fruticultura, esta organização dos setoriais foi a mola propulsora para a organização dos EES em redes.

A rede Justa Trama que já havia iniciado o processo com a parceria da ADS-CUT, devido a essa experiência inicial, ela se tornou modelo, referência e grande incentivadora dessa forma de organização para outras redes.

Para viabilizar a atuação em rede a forma jurídica que consolida essa proposta é a constituição de cooperativa de 2º grau, pois através dessa formalização é que se viabiliza a comercialização, pode-se efetuar contratos para consolidação de parcerias, entre outros.

Com o apoio do projeto da ADS-CUT citado anteriormente foram sendo construídas as primeiras cooperativas centrais filiadas à UNISOL Brasil.

Hoje a UNISOL Brasil reúne muitas redes que estão espalhadas pelo Brasil, esta pesquisa se limitará ao limite geográfico das redes localizadas no Estado de São Paulo.

### **UNISOL Brasil: UMA REDE ARTICULADORA DE REDES**

UNISOL Cooperativas, fundada em março de 2000, surge da vontade das cooperativas criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros, que passou a agregar outras cooperativas, bem como o apoio de outros sindicatos, em uma primeira fase restrita ao Estado de São Paulo. Por sua vez, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) lançou, no mesmo ano, a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país.

Tendo como diretriz a consagração dos princípios históricos e ideológicos do cooperativismo autêntico, a UNISOL Cooperativas e os sindicatos decidiram pela constituição de uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, em âmbito nacional, para levar adiante um projeto de inclusão econômica e social, de democratização nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho. (UNISOL Brasil. Disponível em: < [www.unisolbrasil.org.br](http://www.unisolbrasil.org.br) >. Acesso em: 13/02/ 2017)

Em seu 4º Congresso Nacional que aconteceu em 2015, a UNISOL Brasil contou com a presença de mais de 600 representantes de empreendimentos solidários filiados com representações de todos os estados.

Como outras entidades a UNISOL Brasil é uma entidade de representação política de cooperativas, associações e empreendimentos econômicos solidários.

Empreendimentos autogestionários que tem como base de atuação os princípios da Economia Solidária e que são filiados a UNISOL Brasil. A entidade, que está representada nos 27 estados nacionais, contempla atualmente um total de 10 setoriais, são eles: metalurgia/polímeros, alimentação, construção civil/habitação, confecção e têxtil, cooperativas sociais, reciclagem, artesanato, agricultura familiar, apicultura e fruticultura. As filiadas à UNISOL Brasil possuem o compromisso de adotar os princípios da autogestão democrática, assegurando eficiência e viabilidade econômica, garantindo-se a plena participação de todos os membros das filiadas, pluralidade de ideias e transparência financeira e administrativa. (UNISOL Brasil. Disponível em: < [www.unisolbrasil.org.br](http://www.unisolbrasil.org.br) >. Acesso em: 13/02/ 2017)

Em janeiro de 2014, a UNISOL Brasil deu um grande salto se unindo à outras duas grandes centrais de representação de cooperativas: a Concrab e a UNICAFES e fundaram a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias – UNICOPAS, a concretização ocorreu em ato solene em Brasília.

A UNISOL Brasil, UNICAFES e CONCRAB se uniram e decidiram selar um novo caminho para o cooperativismo brasileiro, com mais pluralidade política, organizativa e de pleno acesso as políticas públicas de apoio, fomento e incentivo. A UNICOPAS já nasce com grandes responsabilidades, em especial, destaca-se a construção de um Novo Marco Legal do Cooperativismo, mais adequada ao processo de aprofundamento democrático, que passa nosso país. (FBES. Disponível em: <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)> Acesso em: 13/02/ 2017)

Juntas estas centrais de representam mais de 2.000 cooperativas e empreendimentos solidários e recentemente se uniu outra grande central, a UNICATADORES – União Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

Em 2014 o SEBRAE desenvolveu para esse mesmo fenômeno de organização de empreendimentos o conceito de “Arranjos Produtivos Locais”, definido conforme (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014).

o Arranjo Produtivo Local é uma aglomeração de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014, p. 7).

Os Arranjos Produtivos Locais (APL)<sup>13</sup>, são desenvolvidos a partir de um grupo de empresas com mesma atividade produtiva concentradas em determinado local, somadas à outras organizações públicas e privadas.

Os objetivos não são diferentes das redes de Economia Solidária, eles também buscam vantagens competitivas pela proximidade, otimização de recursos para aquisição de matérias-primas, equipamentos, ampliação da sobrevivência e expansão.

A diferença está nos valores e princípios que se orientam as Redes de Cooperação de Economia Solidária e os APLs, que são opostos. Os APLs seguem a lógica competitiva do

---

<sup>13</sup> Para mais informações sobre APL consultar: CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q. Arranjo Produtivo Local (APL). Brasília: Sebrae, 2014.

sistema capitalista em sua relação interna e externa mas também cooperam entre si para criarem grandes grupos e competirem no mercado, as Redes de Economia Solidária, embora tenham que se submeter a lógica do sistema capitalista na relação externa, em sua relação interna se orientam pela democracia, autogestão e solidariedade, têm por princípio se unirem para se fortalecerem com uma diretriz embasada pelo “Desenvolvimento Sustentável Solidário”.

Contudo, podemos observar através do exposto no item Levantamento de Estudos sobre Redes de Cooperação (na Introdução), que existe uma grande quantidade de Redes de pequenas e médias empresas e desta forma se constata que Redes de Cooperação não são exclusivas do campo da Economia Solidária, mas podem ser uma alternativa.

### **3.3. Economia Solidária. Como começou essa História ?**

Desde a primeira Revolução Industrial nos primórdios do capitalismo até hoje chegando à quarta, revolução tecnológica, momentos instigantes pelas novas descobertas contrapõem-se com momentos de conflitos e tensão junto aos trabalhadores (as) que temem a perda de seus postos de trabalho. O desemprego se tornou quase uma “assombração” para trabalhadores (as), no entanto Mattoso nos alerta para a complexidade da questão:

Quando observamos com mais atenção o fenômeno do desemprego e da precarização das condições de trabalho, verificamos que a realidade é bem mais complexa (...). Porque a inovação tecnológica e a elevação da produtividade, ao mesmo tempo em que destroem produtos, empresas, atividades econômicas e empregos, também criam novos produtos, empresas, empregos e até mesmo novos setores ou atividades econômicas. (MATTOSO, 1999, p. 31)

Para entendermos o que ocorre nesse processo vamos analisar outras questões que fazem parte deste cenário no Brasil e no mundo.

Enquanto os países centrais já sofriam com as diretrizes conduzidas pelas grandes multinacionais.

Paralelamente, o mercado de trabalho nos países centrais penava sobre os avanços da reestruturação sofrida desde os anos 1970 – flexibilização, desregulamentação, precarização, macjobs, enfraquecimento dos sindicatos e das negociações coletivas que alteraram consideravelmente as formas de repartição dos ganhos de produtividade entre salários e lucros, ou seja, após a sucessão de etapas de uma ‘revolução tecnológica’ ao longo das últimas décadas, o ritmo de crescimento da parcela do produto interno bruto (PIB) destinada à massa salarial não foi veloz. (BRASIL, IPEA, 2010 p. 10)

Os países periféricos como o Brasil, ainda não alcançava esse patamar promovido pela política neoliberal, mas não demoraria muito tempo para isso.

Neste período o Brasil penava em um período de ditadura militar, com repressão policial, os sindicatos ficaram de mãos atadas, o salário mínimo foi rebaixado e as diferenças salariais cresceram em escalas assombrosas neste período, gerando uma grande desigualdade salarial. (Mattoso, 1999). Essa desigualdade salarial se somou às desigualdades no acesso à educação, saúde e à assistência social e criou-se um distanciamento maior entre a população.

MATTOSO (1999) nos mostra o crescimento da desigualdade social promovido principalmente a partir da união dos industriais conservadores com os latifundiários desde os anos 60, destaco aqui o início da condição das políticas sociais, que desencadeou uma série de consequências para a população Brasileira, principalmente quando foi agravada pela política neoliberal:

(...) as políticas sociais foram desenvolvidas tardiamente em formas pouco cidadãs e universais, favorecendo a desigualdade no acesso à educação, à saúde, à previdência ou assistência social. (MATTOSO, 1999, p. 10)

No Brasil final dos anos de 1970 surgiram novos movimentos sociais que se encorajaram para recuperar a democracia e colocar fim no regime militar que estava estabelecido, mas já dava sinais de abalos, diante do desemprego e da crise que atingia as atividades produtivas. Conforme Mattoso:

Já nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho, com ampliação da informalidade. (MATTOSO, 1999, p. 9)

Segundo SANTOS (2002), na década de 1980 diante da globalização da produção estabelecida pelas empresas multinacionais, que se tornaram atores principais da nova economia no mundo, surgiu também a nova “*divisão internacional do trabalho*” com as seguintes diretrizes:

Os traços principais desta nova economia mundial são os seguintes: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global; processos de produção flexíveis e multilocais; baixos custos de transporte; revolução nas tecnologias de informação e de comunicação; desregulação das economias nacionais; preeminência das agências financeiras multilaterais; emergência de três grandes capitalismo transnacionais: o americano, baseado

nos EUA e nas relações privilegiadas deste país com o Canadá, o México e a América Latina, o japonês baseado no Japão e nas relações privilegiadas com os quatro pequenos tigres e com o resto da Ásia; e o europeu, baseado na União Europeia e nas relações privilegiadas desta com a Europa do Leste e com o Norte de África. (SANTOS, 2002, p. 29)

Estas diretrizes trouxeram as seguintes implicações:

(...) as economias nacionais devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem tendencialmente adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação, as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução da inflação e da dívida pública e para a vigilância sobre a balança de pagamentos; os direitos de propriedade privada devem ser claros e invioláveis; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade dos recursos, dos investimentos e dos lucros; a regulação estatal da economia deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos estratos sociais inequivocamente vulnerabilizados pela atuação do mercado. (SANTOS, 2002, p. 30)

Enquanto nos países centrais a classe trabalhadora já sofria com os resultados do sistema neoliberal, no Brasil a população junto aos movimentos sociais pedia democracia e enfrentavam a ditadura militar.

Os movimentos sociais e sindicais conseguiram avançar, diante da situação de desemprego que crescia cada vez mais devido às oscilações econômicas, processo inflacionário e retração das atividades produtivas. (MATTOSO, 1999), nesse período o regime militar começou a perder força e os movimentos sociais, sindicais e partidos populares se potencializaram com a campanha pelas eleições diretas, que ficou conhecida como: “*Diretas Já*”, a partir desse momento tivemos muitas conquistas que foram incorporadas à Constituição Federal e proclamada em 1988. (MATTOSO, 1999)

Mas a situação do país que tentava recuperar a democracia após a ditadura militar elegeu como presidente do país Fernando Collor, este adotou a política neoliberal, que foi seguida pelo governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso.

A política neoliberal é caracterizada pelo conceito do Estado mínimo, na qual se reduz os investimentos públicos, se reduz políticas públicas, não investe em políticas sociais, privatiza empresas estatais, abre o mercado para a livre circulação de capitais internacionais, abre-se as importações com regulação mínima do Estado, a produção da indústria passa ter a

mínima regulação do governo no mercado de trabalho, tudo isso acrescido do entendimento de que a lei da oferta e procura seria suficiente para regular o mercado.

Diante da globalização sustentada pela política do neoliberalismo, a situação política e econômica do país tomou rumos desastrosos em sua trajetória. Conforme nos esclarece ROBINSON apud SANTOS (2002):

Em suma, a globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual (Robinson, 1995: 373); subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio. Dado o caráter geral deste consenso, as receitas em que ele se traduziu foram aplicadas, ora com extremo rigor (o que designo por modo de jaula de ferro), ora com alguma flexibilidade (o modo da jaula de borracha). Por exemplo, os países asiáticos evitaram durante muito tempo aplicar integralmente as receitas e alguns deles, como, por exemplo, a Índia e a Malásia, conseguiram até hoje aplica-las apenas seletivamente. (ROBINSON apud SANTOS, 2002, p. 31)

Outro caminho poderia ter sido adotado pelo governo do nosso país, mas a opção foi por uma política neoliberal, com abertura para as importações em detrimento do mercado nacional. Conforme Santos:

São os países periféricos e semiperiféricos os que mais estão sujeitos às imposições do receituário neoliberal, uma vez que este é transformado pelas agências financeiras multilaterais em condições para a renegociação da dívida externa através dos programas de ajustamento estrutural. (SANTOS, 2002, p. 31)

A reestruturação produtiva afetou as relações de trabalho de forma a produzir altas taxas de desemprego e precarização das condições de trabalho, campo excelente para o capital estrangeiro que procurava países com esse perfil para se instalarem, nas palavras de Singer:

A abertura dos mercados nacionais à competição externa e ao capital estrangeiro impôs a reestruturação de todas as economias através de maciça transferência da indústria para os países onde a mão-de obra é barata e desprovida dos direitos sociais e políticos (SINGER, 1998, p. 75).

A política social no Brasil havia se tornado muito aquém de uma política social que pudesse garantir direitos sociais às cidadãs e aos cidadãos de forma digna, EVANS apud SANTOS (2002) nos apresenta alguns fatores comparativos da desigualdade social ocorrida:

Em comparações mais recentes entre os modelos e padrões de desigualdade social da América Latina e do Leste Asiático, Evans acrescenta outros fatores que, em sua opinião, podem ter contribuído para que o modelo de desenvolvimento asiático tenha produzido relativamente menos desigualdades que o modelo brasileiro. Entre esses fatores contabiliza, a favor do modelo asiático, a maior autonomia do Estado, a eficiência da burocracia estatal, a reforma agrária e a existência de um período inicial de proteção em relação ao capitalismo dos países centrais (1987). (EVANS apud SANTOS, 2002, p. 33)

Conforme (MATTOSO, 1999, p. 14) “*Em algumas regiões metropolitanas as taxas de desemprego haviam superado 20% da população economicamente ativa*”.

Diante deste cenário apresentado desde a década de 1980, que no Brasil, grupos de geração de renda para atender a população carente e excluída começaram a ser fomentados com o apoio da Cáritas através dos Projetos Alternativos Comunitários-PACs, criado com doações de organizações europeias.

Os PACs têm sua história ligada à busca de alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade, e lutam contra a dependência criada pelo assistencialismo. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 13)

Os PACs ganharam apoio dos movimentos sociais, universidades, sindicatos e ONGs. Todos esses atores se mobilizaram em prol de alternativas de geração de renda para a criação dos grupos produtivos autogestionários, que cresceram significativamente a partir da década de 90.

Experiências como estas, organizadas pelos trabalhadores de forma coletiva que mostravam resistência e uma forma de sobreviver criando um jeito diferente de se organizar diante de um sistema econômico excludente, foram denominadas por intelectuais e entusiastas de Economia Solidária.

A Economia Solidária foi o nome dado ao movimento que nasceu como uma reação da classe trabalhadora, diante da pobreza e exclusão do mercado de trabalho imposta pelo sistema capitalista, se organizou em cooperativas ou grupos produtivos para gerar trabalho e renda, pautados pelos valores da igualdade, cooperação, democracia e solidariedade.

Para SINGER (2002.b), a Economia Solidária com seus princípios socialistas acompanha o desenvolvimento do capitalismo desde os seus primórdios:

A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão ‘desregulamentada’ das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. (SINGER, 2002.b, p. 83)

De acordo com SINGER (1998.a) a Inglaterra foi o berço da revolução capitalista:

Graças aos efeitos da Revolução Inglesa, que culminou na ‘Gloriosa Revolução’ de 1688, a Inglaterra, em meados do século XVIII, era a nação mais capitalista da Europa e, portanto, do mundo. (SINGER, 1998.a, p. 33)

Consequentemente a Inglaterra também foi o berço das reações da classe trabalhadora, devido as condições precárias à que trabalhadores (as) foram submetidos.

A partir das inovações industriais a Inglaterra que era capitalista, mas explorava a mão de obra externa passou a ter um sistema econômico industrial e capitalista.

Conforme SINGER (1998.a) a classe trabalhadora reagiu de duas formas:

De um lado, procurou opor-se ao capitalismo industrial em ascensão, primeiro tentando impedir o uso do maquinário e depois colocando-se como meta histórica a construção de outra sociedade, coletivista, em que os meios de produção seriam ou propriedade comum ou propriedade privada, mas acessível a todos. De outro, a classe trabalhadora iniciou a busca do amparo institucional que o estado poderia lhe oferecer, tanto mediante a legislação trabalhista como pela legalização dos sindicatos operários e da realização de greves. (SINGER, 1998.a, p. 85)

Após muitas batalhas a classe trabalhadora junto aos sindicatos perceberam que era necessário criarem cooperativas, embora muitas outras experiências cooperativistas anteriores podem ter sido criadas e não temos o registro, consideraremos aqui a cooperativa tida como a primeira por aparecer como a primeira que se teve registro, segundo Singer:

A mais antiga cooperativa, com existência documentada, parece ter sido iniciativa de trabalhadores empregados nos estaleiros de Woolwich e Chatham, que em 1760 fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros, que dispunham de um monopólio local. (SINGER, 1998.a, p. 90)

Estas duas cooperativas só foram descobertas devido a um incêndio ocorrido no qual os padeiros do local foram acusados de terem causado. Depois desse ocorrido começaram a surgir inúmeras padarias cooperativas e moinhos. Segundo COLE apud SINGER (1998, p.13-15), em 1769 foi registrada a mais antiga cooperativa de consumo, a dos tecelões de Fenwick. Em 1777 foi registrada uma cooperativa de consumo, escocesa, e uma cooperativa de produção formada por alfaiates de Birmingham, com a finalidade de suprir as necessidades de seus sócios. Em 1795 foi registrada a mais antiga cooperativa de consumo, inglesa.

Mas a cooperativa que ficou mais conhecida na história foi a cooperativa de consumo da cidade inglesa de Rochdale criada em 1844 por 28 trabalhadores (as) da indústria têxtil, estes ficaram conhecidos como os “Pioneiros Equitativos de Rochdale” e o grande marco dessa cooperativa foi a criação dos princípios<sup>14</sup> que rege o cooperativismo até hoje com pequenas adaptações realizadas. (SINGER, 1998.a)

Conforme nos coloca SINGER (2000 e 2002), aos poucos foram sendo construídas as bases ideológicas do cooperativismo e da economia solidária pelos chamados “socialistas utópicos”, foram eles: Robert Owen, Charles Fourier, Philippe Buchez, Louis Blanc, Saint Simon e Proudhon. Apesar das críticas, Marx e Engels reconheceram a importância deles para a construção do socialismo e para distingui-los do “socialismo científico” Engels criou o termo “socialismo utópico”

Isto significa que o sistema capitalista, a despeito de ter se tornado hegemônico há mais de XX séculos, sempre enfrentou formas de resistência por parte dos trabalhadores ao longo de sua história. E na década de 80, quando os efeitos da reestruturação produtiva e políticas neoliberais que resultaram em altíssimos índices de desemprego, a Economia Solidária, renasce no Brasil e na América Latina. Neste período, os trabalhadores começaram a se organizar de diversas formas, criando alternativas de geração de trabalho e renda, pautados por valores de solidariedade, igualdade e democracia.

No Brasil, hoje temos o Movimento da Economia Solidária organizado, formado por diversas modalidades de EES, com dois propósitos, o primeiro como alternativa ou opção para os trabalhadores obterem seu sustento e o segundo visto por alguns intelectuais como o meio para atingir um outro modelo econômico. Conforme OLIVEIRA (2006) apud SOUZA (2011):

---

<sup>14</sup> Oito princípios estabelecidos pelos pioneiros de Rochdale foram: 1-cada sócio tendo direito a 1 voto, 2-sociedade aberta a qualquer pessoa, desde que integrasse uma cota mínima, 3-sobre divisão do excedente: o capital investido faria jus a uma taxa fixa de juros, 4-o excedente que sobra depois do pagamento das despesas, deve ser distribuído entre os sócios conforme o valor de suas compras, 5-vendas somente à vista, 6-só venda de produtos puros e de boa qualidade, 7-desenvolver a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo e 8-sociedade neutra nas questões política e religiosa.(SINGER, 1998 a p.100-102)

Através dos chamados empreendimentos solidários, trabalhadores desempregados e marginalizados vêm obtendo um meio de sustento e parecem redefinir suas identidades sociais. Destacadamente no discurso militante, tal construção identitária se baseia na recuperação dos princípios do cooperativismo pioneiro e europeu do século XIX – principalmente a autogestão – e no desenvolvimento de uma ‘cultura solidária’. (OLIVEIRA [2006] apud SOUZA, 2011 p. 174)

Apesar das críticas que a economia solidária ainda recebe por uma parte de militantes e intelectuais, por outra parte é considerada como um dos caminhos possíveis para o socialismo democrático, construído de baixo para cima. (SOUZA, 2017).

Diferente da concepção Europeia segundo FRANÇA FILHO E LAVILLE (2004), na Europa a Economia Solidária foi construída com um caráter compensatório e assistencial porque o Estado previdenciário não conseguiu antever o grande número de desempregados no momento da crise:

Em resumo, e de modo preciso, a emergência de uma economia solidária europeia traduz-se por uma florescência de práticas socioeconômicas, visando propor, a partir de iniciativas locais, serviço de um tipo novo, designados sob o termo ‘serviços de proximidade’ ou ‘serviços solidários’. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 111)

Conforme FRANÇA FILHO E LAVILLE (2004) a “economia solidária” ou “economia social” é um misto de economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, que tenta se articular e os debates e definições que ocorrem em torno do termo deixa claro que na Europa a economia solidária é situada dentro do terceiro setor.

(...) a economia solidária não constitui, todavia, uma nova forma de economia que viria acrescentar-se às formas dominantes de economia, mercantil e não mercantil. Pela sua existência, ela constitui muito mais uma tentativa de articulação inédita entre economia mercantil, não mercantil e não-monetária, numa conjuntura que se presta a tal, haja vista o papel conferido aos serviços pela terceirização das atividades econômicas. (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 107)

### **3.4. A Economia Solidária e sua práxis no Brasil**

A Economia Solidária nasce no Brasil no começo da década de 1980 com experiências de grupos produtivos de geração de trabalho e renda no meio urbano e rural, ganhou força e se expandiu na década de 1990, como reação dos (as) trabalhadores (as) ao desemprego estrutural (SINGER, 2000.a).

Entretanto há relatos de experiências de autogestão anteriores a este período no Brasil, um deles pode ser encontrado na pesquisa de (LIMA, 2011), na qual a autora traz o conhecimento da experiência da fábrica moveleira UNILABOR, que existiu na cidade de São Paulo, no período de 1954 a 1967.<sup>15</sup>

Experiências de geração de trabalho e renda, pautadas pelos princípios da autogestão, democracia, igualdade e solidariedade foram apoiadas pelos movimentos sociais, sindicatos, igrejas, universidades e ONGs e vistas como uma alternativa à exclusão dos (as) trabalhadores (as), do mercado de trabalho (SOUZA, 2011).

A Economia Solidária tem suas raízes no cooperativismo que chegou ao Brasil no início do século XX pelos imigrantes europeus. Cooperativas agrícolas se expandiram no meio rural e cooperativas de consumo nas cidades, mas sob o domínio dos industriais do agronegócio, que acabaram transformando as cooperativas em grandes empresas.

A lei n. 5764 (BRASIL, 1971), criada para reger o cooperativismo, não é suficiente para garantir a autenticidade da cooperativa, o formato de cooperativa foi utilizado por muitos empresários para não pagar aos trabalhadores os direitos trabalhistas que estavam consolidados na lei n.5452 CLT (BRASIL,1943). Conforme (SINGER, 2000.a):

As cooperativas de trabalho se aproximam perigosamente das empreiteiras de mão-de-obra e das falsas cooperativas, montadas por firmas capitalistas que visam explorar o trabalho dos cooperadores sem lhes pagar as contribuições trabalhistas legais. (SINGER, 2000, p. 23)

A diferença entre as cooperativas “falsas” e as cooperativas da economia solidária, se dá na participação dos sócios nas decisões tomadas em assembleia de forma democrática com a participação de todos os sócios.

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. (SINGER, 2002, p. 18)

Além dos grupos produtivos e cooperativas, devido a falência de muitas indústrias na década de 1990, surgiram também as “*fábricas recuperadas pelos trabalhadores*” com apoio

---

<sup>15</sup> Para saber mais sobre a experiência de autogestão da fábrica de móveis UNILABOR, consultar (LIMA, 2011, p. 39 ou o livro de Mauro Claro, Unilabor: desenho industrial, arte moderna e autogestão operária, São Paulo: Editora Senac, 2004).

dos sindicatos. Estas passaram a funcionar sob o modelo da autogestão pelos seus trabalhadores. SOUZA (2011) nos relata:

A primeira dessas unidades fabris surgiu em 1991, quando os empregados da fábrica de calçados Makerli, da cidade paulista de Franca, decidiram assumir a direção da empresa, dado que o término de suas atividades eliminaria mais de 400 postos de trabalho diretos. Junto com o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas local, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), eles buscaram o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para assumir aquele projeto. (SOUZA, 2011 p. 175)

Em meio a esses acontecimentos muitas ações foram ocorrendo e muitas entidades foram nascendo e somando força ao movimento da Economia Solidária, uma ação muito importante foi conduzida pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, ele mobilizou milhões de pessoas no período de 1992 a 1994 com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, através do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – **IBASE**.

Nesse período nasceram várias entidades de apoio, fomento e representação política. Pelas universidades nasceram as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), e suas redes: a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (**UNITRABALHO**), e a Rede Universitária de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Dos grupos da agricultura nasceram as entidades de representação: União das Cooperativas da Agricultura Familiar-**UNICAFES**, e dos grupos da agricultura organizados nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST, nasceu a Confederação Nacional de Cooperativas da Reforma Agrária-**CONCRAB**.

Do movimento sindical foi instituído a Agencia de Desenvolvimento Solidário-**ADS** pela CUT que apoiou a criação das entidades de representação: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão-**ANTEAG** e **UNISOL** Cooperativas, que se tornou **UNISOL Brasil**, estas somaram esforços com as entidades: Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (**PACS**), a Federação dos Órgãos de Assistência Social – **FASE** e a Cáritas Brasileira.

Em 1993 na cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, a organização dos produtores, com apoio da igreja católica local, institui uma feira de economia solidária que vem sendo realizada anualmente até hoje e se tornou uma referência internacional para o movimento de economia solidária.

Em 1995 ONGs cariocas ajudaram a formar o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.

No início dos anos 2.000, período em que o país amargava uma situação de grave crise econômica, as discussões em torno da geração de renda através da Economia Solidária se ampliavam com diversas ações, através da ativa participação dos movimentos sociais e com a criação de coletivos organizados, o tema ganhou força política e visibilidade no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre-RS, em 2001. Neste fórum os movimentos se organizaram em uma grande rede: A Rede Brasileira de Sócio Economia Solidária, que já estava dando os primeiros passos, mas foi oficialmente lançada, conforme nos relata SINGER (2002):

Por ocasião do Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária de todo o país. É uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias e opiniões e está se transformando também em rede eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores. (SINGER, 2002, p 124)

As várias entidades e redes que estavam no Fórum Social Mundial em 2001 discutindo a Economia Solidária fizeram uma grande articulação nacional e criaram um plano para uma Política Pública Nacional de Economia Solidária, estavam presentes, segundo (SOUZA, 2011):

IBASE, UNITRABALHO, ANTEAG, PACS, FASE, ADS-CUT, Rede de Incubadoras Universitárias, Cáritas Brasileira, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), UNISOL, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (CONCRAB-MST), Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED). Compunham o grupo também alguns técnicos de órgãos públicos que vieram a constituir a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. (SOUZA, 2011, p. 176)

Com a força e apoio dos movimentos sociais organizados, em 2002, a população conseguiu eleger para o país um governo com o olhar voltado para a desigualdade social e com proposta de uma mudança econômica para tirar o país da crise.

Diante de um governo propício, hora de organizar a apresentação do “Plano Nacional de Política Pública de Economia Solidária”. No entanto começava uma longa jornada.

Conforme levantou BERTUCCI e SILVA (2003), havia na época quatro linhas de pesquisas na direção da Economia Solidária:

**Luís Inácio Gaiger, da UNISINOS/RS**, considera a Economia Popular Solidária (EPS) como as iniciativas populares de geração de trabalho e renda baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. É um fenômeno novo e comporta diferentes formas de organização. Usa o conceito Empreendimentos Econômicos Solidários-EES: organizações coletivas, de trabalho e renda, de autogestão, democracia, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade (GAIGER, 1999).

Na mesma direção, **Paul Singer** usa o termo Economia Solidária referindo-se a um “modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”. (SINGER, 2000:13).

O que caracteriza a economia solidária é a união da posse do uso de produção e distribuição com a socialização desses meios. Para o autor as cooperativas de produção constituem a unidade típica da economia solidária exatamente por proporcionar a posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática do empreendimento e a repartição da receita líquida entre os cooperados. Não descarta também outros empreendimentos solidários que possuem essas mesmas características e que estão em franca expansão no Brasil.

**Marcos Arruda** (Coordenador do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) fala em Socioeconomia Solidária como um movimento que transcende as iniciativas restritas ao econômico. Além das transformações institucionais na esfera socioeconômica, implica em mudanças profunda no nível das relações sociais e culturais: envolve mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos. (ARRUDA, 2000)

**José Luiz Coraggio** (1997) afirma que a Economia Popular Solidária se diferencia da economia empresarial capitalista exatamente pela sua lógica, que se caracteriza pela ‘reprodução ampliada da vida’ e não pelo acúmulo de riquezas. Dessa forma, indica a EPS como uma alternativa à economia capitalista, pois se desenvolve principalmente nos períodos de forte desassalariamento nos países em desenvolvimento mais ainda não possui a organicidade necessária para contrapor-se ao sistema hegemônico. (BERTUCCI; SILVA, 2003, p. 67-68)

Os elementos comuns entre esses autores aparecem na expressão dos valores e práticas inversos à lógica capitalista, na fragilidade e baixa organicidade.

Diante disso BERTUCCI e SILVA (2003) destacam, alguns desafios:

(...) o necessário fortalecimento das relações internas de solidariedade combinadas com a eficiência da cooperação; a articulação das diversas iniciativas em redes e fóruns para intervir nas políticas públicas. Para tanto é necessário que os movimentos populares transformem a EPS em um elemento político indispensável na construção de um novo projeto de desenvolvimento. (BERTUCCI e SILVA, 2003, p. 68)

O elo para se unir estas linhas de pesquisa se deu com a grande conquista para o movimento da Economia Solidária, que foi a criação da Secretaria Nacional de Economia solidária (SENAES)

(...) a primeira conquista institucional foi conseguida pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, que constituiu a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), em decorrência da aprovação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que atribuiu ao M.T.E. competências na área do cooperativismo e do associativismo urbano. (BRASIL, 2012, p. 29)

A partir da criação da SENAES a Economia Solidária evoluiu muito enquanto um movimento social articulado, e podemos observar seu crescimento e consolidação através dos dados que foram levantados por ocasião dos mapeamentos realizados nos períodos de 2005 a 2007 e 2009 a 2013.

A realização do primeiro mapeamento foi a base para a criação do Sistema de Informação da Economia Solidária (SIES)<sup>16</sup>. Um sistema eletrônico criado por iniciativa da SENAES e FBES, e realizado através da parceria com a Universidade Vale Rio dos Sinos (UNISINOS), no qual foram cadastrados e caracterizados praticamente todos os EES do país.

Na realização do primeiro mapeamento no período de 2005 a 2007 foram identificados o total de 21.859 EES. No período de 2009 a 2013 um novo mapeamento foi realizado, no qual os EES do primeiro mapeamento foram revisitados e novos EES foram cadastrados. Neste se constatou e validou a existência de 19.708 EES, conforme caracterização estabelecida pela SENAES e FBES. Os demais EES, foram identificados sem as características de EES conforme estabelecidas pela SENAES e FBES, ou não existiam mais.

Foram validados 19.708 EES com a seguinte classificação: 60% dos EES são associações, 30,5% são grupos informais e 8,9%, cooperativas. Empresas mercantis preenchem uma fatia bem menor, equivalente apenas a 0,6%. As atividades coletivas mais comuns são a produção (56%,2%), o consumo ou uso coletivo de bens e serviços (20%), a comercialização (13,3%) e a prestação de trabalho ou serviços a terceiros (6,6%). As atividades principais de alguns EES são ainda a troca (2,2%) e a poupança, crédito e finanças solidárias (1,7%). (GAIGER, 2014, p. 32-33)

O segundo mapeamento teve como foco caracterizar os EES, classifica-lo por tipos e por origem.

---

<sup>16</sup> Mais dados da Economia Solidária disponível em: < <http://ecosol.dieese.org.br/>>

Dentre as várias estratégias acionadas pelos EES está a organização em rede, meio no qual aproveitam o amplo campo de articulações no contexto da Economia Solidária.

No mapeamento foram registrados que 18% dos EES participam de redes econômicas, destas redes 52% são redes de comercialização. (GAIGER, 2014, p. 44).

Com o avanço da Economia Solidária outros olhares se abriram e a partir de 2015 a SENAES consolidou a base de dados do SIES em parceria com o DIEESE e criou um projeto chamado Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC), que se constituiu como um portal com informações, indicadores, mapas e dados estatísticos relacionados à Economia Solidária.

O ONESC<sup>17</sup> se tornou um forte instrumento para produção de estudos e análises relacionado à Economia Solidária, é complementado com as informações básicas dos municípios com os dados do IBGE, além disso outras fontes de informações também estão sendo estudadas.

Por se tratar de uma ferramenta aberta, este portal poderá ser aprimorado sempre. Os subsídios gerados através do ONESC são fortes instrumentos de suporte para a construção de planos, projetos e programas de Políticas Públicas para a Economia Solidária.

Todas as conquistas do movimento da Economia Solidária, fluiu e teve muitos avanços desde a criação da SENAES, mas a partir da destituição do governo ocorrida no ano de 2016, muitas ações e projetos que estavam em andamento foram paralisados ou cancelados.

Atualmente a SENAES funciona de forma precária com um número ínfimo de projetos e o movimento resiste e volta às reivindicações.

---

<sup>17</sup> Mais informações ONESC disponível em: < <http://ecosol.dieese.org.br/> >

### 3.5. O Fenômeno REDES e a Construção do Conceito das Redes de Cooperação de Economia Solidária

A teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico colocando os maiores acima dos menores, a maneira de uma pirâmide. Mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há “acima” ou “abaixo”, e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de outras redes. (CAPRA, 1996, p. 45).

O tema “redes” pela sua natureza de entrelaçamentos e possibilidades, por sua lógica sistêmica e colaborativa se tornou objeto de estudo em várias áreas do conhecimento.

FOGUEL (2009) nos apresentou em sua pesquisa uma diversidade de conceitos de redes abrangendo várias áreas do conhecimento, desde as ciências naturais com a Biologia e a Ecologia, passando pelas ciências exatas destacada pela Ciência da Computação e Matemática seguindo pelas ciências humanas através da Antropologia, Ciências Sociais e Geografia, chegando às ciências sociais aplicadas na Administração, Economia e Psicologia.

Em todas essas áreas encontramos estudos sobre redes, nesta pesquisa estudamos as redes que nasceram a partir das “Redes Sociais” considerando o conceito destas redes relacionado em primeiro lugar a área de conhecimento da sociologia pelas articulações políticas, ideológicas e simbólicas, conforme definição de SCHERER-WARREN apud FOGUEL (2009) e também de MARQUES apud FOGUEL (2009) em sua definição de possibilidades pelas Ciências Sociais.

SCHERER-WARREN (1999) identifica a utilização do conceito de redes pelas Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas desde os anos 40. A Sociologia trabalha com as redes sociais, analisando articulações políticas, ideológicas e simbólicas. Para MARQUES (2000, p. 31-32), as redes podem ser usadas de três formas nas Ciências Sociais:

- como metáfora, abordando a percepção da conectividade entre organizações, indivíduos ou ideias;
- sob o aspecto normativo, abordando as configurações de um conjunto de indivíduos ou organizações para a consecução de objetivos traçados;
- sob o aspecto da análise de redes sociais, considerando o método para análise das relações existentes na rede.

(SCHERER-WARREN [1999]; MARQUES [2000] apud FOGUEL, 2009, p. 71)

A 3ª revolução industrial nos trouxe o avanço de novas tecnologias na área da comunicação e informática, essa evolução influenciou fortemente e potencializou o crescimento das redes.

Para CASTELLS (2000), as novas tecnologias inseriram em toda estrutura social uma *lógica de redes*”, que produz uma *“sociedade em rede”*, na qual nos fez uma interpretação pessimista quanto a organização em redes, em sua análise as novas dinâmicas da sociedade da informação em suas dimensões sociais, políticas e econômicas despertou uma *“entidade capitalista coletiva sem rosto, formada de fluxos financeiros operados por redes eletrônicas”*

CASTELLS (2000) avalia as redes como a configuração do avanço do capitalismo, que *“ignora as funções não essenciais, os grupos sociais subordinados e os territórios desvalorizados”* que se tornam invisíveis aos que criam códigos e decidem o poder.

Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio. Redes são instrumentos apropriados para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada; para o trabalho, trabalhadores e empresas voltadas para a flexibilidade e a adaptabilidade; para uma cultura de desconstrução e reconstrução contínuas; para uma política destinada ao processamento instantâneo de novos valores e humores públicos; e para uma organização social que vise a suplantação do espaço e a invalidação do tempo. (CASTELLS apud MARTINHO, 2003, p.10)

As redes formadas por pessoas e instituições a partir da sociedade civil, dos movimentos populares e sociais, que se organizaram pela luta política e ideológica, defendem uma bandeira, uma causa, estas criaram redes informais entre os que partilhavam os mesmos valores e princípios e passaram a ocupar um espaço na sociedade que se convencionou chamar de redes sociais, com o avanço da tecnologia da comunicação e informática essas redes foram potencializadas.

A capacidade de operar sem hierarquia parece ser, assim, uma das mais importantes propriedades distintivas da rede. Entretanto, se é correto afirmar, como Capra, que não há hierarquia na natureza, o mesmo não se pode dizer das sociedades humanas. Ao contrário, pirâmides são um desenho institucional bastante comum, e a hierarquia, desde sempre, parece ser o "modo natural" da organização dos relacionamentos humanos. Porém, quando se estuda o funcionamento das redes sociais, em particular aquelas de caráter estritamente informal e não-institucional, passamos a ver também a emergência de fenômenos organizativos não-verticais, isto é, não-hierárquicos, funcionando produtivamente na sociedade. (MARTINHO, 2003, p. 16)

Apesar das análises pessimistas de CASTELLS (2000) sobre organização em rede, muitas manifestações que marcaram a história, foram organizadas por meio das redes, começando com os pioneiros do movimento ambientalista, depois outros movimentos sociais e sociedade civil.

Tais redes que, anteriormente, emergiam do relacionamento entre os atores sociais e das situações políticas que exigiam resposta coletiva, mas que mantinham uma existência episódica, transformaram-se, propriamente, numa das principais formas de organização permanente desses novos movimentos sociais. Uma multifacetada constelação de redes de ONGs, pessoas e grupos de afinidade em cada uma das áreas da ação política e social humana – educação, saúde, cultura, assistência social, meio ambiente, gênero, defesa de direitos e economia solidária, entre outros – passou a existir(...). As redes tornaram-se a principal forma de expressão e organização coletiva, no plano político e na articulação de ações de grande envergadura, de âmbito nacional ou internacional, das ONGs e dos novos movimentos sociais. (CASTELLS apud MARTINHO, 2003 p. 11, grifos nossos)

O fenômeno das redes sociais no Brasil, segundo MARTINHO (2003) começou com a luta pela democracia, contra a ditadura e em defesa dos direitos humanos na década de 1960, mas só com o avanço das tecnologias da comunicação e internet que no final dos anos de 1980 e no início dos anos 1990 que as articulações em rede conseguem abrir um caminho importante para essa forma de organização.

Conforme a WWF-Brasil uma organização não governamental brasileira que tem como objetivos *“harmonizar a atividade humana com a conservação da biodiversidade e promover o uso racional dos recursos naturais em benefício dos cidadãos de hoje e das futuras gerações”* ([www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br), acesso em 05/07/2018), a criação de redes no Brasil foi impulsionada na década de 1990, tendo como pioneira as redes em prol da preservação ambiental.

A conferência realizada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992 para debater os problemas ambientais mundiais, que ficou conhecida como “RIO 92”, foi a grande propulsora das redes dos movimentos ambientalistas.

Logo após essa conferência foram criadas no Brasil duas redes do movimento do ambientalista: a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA) e a Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA), criadas com o objetivo promover a preservação ambiental.

No início dos anos 2.000 movimentos sociais e diversos grupos organizados em todo o país em prol da Economia Solidária deram início a essa forma de organização em rede com a criação da “Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária”, oficializada no Fórum Social Mundial, em 2001, em Porto Alegre, conforme descrito nesta pesquisa no item 3.4. “A

*Economia Solidária e sua práxis no Brasil*". Esta era uma rede eletrônica que tinha por objetivo ir além das mobilizações, manifestações e centralização de informações da Economia Solidária, esta também buscava um elo entre produtores e consumidores que se identificavam com a proposta da Economia Solidária.

Considerando que as redes sociais no Brasil foram sendo construídas ao longo da história do país, desde uma situação de opressão, pela defesa de direitos humanos, por condições dignas de trabalho e geração de renda, e que o objetivo destas redes depende do que almeja seus envolvidos, muitas destas redes cresceram e se entrelaçaram junto às áreas de conhecimento para formar uma teia de saberes e possibilidades.

Embora a forma de "redes" tenha se desenvolvido nas ciências sociais aplicadas com o foco nas empresas e na lógica do sistema capitalista destacaremos aqui pelos seus propósitos algumas áreas de conhecimento que podem somar e convergir na teia das redes da Economia Solidária.

A apropriação das redes pelas Ciências Sociais Aplicadas é observada em estudos realizados pela Economia, Psicologia e Administração. A Economia trata das redes de consumo e produção, do impacto das TIC's sobre a Economia (campo chamado de Economia de Redes) e as relações entre macro e microambiente econômico na Sociedade em Rede. Na Psicologia, que estuda as interações e relacionamentos entre indivíduos e grupos, a abordagem esquizoanalítica se destaca ao analisar o comportamento humano dentro de uma leitura mais ampla das diversas concepções da realidade e seus potenciais.

A Ciência Administrativa pesquisa as redes organizacionais (inter e intraorganizacionais), as formas de alianças e parcerias, a construção e gestão do conhecimento nas organizações, a complexidade organizacional, o pensamento sistêmico e suas relações com as decisões estratégicas das empresas, e as redes intraorganizacionais e seus impactos sobre a cultura e comportamento organizacional. (FOGUEL, 2009, p. 72)

Como observamos até aqui uma organização em rede pode nascer em espaços muito distintos, por várias áreas do conhecimento, conforme citamos acima. Pelo fato de poder ser criada e movida por diversos interesses e motivos, o objetivo dos envolvidos é o que conduzirá a rede.

As "redes" de Economia Solidária, nasceram a partir dos movimentos sociais e sociedade civil organizados em prol de geração de renda e vida digna.

O despertar para a sobrevivência econômica e a busca por viver com qualidade de vida aproximou o movimento da Economia Solidária, com o movimento dos ambientalistas e as preocupações ambientais passaram a fazer parte da diretriz do movimento Economia Solidária.

Ao nascer dos EES logo se percebeu a necessidade de se unirem para se potencializarem através de “Redes de EES”. A “organização em redes” se tornou um princípio fundamental na Economia Solidária.

No entanto é de longa data que as empresas do sistema capitalista viram nesta forma de organização uma possibilidade de manterem a competitividade e ir além com criação de redes e de grandes conglomerados.

Contrapondo a visão pessimista de CASTELLS (2000), SINGER (1998.a) nos apresenta o momento em esta tendência de organização em rede começa a ser construída entre as empresas do sistema capitalista possibilitada pela globalização e avanço da tecnológico e a perspectiva para o movimento da Economia Solidária também poder seguir este caminho.

A 3ª revolução industrial, que tem a computação e a telemática por centro, está contribuindo para tornar possível manejar estruturas empresariais cada vez mais vastas. É por isso que as maiores organizações capitalistas em cada setor estão conseguindo se fundir para formar organizações ainda maiores. (...) as maiores organizações tenderão a se expandir, invadindo novos mercados. Este processo se chama conglomeração. (...) os conglomerados estão procurando superar o problema de controle mediante a descentralização e a autonomia das partes. São exemplos: o franqueamento e a subcontratação. Nestes casos, o conglomerado elimina a relação de produção típica do capitalismo, que é o assalariamento e substitui pela relação de compra e venda. (...) empresas que querem funcionar juntas não precisam se fundir; em certas circunstâncias, basta que elas selem alianças, sob a forma de contratos de parceria dos mais variados. Se esta tendência se generalizar, o conglomerado tomará a forma de firma-rede, de que já fala a literatura (Dunning,1997). E a firma-rede apresentará com mais força as características de ente político, já que nela existem poderes dispersos cuja coordenação exige mais que controle, consenso. (SINGER, 1998 a, p. 179 a 181)

Para SINGER o caminho de uma organização em rede é fundamental e favorável ao ressurgimento do cooperativismo e da Economia Solidária, mas alerta para a necessidade de compreensão pelo movimento operário, sindicatos e partido como alternativa ao sistema capitalista e reivindicação junto aos governantes para investimentos em política pública que possibilite esse desenvolvimento.

A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de

produção (...). Estas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário – sindicatos e partidos – apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo. Está comprovado que cooperativas de espécies complementares podem formar conglomerados economicamente dinâmicos, capazes de competir com conglomerados capitalistas. (...) se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista. (SINGER, 1998 a, p. 181-182)

No Levantamento de Estudos sobre Redes de Cooperação (na Introdução desta pesquisa) identificamos um número grande de dissertações e teses tratando das questões das organizações em “redes” de pequenas e médias empresas, do sistema convencional, ou seja, do sistema capitalista, com o tema “Redes de Cooperação” esta pequena amostra nos chamou a atenção para o fato que as empresas do sistema capitalista também buscam a cooperação, e que a cooperação não é exclusiva da Economia Solidária.

Empresas buscam a cooperação junto aos seus pares para competirem com mais força no mercado e se tornarem grandes conglomerados, investem cada vez mais para integrar sistemas. Conforme Dowbor:

O mercado continua a desempenhar um papel importante na organização econômica, mas temos que entender suas limitações, em particular quando vários setores passam a ser dominados por gigantes que eliminam a concorrência e se tornam forças políticas. As unidades empresariais por sua vez, dependem, para sua produtividade, de redes que as sustentam, constituídas por infraestrutura de transporte, de energia, de comunicação e de água e saneamento e que permitem que as unidades empresariais interajam e constituam um sistema econômico articulado. (DOWBOR, 2016, p. 131).

Contudo, precisamos ter claro para o movimento da Economia Solidária qual o significado e os propósitos de uma organização em rede. MARTINHO (2003) nos chama a atenção para a natureza democrática, aberta e emancipatória de uma organização em rede e para o que muitas vezes é chamado de rede, mas não é rede, dentro do que consideramos.

Diversas estruturas organizativas que se apresentam com o nome de rede definitivamente não o são em função de sua arquitetura vertical, da decisão centralizada e de seu perfil não-participativo e autoritário de gestão. Essa confusão deriva do uso indiscriminado do termo, da imprecisão conceitual, da moda cultural, da complexidade e do pouco conhecimento disponível sobre redes no Brasil. (MARTINHO, 2003, p. 13)

O conceito de Redes de Economia Solidária nesta pesquisa foi compreendido dentro da perspectiva da Economia Solidária, ou seja, redes que buscam um caráter emancipatório, conforme MARTINHO (2003).

A hierarquia se expressa, de forma bem evidente, na estrutura vertical da pirâmide. Da mesma maneira, a não-hierarquia pode ser exatamente representada pela arquitetura da rede. A rede, assim, teria como propriedade organizacional mais característica a horizontalidade. Rede seria um conjunto de pontos interligados de forma horizontal, o que quer dizer, em outras palavras, um conjunto de nós e linhas organizado de forma não-hierárquica. Esse é um aspecto decisivo quando consideramos a rede como um padrão organizativo e um modo de operação de caráter emancipatório. (MARTINHO, 2003, p. 17)

Seguindo com o entendimento de MARTINHO (2003), considerando a organização em rede com o objetivo de unir pessoas e/ou instituições, complementamos no conceito de Redes de Economia Solidária (no Brasil)<sup>18</sup>, com a definição trazida por (WHITAKER, 2002, p. 119) *“Uma rede é um sistema de nós e elos capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum”*. Ele também nos apresentou os principais fundamentos de uma rede:

- **Autonomia:** cada integrante mantém sua independência em relação à rede e aos demais integrantes. Numa rede não há subordinação.
- **Valores e objetivos compartilhados:** o que une os diferentes membros de uma rede é o conjunto de valores e objetivos que eles estabelecem como comuns.
- **Vontade:** ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede. O alicerce da rede é à vontade.
- **Conectividade:** uma rede é uma costura dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede.
- **Participação:** a cooperação entre os integrantes de uma rede é o que faz funcionar. Uma rede só existe quando em movimento. Sem participação, deixa de existir.
- **Multiliderança:** uma rede não possui hierarquia nem chefe. A liderança provém de muitas fontes. As decisões também são compartilhadas.

---

<sup>18</sup> Na Europa, segundo MANCE (2001) referia-se por Redes de Economia Solidária “articulação de certas atividades de financiamento, produção e comércio”

- **Informação:** numa rede, a informação circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não-linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores de informação.

- **Descentralização:** uma rede não tem centro. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.

- **Múltiplos níveis:** uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo “valor de rede” que a estrutura maior à qual se vinculam.

- **Dinamismo:** uma rede é uma estrutura plástica, dinâmica e em movimento, que ultrapassa fronteiras físicas ou geográficas. Uma rede é multifacetada. Cada retrato da rede, tirado em momentos diferentes, revelará uma face nova. (WHITAKER, 2002, p. 119-120)

MANCE (2001) um dos intelectuais da Economia Solidária nos apresentou os seguintes princípios da ideia de rede:

Um princípio básico dessa noção de rede é que ela funciona como um sistema aberto que se auto reproduz, isto é, como um sistema autopoietico. (...). Outros dois princípios de rede que a tornam revolucionária são os de intensividade e extensividade. Ampliar a intensividade significa que cada unidade da rede venha a atingir e envolver um maior número de pessoas no local onde aquela unidade atua. Isto pode significar o surgimento de outros pequenos nódulos naquela região articulados entre si e conectados à rede em geral. Ampliar a extensividade, por sua vez, significa expandir a rede para outros territórios colaborando no surgimento de novas unidades suas e no desenvolvimento destas, ampliando a abrangência da rede e fortalecendo o seu conjunto. (MANCE, 2001, p. 24-25)

Para MANCE (2001) a conexão da diversidade da rede integrando cada nódulo da rede aos objetivos da “*Colaboração Solidária*”<sup>19</sup>, a medida em que estas ligações se mantem ativa buscando o fortalecimento das ações de cada nó da rede e propiciando a criação de novos nódulos dentro da rede desta forma estará sendo fortalecida toda a “Rede de Colaboração Solidária”. MANCE (2001), leva em consideração para o conceito de Rede os seguintes pontos:

(...) seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs

---

<sup>19</sup> O conceito de “Colaboração Solidária” definido por MANCE, foi apresentado no “Problema de Pesquisa” p. 26 desta dissertação. “Colaboração Solidária é, pois, uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem-viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim.” (MANCE, 2001, p. 19)

etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, autossustentável, antagônico ao capitalismo. (...). O objetivo básico dessas redes é remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem no mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista (...); (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. (MANCE, 2000, p. 220-221)

Por fim MANCE (2005) nos apresentou o conceito de Redes de Economia Solidária, da seguinte forma:

integrar empreendimentos solidários de produção, comércio, serviços e consumo, bem como organizações sociais diversas, realizando reinvestimentos coletivos, fortalecendo e criando empresas, reorganizando solidariamente as cadeias produtivas. (MANCE, 2005, p. 7)<sup>20</sup>

Para que essas redes pudessem estabelecer contratos e parcerias e sair da informalidade para avançarem com sustentabilidade, a forma jurídica encontrada foi a formalização através das cooperativas de 2º grau. Estas são cooperativas centrais criadas com o mínimo de três cooperativas singulares e em geral têm o objetivo de centralizar a comercialização ou consumo para obterem um ganho maior eliminando os atravessadores. Desta forma as redes atingiram outro patamar em sua organização.

Considerando que a diversidade das redes ao longo do seu desenvolvimento também foi se reinventando e se construindo a partir da prática, experiência e realidade local, outras definições foram se configurando e se consolidando.

Embora continuamos a chamá-las com o nome que se convencionou “*Redes Solidárias*”, nesta pesquisa utilizaremos o termo “Redes de Cooperação” por ter sido definido desta forma no 1º Plano Nacional de Economia Solidária, elaborado na realização da III – CONAES, junto aos EES’s que vêm realizando essa prática.

Entendemos que esta definição é a melhor forma de representar a atuação das redes solidárias pesquisadas diferenciando dos outros tipos de rede:

Rede de Cooperação: Articulações formais ou não formais entre EES e suas organizações de apoio para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas

---

<sup>20</sup> A Revolução das Redes de Colaboração Solidária - Apresentado no Encontro Internacional de Economas Salesianas, Sevilha, 2005

e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços,  
e/ou para promover o consumo coletivo de bens, produtos e serviços.  
(BRASIL, 2015 - 1º Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019)

Considerando a relevância da organização em Redes para o fortalecimento e potencialização dos EES's, esta dissertação analisou a partir das experiências, elementos da organização do trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária que contribuem para a sustentabilidade econômica dos EES e apontou para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho.

## 4. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

### 4.1. A Importância das Políticas Públicas para a Economia Solidária

Em um contexto marcado pela política neoliberal a economia solidária nasceu como forma de sobrevivência e cresceu como estratégia dos movimentos populares e posteriormente do governo.

Não há como negar que a Economia Solidária foi uma estratégia própria da sociedade civil. No entanto, na medida em que as ‘forças democrático-populares’ obtiveram êxito na conquista de governos locais, a Economia Solidária passou também a ser incorporada na agenda das políticas públicas locais. (SCHIOCHET, 2012, p. 445)

Desde o final da década de 1990 algumas ações estratégicas de apoio à economia solidária já se espalhavam pelo Brasil, conforme SCHIOCHET (2008), o município de Porto Alegre (RS) foi o pioneiro, depois do estado do Rio Grande do Sul, outros programas e ações foram desenvolvidos nos municípios de Belém (PA), Santo André (SP), seguido dos municípios de Recife (PE) e São Paulo (SP).

Para citarmos algumas dessas ações estratégias citamos: a pioneira no Estado do Rio Grande do Sul, município de Porto Alegre, criação do primeiro programa denominado ‘Projeto Ações Coletivas’ entre os anos 1989 e 1995, através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio”. Importantes intercâmbios internacionais e a realização das feiras estaduais de economia solidária realizadas em Santa Maria (RS) foram promovidos pela Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), a partir de 1999;

A criação do programa de apoio às formas cooperativas, associativas e de autogestão, por coordenação específica em Blumenau, Santa Catarina (SC), em 1997; e

No município de São Paulo gestão 2000 a 2004, o programa “*Oportunidade Solidária*”, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade.

Estes foram importantes programas (de governo) de políticas públicas, sociais e de economia solidária com características emancipatória através da redistribuição de renda, capacitação e promoção de geração de emprego e renda, mas não se consolidaram como políticas de Estado.

De acordo com PRAXEDES (2012) as eleições municipais do ano 2000 foram favoráveis ao movimento da economia solidária pela adesão de governantes que começaram a implantar ações e programas de apoio à economia solidária como estratégia política de

enfrentamento ao desemprego e abriram o caminho para a criação da Rede de Gestores Públicos.

Em 2001 por ocasião da realização do Fórum Social Mundial, um grupo de técnicos de órgãos públicos constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Estes técnicos ao conseguirem implantar ações e programas governamentais de apoio à Economia Solidária em várias capitais, proporcionaram visibilidade e à impulsionaram.

Com a eleição de um governo federal com olhar voltado para as questões sociais, em 2003, o movimento de economia solidária se institucionalizou com a conquista da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), uma secretaria especial dentro do Ministério do Trabalho.

Importante destacarmos que essas conquistas obtidas foram possíveis devido a união e forças dos grupos organizados e movimentos sociais que se empenharam. De acordo com SILVA (2011)

As articulações ganharam impulso no final da década de noventa e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária no ano 2001, nos Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil. Em 2002 foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. No ano seguinte foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações que atuam na economia solidária. No mesmo período, em junho de 2003, realizou-se a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. (SILVA, 2011, p. 8)

Foram criados também os fóruns municipais, regionais e estaduais, espaço de diálogo entre os empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e integrantes da rede de gestores públicos.

Nestes fóruns de economia solidária em meio aos processos de formação foram sendo construídos documentos que caracterizaram o movimento e culminaram, em 2006, na I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) que consolidou uma política de economia solidária.

Com as deliberações da Conferência Nacional as políticas públicas de Economia Solidária passaram, de forma definitiva, a compor a centralidade da estratégia política do movimento de Economia Solidária no país. A própria Conferência Nacional e, em especial, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e ainda, posteriormente a criação do

Conselho Nacional de Economia Solidária configuram uma nova institucionalidade para as políticas de Economia Solidária. (SCHIOCHET, 2012, p. 448)

Com a criação da SENAES e do “*Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*” inserido nos Planos Plurianuais (PPA)<sup>21</sup> do Governo Federal de 2004–2007 e de 2008-2011, (SILVA, 2011), foram implementados muitos projetos voltados ao fomento, fortalecimento, desenvolvimento e divulgação da economia solidária, visando a inclusão social e a promoção do desenvolvimento solidário.

Conforme o 1º Plano Nacional de Economia Solidária o PPA 2012-2015, reconheceu a economia solidária como elemento de prioridade nacional para o desenvolvimento sustentável.

Ações de economia solidária se entrelaçaram com outras políticas através de programas de secretarias e departamentos municipais.

Programas de geração de trabalho e renda também estavam presentes nas políticas assistenciais e de desenvolvimento local. Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do DLIS - Programa de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável e Planfor - Plano Nacional de Qualificação Profissional. Os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – Sies – também demonstraram a importância do apoio governamental (vários órgãos e instâncias) para o surgimento da Economia Solidária no país ao longo da década de 1990. (SCHIOCHET, 2012, p. 446)

A economia solidária se mostrou transversal, na medida em que as ações e os programas de economia solidária criaram afinidade e complementariedade às ações das secretarias de várias áreas: assistência social, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, desenvolvimento econômico, meio ambiente, trabalho, entre outras.

O movimento da economia solidária obteve muitos avanços e conquistas, mas o que ficou assegurado até o momento foram somente políticas de governo, pois a implantação de uma política de Estado depende principalmente do interesse dos grupos políticos do Poder Executivo e de muita participação e reivindicação dos movimentos sociais.

(...) a inclusão da Economia Solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do ‘Estado mínimo para o social’, pois, a Economia Solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos

---

<sup>21</sup> O Plano Plurianual (PPA), foi instituído pela Constituição de 1988 (Art. 165º) e estabelece que o governo federal deve apresentar um planejamento e o orçamento público ao Congresso Nacional até o final do mês de agosto, do primeiro ano da administração, a cada quatro anos.

governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, imiscuir o Estado na economia real das comunidades. De alguma maneira, podemos afirmar que as exigências da Economia Solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais. (SCHIOCHET, 2012, p. 447)

Contudo, ainda há outros desafios a serem enfrentados para tornar as políticas de governo de Economia Solidária em políticas de Estado.

FRANÇA FILHO (2012, p. 434) considera que as políticas públicas de Economia Solidária possui quatro características: 1ª ser políticas em construção, 2ª tratar-se de políticas em parcerias, 3ª são políticas com forte vocação indutiva, e 4ª são políticas de organização da sociedade.

Sobre considerar as políticas públicas para a economia solidária ainda como uma política em construção. FRANÇA FILHO (2012), analisa:

São políticas que possuem uma grande heterogeneidade, fundamentalmente em relação a três pontos: a) o nível de estruturação das políticas (há no Brasil políticas muito diferenciadas, alguma até bem estruturadas, pouco estruturadas, outras, são somente ações isoladas); b) do ponto de vista da concepção da participação social na política; e, c) no modo de execução da política. Então essas diferenças, é muito processual, e são diferenças marcantes no país. É uma política em construção, também, pela ausência de unanimidade no país sobre o tema. (FRANÇA FILHO, 2012, p. 435)

Para FRANÇA FILHO (2012) a política de Economia Solidária possui característica de uma política em parcerias, se trata da relação entre poder público, sociedade civil e atores da sociedade civil, em uma relação de cooperação e conflito por diversos motivos. O envolvimento de todos esses atores dentro dessa relação de cooperação e conflito, acaba desenvolvendo novas formas de aprendizado e construção de política participativa.

A consideração de vocação indutiva para FRANÇA FILHO (2012), acontece pelo fato desta política poder impulsionar o desenvolvimento junto a participação dos coletivos organizados. Contudo, segundo PRAXEDES (2012):

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de Economia Solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e

fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas públicas de desenvolvimento de Economia Solidária, considerando a intersetorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social. (PRAXEDES, 2012, p. 450)

A possibilidade de uma ação transversal colocou a Economia Solidária como um catalisador e propulsor de várias ações de desenvolvimento econômico e social de forma simultânea.

PRAXEDES (2012), nos apresenta algumas fontes de recursos do governo que têm propiciado ações da economia solidária pela transversalidade de atuação da economia solidária.

Outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de Economia Solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de Economia Solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/M.T.E). (PRAXEDES, 2012, p. 449)

Uma das parcerias consideradas muito importante para o movimento da economia solidária foi a parceria da SENAES com os governos municipais e estaduais para a criação dos centros públicos, por ser um meio que viabiliza as ações da economia solidária. Em geral é um local de referência da economia solidária nos municípios que possibilita a realização de atividades e o fomento.

#### **4.2. Políticas Públicas e Sociais, Economia Solidária e as Conexões entre ações que produziram fortalecimento.**

As Políticas Sociais ganharam um olhar especial a partir do governo Lula em 2003. De acordo com CUNHA (2012) o início do governo Lula em 2003 inicia-se com a intensificação e fortalecimento da participação de espaços de diálogos, “(...) *conferências e a criação ou revitalização de conselhos como espaços de diálogo para proposição, acompanhamento e gestão de políticas.*” (CUNHA, 2012, p. 148).

O objetivo do governo era estar próximo da sociedade para ouvir as demandas e avançar nas políticas sociais, até então distantes da realidade.

Mas foi turbulenta a organização dessa “participação” junto a sociedade civil, pela concepção dos grupos participantes que não atingia o consenso, de um lado o grupo do movimento sindical com característica centralizadora e hierarquizada e do outro um grupo com uma visão descentralizada e horizontal, ou seja, visões opostas de participação, em meio a essa situação os espaços de participação se multiplicaram e acabaram não se consolidando como verdadeiros espaços para deliberação e controle social (CUNHA, 2012).

Os dilemas com relação a participação seguiram, mas contudo no ano seguinte de atuação, o governo começou dar sinais de avanços com a retomada do emprego formal e ampliação de esforços rumo às políticas sociais.

Além da estratégia integrada em torno da segurança alimentar (Fome Zero) e do programa de transferências que aumentou o poder de compra das famílias mais pobres (Bolsa Família), (...), políticas de expansão do chamado crédito popular, principalmente para consumo de automóveis e eletrodomésticos — em especial o “empréstimo consignado”, garantido por pagamento do salário e proventos de aposentadoria e pensões; estímulo à inclusão no sistema bancário, por meio da instituição das chamadas “contas simplificadas”; a concessão de bolsas em faculdades privadas para alunos da baixa classe média (Universidade para Todos – ProUni); a expansão da eletrificação rural (Luz para Todos); o estímulo à “auto-construção” via redução de impostos de insumos básicos como cimento, e mais tardiamente, o programa habitacional para famílias de baixa renda (Minha Casa Minha Vida); entre outras — além do aumento substancial do salário mínimo. (CUNHA, 2012, p. 117).

Uma das estratégias muito importantes desenvolvidas a partir da criação desses programas foi organização da questão da segurança alimentar com o fortalecimento da agricultura familiar através de linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vinculando as compras governamentais.

Esta estratégia possibilitou a geração de renda e acesso ao microcrédito vinculando articulação, mobilização e controle social. (CUNHA, 2012)

Podemos considerar este programa de governo muito inovador no combate à pobreza, emancipador pelo fato do governo privilegiar a sociedade civil junto aos governos municipais, estaduais e federal e desta forma propiciar a inclusão social, geração de renda, entre outros ganhos.

Para a agricultura familiar a grande conquista foi a instituição da política de Estado que determinou através da lei nº 11.947 de junho de 2009<sup>22</sup>, e regulamentou pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que os municípios, estados e Distrito Federal utilizem ao menos 30% do valor repassado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a ser utilizado na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, por meio de Chamada Pública<sup>23</sup>.

De acordo com a rede da agricultura familiar participante da pesquisa e outras cooperativas e redes da agricultura familiar foi essencial a conquista do PNAE pois viabilizou o setor economicamente. O fato de o PAA ter sido apenas um plano de governo, não tirou a importância dele na constituição e viabilidade das cooperativas e redes da agricultura familiar, mas com a mudança da gestão do governo federal houve uma redução drástica que ocasionou dificuldades no andamento do setor, esta questão será aprofundada no capítulo de análise.

Implementação de políticas públicas e sociais importantes também se deram para trabalhadores (as) de em um dos setores que muito sofreram em busca de sobrevivência, que são os catadores de materiais recicláveis.

Consideramos muito importante destacarmos ao menos algumas das várias lutas por direitos, reivindicações e conquistas do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) nas políticas sociais e políticas públicas e o entrelaçamento de várias ações e programas junto à economia solidária.

Desde que parte do mundo se sentiu ameaçado pela degradação do meio ambiente promovida pela revolução industrial e a Organização das Nações Unidas (ONU) começou a organizar uma série de conferências sobre o meio ambiente, inclusive uma no Rio de Janeiro, em 1992<sup>24</sup>, para debater o desenvolvimento sustentável, iniciaram muitas ações envolvendo sociedade, empresários e governantes a repensarem suas ações devido a deterioração do meio ambiente com vistas a sustentabilidade.

---

<sup>22</sup> Mais disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnar-agricultura-familiar>>

<sup>23</sup> Chamada Pública: é um procedimento para a aquisição de produtos ou serviços por meio de edital, que tem por finalidade publicizar os atos de aquisição ou prestação de serviços nos casos de dispensa de licitação que é o procedimento obrigatório para administração pública, definido pela Lei das Licitações lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

<sup>24</sup> Para saber mais: <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>, e site das Nações Unidas / Desenvolvimento Sustentável: [https://nacoesunidas.org/page/6/?post\\_type=post&s=eco+92](https://nacoesunidas.org/page/6/?post_type=post&s=eco+92).

Além das questões de poluição dos rios, depredação do solo, o acúmulo dos resíduos sólidos gerados pelo consumismo desenfreado de produtos industrializados e descartáveis, entre outros, geraram problemas ambientais gravíssimos.

Dentre as alternativas de tratamento para os resíduos sólidos urbano, a reciclagem se tornou um instrumento importante, por ser uma forma de possibilitar o reaproveitamento dos produtos descartados e a geração de renda para trabalhadores (as) que viram na comercialização dos materiais recicláveis, uma forma digna para a sobrevivência.

Os catadores de materiais recicláveis são uma classe de trabalhadores (as) que atualmente possuem um reconhecimento pela sociedade e governantes, no entanto, conforme estudos e pesquisas realizadas nessa área, sofreram muitos preconceitos, além da submissão à exposição de condições de trabalho precárias, tanto na remuneração, quanto na informalidade de trabalho e riscos à saúde, tais condições ainda não foram resolvidas em 100%.

Esses trabalhadores (as) são uma classe organizada através do MNCR, que a muito tempo lutam por direitos e reivindicam condições adequadas para exercerem a atividade da catação de recicláveis. Através das reivindicações o MNCR vem obtendo muitas conquistas ao longo da sua trajetória.

A partir do reconhecimento profissional oficializado pela portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002, que inseriu a ocupação de “*Catador de Material Reciclável*” no cadastro nacional de ocupação CBO – Classificação Brasileira de Ocupação<sup>25</sup>, o catador saiu da invisibilidade.

A oficialização da ocupação de catador, por si só, aparenta não ter importância, mas estrategicamente a relevância se dá na medida em que este padrão de codificação integra as políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, possibilita e facilita a inserção dessa classe de trabalhadores (as) nos programas de qualificação profissional.

Isto apontou para a visibilidade de uma classe de trabalhadores (as) anteriormente invisível e para o resgate da cidadania e dignidade.

Em 2003, mais uma importante conquista para o MNCR, foi criado pelo governo federal o comitê de inclusão social de catadores de lixo, com o objetivo de implantar projetos que propiciem condições dignas de vida e trabalho aos catadores (as).

Em 2010, a aprovação e regulamentação da lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), contribuiu dentre muitas questões relacionadas ao meio

---

<sup>25</sup> CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro.

ambiente a instituição do incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis. A partir da lei mais uma conquista, através da instituição do Programa Pró-Catador, por meio do decreto nº 7.405/2010, promoveu a cidadania, formação e capacitação dessa classe de trabalhadores (as).

O programa Pró-Catador do governo federal tem caráter emancipatório por promover a formação para cidadania e autogestão assistência técnica; possibilitar a implantação ou estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis; possibilitar estrutura física: na aquisição de equipamentos, máquinas e veículos; e assessoria técnica e logística destinado a capacitar redes de cooperativas e associações para prestarem serviço de coleta seletiva para prefeituras, além de promover a organização tanto para a comercialização como para o beneficiamento de recicláveis.

Este programa teve início em 2007, a partir do convênio entre a SENAES/M.T.E e a Fundação Banco do Brasil (FBB), em 2010 foi ampliado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras Petróleo.

No capítulo de análise através das redes participantes da pesquisa poderemos identificar e constatar a evolução deste segmento.

Porém essas ações não agradam à todos, principalmente aos liberais, por defenderem o Estado mínimo, aquele no qual a transferência de recursos prioriza o capital para atender às demandas de industrias internacionais em detrimento das indústrias nacionais e o mínimo de recursos para atender os direitos dos (as) cidadãos (ãs) com políticas sociais.

A implantação das políticas adotadas pelo governo Lula se mostrou essencial para a construção de uma política pública social com viabilidade para o desenvolvimento econômico e social.

## 5. ANÁLISE PARTE 1

### 5.1. Organização das Informações e Construção do Processo da Análise

Na primeira parte da análise apresentamos o item 5.2 Descrição das Atividades em Observações Participante, que nos trazem informações que complementam o item 5.3 Caracterização das Redes, na qual são apresentadas as composições da dimensão organizativa e a dimensão histórica da constituição das redes, nas quais os sentidos e significados expressos nas práticas, crenças e valores das Redes revelam a Dimensão Subjetiva.

Na segunda parte da análise buscamos identificar categorias de análise através dos sentidos e significados revelados nas falas dos entrevistados na pesquisa. Esta construção do processo de análise tem por referência o método desenvolvido por Aguiar e Ozzela (2006) *“Núcleos de significação como instrumento para apreensão da constituição dos sentidos.”*, ele é constituído pelas etapas que descrevemos a seguir.

De posse das transcrições das entrevistas e vídeos conforme descritos no item 2.5 Instrumentos de Coleta de Informações, realizamos diversas leituras do conteúdo e destacamos trechos das falas dos entrevistados, que foram interpretadas buscando elencar, estrutura operacional, organizativa e concepções.

Realizamos o levantamento de trechos das falas dos entrevistados considerando as bases objetivas e subjetivas das redes em seu contexto histórico, político, econômico, cultural e social e construímos os pré-indicadores, totalizando noventa e quatro. A cada conjunto de falas com temas do mesmo assunto foram criadas sínteses que classificamos como indicadores, totalizando vinte.

Os vinte indicadores foram aglutinados por conjunto do mesmo assunto e chegamos a um tema central que classificamos como núcleos de significação e transformamos em categorias análise, totalizando sete categorias. Nestas categorias voltamos aos trechos das falas e realizamos a interpretação das expressões dos entrevistados por meio dos sentidos e significados do coletivo, onde aparecem as crenças, valores e práticas que constituem a dimensão subjetiva. O processo completo pode ser conferido no Anexo III.

Este processo nos permitiu organizar os conteúdos que revelaram o processo de constituição da consciência e da produção de sentidos e significados que configuram a Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação de Economia Solidária.

## **5.2. Descrição das Atividades em Observação Participante**

### **5.2.1. Observações Participantes em: Evento do Movimento da Economia Solidária e Evento da Unisol Brasil**

*As participações ocorreram nos eventos:*

1 - Encontro Nacional UNISOL de Economia Solidária, realizado de 27 a 30 de março de 2017.

Este encontro reuniu EES do país todo filiados à UNISOL Brasil e convidados. O objetivo deste encontro foi a troca de experiência e construção de um plano de ação, além da realização de oficinas de comunicação, captação de recursos, orientações jurídicas para que os EES dos estados avancem na federalização, um encontro dedicado às mulheres e às políticas e diretrizes de afirmação e empoderamento, uma análise de conjuntura com deputados (as), com CUT/CNM<sup>26</sup> e a realização do II Encontro Internacional Sindicalismo e Cooperativismo na América Latina – os desafios da classe trabalhadora.

2 - Seminário Estadual de Economia Solidária realizado nos dias 8 e 9 de agosto de 2017

Neste seminário ocorreram vários debates em torno dos desafios e perspectivas das políticas públicas para a economia solidária nos limites do Estado de São Paulo e apresentação de instrumentos de apoio como o Observatório Nacional da Economia Solidária e Cooperativismo (ONESC), disponível no portal do DIEESE<sup>27</sup> e o Aplicativo Resposta, do Instituto Kairós.

Estes dois eventos me possibilitaram uma visão ampla e atualização nas temáticas, discussões, instrumentos e ferramentas no contexto da economia solidária.

### **5.2.2. Observações Participantes *in Loco* em duas Redes Participantes da Pesquisa**

As visitas *in loco* às duas redes nos permitiram complementar informações, conhecer a sede, outros integrantes do conselho administrativo e a estrutura organizativa das redes que são intermunicipais.

Estas visitas também nos propiciaram identificar aspectos objetivos e subjetivos através da livre expressão dos participantes, que nos possibilitou maior qualidade das informações.

---

<sup>26</sup> CUT – Central Única dos Trabalhadores (Sindicato de Trabalhadores) / CNM – Confederação Nacional dos Metalúrgicos

<sup>27</sup> DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro)

## Observação Participante I: Visita à Rede Verde Sustentável (RVS)

Objetivo: conhecer a sede, estrutura e organização da RVS, conversar com integrantes do conselho administrativo, que pertencem as cooperativas que compõe a rede.



Figura 1: Reunião com direção da RVS  
Fonte: Solange Lima

Esta rede foi uma das participantes da pesquisa e da construção coletiva de um livro sobre as Redes. Entenderam as duas participações e foram muito receptivos aceitando o convite.

Na ocasião da visita pudemos conhecer os outros integrantes da RVS, a história das outras cooperativas e como criaram a RVS.

Aproveitamos a oportunidade para convidar todos integrantes da direção para o encontro que aconteceria na PUC-SP, organizado pelo NUTAS<sup>28</sup> em parceria com a UNISOL Brasil e outras redes filiadas com o objetivo de construirmos um livro de forma coletiva, com a participação das diversas Redes filiadas à UNISOL Brasil, localizadas no estado de São Paulo.

A história e funcionamento desta rede está descrita no subitem 5.3 Caracterização das Redes que Compõem a Pesquisa.

---

<sup>28</sup> NUTAS – Núcleo de Estudos e Pesquisa do Trabalho e Ação Social

## Observação Participante II:

### Observação Participante no Encontro de Redes organizado pelo grupo NUTAS da PUC/SP

O encontro organizado pelo NUTAS (Núcleo de Estudos e Pesquisa do Trabalho e Ação Social) do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, teve como objetivo organizar um livro com temáticas que representam desafios e perspectivas das redes, bem como nos possibilitou conhecer todas as redes ligadas à UNISOL Brasil no limite do Estado de São Paulo.

A seguir apresentamos esta atividade de observação participante com mais detalhes.

### Encontro das Redes organizado pelo NUTAS, na PUC-SP em 13 de setembro de 2017

#### Abertura:



Figura 2: Mesa de Apresentação do Encontro  
Fonte: Solange Lima



Figura 3: Integrantes do NUTAS e das Redes  
Fonte: Solange Lima



Figura 4: Integrantes do NUTAS e das Redes  
Fonte: Solange Lima



Figura 5: Integrantes do NUTAS e das Redes  
Fonte: Solange Lima

A realização deste encontro ocorreu através da parceria entre a UNISOL Brasil e NUTAS/PUC-SP, e teve como objetivo organizar um livro sobre as redes a partir dos temas comuns e desafiantes para as redes.

A mesa de abertura do encontro foi composta pelo Prof. Dr. Odair Furtado e Profa. Dra. Elisa Zaneratto Rosa, ambos do NUTAS; Isadora C. Santos, diretora da Unisol Brasil e eu, como pesquisadora do NUTAS e assessora da UNISOL Brasil, participei desta mesa na condição de coordenadora, bem como organizadora das demais atividades que compunham este evento.

Contamos a presença de lideranças de 10 redes de empreendimentos econômicos solidários, dos mais diversos segmentos: alimentação, agricultura familiar, confecção e costura, design, ecoturismo, pesca e artesanato, e recicláveis, e toda a equipe do NUTAS.

Após a apresentação da proposta da construção de um livro de forma coletiva, os representantes das redes foram conduzidos para a discussão em grupo por temas.

### **Grupos reunidos para a discussão dos temas**

Foram criados 5 grupos a partir dos temas: Políticas Públicas e Economia Solidária, Redes Solidárias, Princípios da Economia Solidária, Organização do Trabalho e Processos de Formação e Economia Solidária e as questões de Gênero Raça e Etnia.

Na coordenação das discussões e registrando a atividade através de relatórios tivemos a colaboração de toda a equipe do NUTAS.



Figura 6: Integrantes das Redes  
Fonte: Solange Lima



Figura 7: Integrantes do NUTAS  
Fonte: Solange Lima



Figura 8: Integrantes do NUTAS e das Redes  
Fonte: Solange Lima

Afim de ilustrarmos o encontro realizado com as palavras dos participantes, com base nos relatórios gerados pela equipe do NUTAS, selecionamos alguns trechos das falas dos participantes ou conclusões elaboradas pelo grupo, que consideramos relevantes.

### **Participantes do grupo de Políticas Públicas e Economia Solidária**

Além dos desafios encontrados na estrutura do estado há o desafio social de convencer e mobilizar a população de que a luta é legítima já que os meios de comunicação são um dos primeiros a se opor aos movimentos sociais. (Participante Z)

### **Participantes do grupo Redes Solidárias**

O grupo redes apresentou alguns dos desafios enfrentados no dia-a-dia, das redes que envolvem: Planejamento; legalização; promover a saúde e segurança no dia-a-dia dos trabalhadores(as) investindo no bem estar do cooperado; buscar alinhar a compreensão e os entendimentos dos trabalhadores(as) da importância da organização, da gestão com o envolvimento de todos; a importância das políticas públicas; promover a comunicação constante com todos os envolvidos; promover o entendimento político; buscar o comprometimento dos EES perante à rede e dos envolvidos - os cooperados devem ter a percepção da sua importância no empreendimento, entre outros. (Parte do resumo final elaborado pelos participantes)

### **Participantes do grupo Organização do Trabalho e Processo de Formação**

(...) o tempo foi me ensinando sobre como trabalhar e absorver os valores, mas para as pessoas é difícil tem gente que trabalha uma semana, um mês e eu dou a benção de ir com o Deus para a empresa do sistema capitalista, fazemos o possível para a pessoa ficar, estávamos com 20 e agora com 12 ou 13, mas esses são os que estão desde o início há dez anos” (Participante K)

precisamos aprender a conquistar as pessoas para o nosso lado, desenvolver argumentos, ter resiliência, e se você não passar por isso, não conquistar elas, talvez você passe para o outro lado e vai se adaptar ao sistema, você precisa entender que não é culpa dessas mulheres, o processo todo é muito complexo. (Participante L)

### **Participantes do grupo Questões de Gênero, Raça e Etnia**

Quando eu venho para uma roda de discussão falar de gênero, raça, etnia etc., eu penso que a economia solidária é o ideal, por que nossa forma de trabalhar já vai minando essas formas de discriminação impostas, a nossa lógica não pode ser o lucro ou aceitar essas discriminações imposta. (...). É muito importante discutir a questão do gênero no campo. (Participantes P)

### **Participantes do grupo Princípios da Economia Solidária**

A economia solidária é um movimento de formiguinha e de resistência e a gente quer sair da caixinha do capitalismo exploratório e a gente vê que tem um movimento que diz: NÃO QUERO FAZER PARTE DA EXPLORAÇÃO. Vamos consumir consciente: slow fashion, slow food. É meio puxar o freio desta loucura, e a gente como economia solidária já faz isto, estamos resistindo. Se não fizermos a nossa parte seremos engolidos, mas mesmo sendo formiguinhas temos força e essa força vem também do compartilhar a nossa história. Fazer esse livro é compartilhar e isso é muito bom. (Conclusão geral elaborada com a participação de todos do grupo)

## Encerramento

No encerramento um representante de cada grupo apresentou o desfecho final da discussão do grupo e os demais participantes complementaram e/ou fizeram comentários, acrescentando outros elementos para o debate. As redes também puderam aproveitar o momento para divulgarem os serviços dos empreendimentos. Houve uma troca de experiências e contatos entre os participantes, que se mostraram bastante estimulados e motivados.



Figura 9: Participantes em círculo, NUTAS e Redes  
Fonte: Solange Lima



Figura 10: Todos os participantes do encontro  
Fonte: Solange Lima

### **Observação Participante III:**

#### **Visita à Rede Vale do Ribeira**

Objetivo: conhecer as bases da organização da agricultura familiar, conceito da agrofloresta, a estrutura geral da Rede Vale do Ribeira, alguns Núcleos de Integração e Cooperação Solidária (NICOS), a sede da rede e conversar com alguns integrantes.



Figura 11: Integrantes Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima

#### **Conceito da agrofloresta apresentado pela Rede Vale do Ribeira**

A agrofloresta é um sistema de produção sustentável, ou seja, uma forma de produção que preserva o local e suas melhores condições quanto ao solo, à água, à diversidade de plantas, aproveitando a energia do sol. Para isso é realizada a combinação de plantas que têm, mais ou menos, o mesmo tempo de vida e possam ocupar as diferentes alturas, tudo isso em um processo que respeita os ciclos de cada espécie.



Figura 12: Integrantes da Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima

**Escritório - Sede Rede Vale do Ribeira - Coopercentral VR - Município de Registro-SP**  
**Reunião final com a direção da Rede**



Figura 13: Integrantes da Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima



Figura 14: Integrantes da Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima

Conhecemos o funcionamento organizacional, a história, alguns desafios da organização e dinâmica de estruturação, expectativas e perspectivas específicas do setor da Agricultura Familiar junto aos demais integrantes.

A história e funcionamento desta rede está descrita a seguir no item 5.3 Caracterização das Redes que Compõem a Pesquisa, subitem 5.3.3.

### 5.3. Caracterização das Redes que Compõem a Pesquisa

#### 5.3.1. REDE REICLAMP



Figura 15: Logo da Rede Reciclamp  
Fonte: Rede Reciclamp

Cooperativa Central de Coleta e Comercialização de Materiais Recicláveis de Campinas e Região – Reciclamp

Setor de Atuação: Recicláveis

A Reciclamp caracteriza-se como uma Cooperativa de segundo grau, é formada por quatro cooperativas de manuseio e triagem de materiais recicláveis: Cooperativa de manuseio e triagem de materiais recicláveis Antônio da Costa Santos (ACS); Cooperativa de manuseio e triagem de materiais recicláveis São Bernardo (Cooperativa São Bernardo/Divipaz); Cooperativa de manuseio e triagem de materiais recicláveis Nossa Senhora Aparecida (Projeto Reciclar) e Cooperativa de manuseio e triagem de materiais recicláveis Unidos na Vitória (Unidos).

Integram esta Rede atualmente é de 142 sócios (as) trabalhadores (as), sendo 96 mulheres e 46 homens, com faixa etária entre 21 e 70 anos.

A Rede comercializa: 17 tipos de plástico, 5 tipos de papeis, vidro, isopor, sucata ferrosa, alumínio, raio x, eletroeletrônicos.

#### **DIMENSÃO ORGANIZATIVA**

As atividades da Rede Reciclamp tiveram início no ano de 2006, e o processo de estruturação jurídica, foi consolidado após dois anos de organização e formalização legal das cooperativas que constituem a Rede, quando a organização e separação do material de cada cooperativa passou atender aos padrões estabelecidos pela indústria.

Sendo assim, em 2008 a Rede Reciclamp foi formalizada como uma cooperativa de segundo grau com o objetivo de organizar a comercialização para atingir escala, ou seja,

garantir uma grande quantidade de material para vender direto para a indústria, sem passar por intermediários e assim obterem um ganho maior pelo material comercializado.

Com o desdobramento da organização e as conquistas de equipamentos a Reciclamp também se tornou responsável pela organização e gestão do patrimônio das cooperativas, além de ter se tornado um meio para buscar e possibilitar benefícios diretamente para as cooperativas e/ou direta ou indiretamente para os (as) cooperados (as).

Cada cooperativa tem sua própria estrutura organizacional, com sede, estatuto, regimento interno, direção, realização de assembleia e se orientam pela Carta de Princípios (Anexo I), criada no início da organização para orientar o funcionamento da rede. As Cooperativas que desejam fazer parte da Rede Reciclamp devem estar de acordo com as regras desta Rede e aderir a Carta de Princípios.

### **Estrutura Física**

Esta Rede possui instalações em uma sede alugada afim de garantir local adequado para a organização das atividades administrativas, reuniões, atividades de formação etc. O espaço dispõe de três salas, um almoxarifado, computadores, mesas e cadeiras.

Além desta sede cada cooperativa afiliada, possui seus próprios escritórios, onde dispõem de mesas, cadeiras e computadores.

O patrimônio da rede é composto por caminhões gaiolas com capacidade para sete toneladas, caminhão trucado com capacidade para quinze toneladas, caminhão três quartos para circulação urbana, uma perua Kombi para apoio logístico, cinco contêineres para a coleta nos grandes geradores de resíduos e duas prensas de reserva para dar suporte às cooperativas da Rede quando necessário. Todas as cooperativas dispõem de prensa, balança e empilhadeira Bobcat, equipamentos considerados essenciais para o desenvolvimento do trabalho com dignidade.

A direção administrativa dispõe de celulares com acesso à internet que é garantido para os cooperados da direção administrativa e conselhos, afim de possibilitar o contato rápido entre os integrantes com baixo custo através do aplicativo *whatsapp*.



Figura 16: Galpão antigo do Projeto Reciclar  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 17: Galpão atual do Projeto Reciclar  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 18: Empilhadeira Bobcat  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 19: Caminhão Baú  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 20: Caminhão Gaiola  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 21: Carrinhos coleta interna CEASA Campinas  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 22: Caminhão 15 toneladas  
Fonte: Rede Reciclamp

Considerando os avanços tecnológicos e a utilização de computadores e celulares com acesso à internet, uso de aplicativo de comunicação *whatsapp*, podemos identificar que em linhas gerais esta Rede mostra que já está inserida no mundo virtual e fazem uso da tecnologia a seu favor. De posse desses equipamentos eles conseguem responder rápido as demandas

colocadas e estão conectados (as) com as possibilidades de mudança. Criam grupos virtuais como meio de se contatarem de forma mais rápida e divulgam seus serviços.

Segundo RIFKIN (2015) a nova revolução tecnológica gira em torno da comunicação, internet e transporte, neste sentido esta Rede mostra os primeiros passos para apropriação do universo tecnológico e que está minimamente inserida no mundo da tecnologia. Este foi um passo muito importante pois aponta para o futuro no qual as Redes de Cooperação de Economia Solidária se beneficiam das novas tecnologias em prol do seu desenvolvimento.

### **Procedimento para admissão de novos sócios nas cooperativas da Rede**

A admissão de novos sócios é realizada pela Rede, dentro do padrão convencional, ou seja, o interessado preenche uma ficha (para os que sabem ler e escrever), com suas informações pessoais e interesses. Observado a disponibilidade de vaga em cada cooperativa, o interessado passa por uma avaliação na mesa de triagem<sup>29</sup> e após três meses de trabalho ele passa pela avaliação dos cooperados em assembleia, e sendo contemplada todas as etapas ele passa a fazer parte do quadro de sócios da cooperativa.

A admissão de novos sócios é realizada na maioria das vezes por indicação de um associado, ou por encaminhamento da Casa Antônio Fernando, local onde estão abrigadas pessoas em situação de rua, além das pessoas que procuram espontaneamente trabalho diretamente nas cooperativas.

A adesão do modelo convencional com preenchimento de ficha, para os que sabem ler e escrever, antes do encaminhamento para a avaliação na mesa de triagem, ocorreu devido à grande quantidade de pessoas que começaram a procurar trabalho nas cooperativas de materiais recicláveis.

No entanto, a Rede Reciclamp se compreende com um olhar humanizado na forma de realizar a tarefa de admissão de novos sócios, que a despeito de estar enquadrada dentro do padrão tradicional, age de forma diferenciada do sistema, pois segundo o presidente da Rede Reciclamp é comum pessoas que não tenham documentos procurar trabalho em alguma das cooperativas. Nesses casos a pessoa é acolhida com atenção redobrada pelo o cooperado (a) responsável por esta tarefa, que primeiro o (a) encaminha para os órgãos expedidores de documentos, porém quando se percebe que esta pessoa não conhece a cidade, ou tem dificuldade em circular pela cidade, ele é acompanhado até local, para que ele possa emitir seus documentos para trabalhar.

---

<sup>29</sup> Local onde é separado o material reciclável por tipo

Desta forma a Rede Reciclamp se vê exercendo cidadania, cuida para que estas pessoas, ao chegarem em busca de trabalho sem documentos, primeiro se sintam acolhidas, se sintam cidadãs, antes de se tornarem cooperados (as).

Se revela aqui os valores desta rede expresso nas práticas diferenciadas do mercado de trabalho convencional em relação ao humano, por já terem vivenciado experiência próxima dessa realidade, sabem que em geral estas pessoas carregam o sentimento de serem invisíveis para a sociedade, possuem baixo autoestima por não conseguirem acessar o mercado de trabalho, são desprezadas e não se sentem cidadãos (ãs) de direitos.

Aqui se manifesta a Dimensão Subjetiva, através dos valores desta Rede em compreender a importância do acolhimento e promoção de cidadania.



Figura 23: Triagem de materiais recicláveis na cooperativa ACS  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 24: Triagem de materiais recicláveis na cooperativa Projeto Reciclar  
Fonte: Rede Reciclamp

### **Rotatividade de Integrantes**

As cooperativas da Rede Reciclamp têm uma baixa rotatividade se comparada às outras redes cooperativas, pois é comum nas cooperativas de reciclagem grande rotatividade dos seus integrantes, principalmente quando o mercado de trabalho está aquecido e os direitos oferecidos (antes da reforma trabalhista) pela sonhada carteira de trabalho assinada, “sonho antigo” dos (das) trabalhadores (as), pareciam ser mais vantajosos e garantir segurança.

A rotatividade dos integrantes não deveria ser comum em uma cooperativa, no entanto, nas cooperativas de reciclagem, isto é um fato comum.

Para estas pessoas que se sentem rejeitadas e excluída pelo mercado de trabalho, não cabe pra ela gerir um negócio. De empregado à empreendedor, como pode ser isso ?

Ela aprendeu ao longo de sua vida que as pessoas que dão certo na vida, são as que possuem um registro em carteira. Estas sim deram certo na vida! Conseguiram um bom emprego!

A Dimensão Subjetiva se revela aqui no sentido e significado para estas pessoas de que o trabalho com carteira assinada é o que irá lhe garantir a segurança.

Na cooperativa esta pessoa “excluída” pode se tornar sócia (o), proprietário (a) de um negócio, como assim ? uma pessoa rejeitada, excluída, que não teve as condições para ser empregada pode ser proprietária de um negócio ? dos meios de produção ? do que estas pessoas estão falando ? O ganho mensal pode aumentar ou diminuir dependendo de vários fatores entre eles a queda no preço do material no mercado, a diminuição do material entre outros. A distribuição dos resultados é realizada através de rateio.

Mas os novos integrantes mesmo após serem informados dessa outra relação de trabalho e passar por formações e processos demoram para absorver essa outra forma e muitas vezes saem da cooperativa sem terem compreendido.

Quando a Rede consegue garantir uma retirada mensal para cada cooperado (a) com valor médio mensal em torno de um salário mínimo e meio e o mercado de trabalho está em baixa, é o que garante que os novos sócios passem um período maior na cooperativa e consiga compreender a diferença em ser sócio.

A Reciclamp criou uma ferramenta na qual é obrigatório a participação do cooperado na prestação de contas mensal, afim de que ele vá adquirindo experiência na participação da gestão e se aproprie da nova relação de trabalho, mas não é assim em todas as cooperativas e redes de reciclagem, cada uma estabelece uma forma e nem sempre a participação é constante.

Com o passar do tempo, experiência e participação no processo de gestão, este (a) vai compreendendo a diferença e as vantagens de se tornar um sócio. Isso não acontece de imediato, nos períodos em que os valores oscilam para os novatos a sensação é de um lugar instável, muitas vezes eles preferem sair e arriscar o mercado do que permanecer na cooperativa, estes (as) expressam a crença de que o trabalho com carteira assinada é o que garante a segurança.

### **A Autogestão na Gestão da Rede**

A gestão da Rede é realizada por um conselho gestor composto pelos sócios (as) trabalhadores (as) das cooperativas, que se organizam entre a presidência, administração e finanças, logística, recursos humanos, conselheiros fiscais, além de todos os membros reunidos nas assembleias.

A Rede Reciclamp centralizou a comercialização de todos os materiais de todas as cooperativas afim de garantir maior preço pela quantidade.

Com o propósito de ser uma rede sustentável economicamente, ela retém 3,5%, do valor da somatória total da comercialização, de cada cooperativa é reservado 1% para compor capital de giro e fundo de reserva, 5% para abono natalino e 5% para descanso anual (férias), feito isso é realizado o rateio entre cooperados, que parte da somatória das horas trabalhadas de cada cooperado.



Figura 25: Reunião rotineira na São Bernardo/Divipaz  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 26: Reunião da direção da Rede Reciclamp  
Fonte: Rede Reciclamp



Figura 27: Assembleia anual com contador realizada em cada cooperativa da Rede Reciclamp  
Fonte: Rede Reciclamp

De acordo com afirmação do presidente da rede, a autogestão acontece no dia-a-dia. Sempre que necessário, em cada cooperativa são realizadas reuniões com os (as) cooperados (as) no início do dia, mas é principalmente através das assembleias mensais de prestação de contas que os cooperados participam das decisões, muitas vezes sem a completa compreensão, que vai sendo construída no processo, através da participação. Em cada cooperativa da Rede Reciclamp, as assembleias mensais se constituem como o espaço no qual os cooperados obtêm

as informações e esclarecimentos da situação geral da cooperativa, da comercialização, projetam metas que passam a ser acompanhadas mensalmente e realizam a distribuição com os devidos esclarecimentos, retenções e combinados. Conforme o presidente da Rede, os cooperados mesmo que não queiram, participam da gestão, porque através do mecanismo criado para a realização da assembleia mensal, partindo do assunto que é o recebimento de cada um, o processo de autogestão é realizado. Além das assembleias anuais junto com o contador.

A experiência exitosa da gestão da Rede Reciclamp, levou-a, a participar da gestão da fábrica da Rede Solidária Cata-Vida, uma rede composta por de 18 cooperativas das regiões de Sorocaba e Itapeva, na qual é realizado o beneficiamento do plástico, que é transformado em flocos, este primeiro processo agrega valor ao material comercializado esta é uma iniciativa importante para a organização de uma cadeia produtiva na linha dos plásticos.

A participação da Rede Reciclamp no Movimento da Economia Solidária, acontece através das participações nas reuniões e atividades propostas pelo Fórum de Economia Solidária da Região de Campinas, Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Cáritas, UNISOL Brasil, outras entidades e/ou poder público quando promovem atividades da Economia Solidária.

Dentre os principais parceiros de apoio e suporte estão: Cáritas, CRCA,<sup>30</sup> PUC Campinas, Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), UNISOL SP e UNISOL Brasil.

## **DIMENSÃO HISTÓRICA**

A Rede Reciclamp foi criada em 2006 pelas cooperativas: ACS, São Bernardo/Divipaz, Projeto Reciclar e Unidos, todas formadas a partir de ações de apoio da Cáritas Campinas que começou com a Campanha da Fraternidade de 1.999 que tinha como tema “*A Fraternidade e os Desempregados*”, sob o lema “*Sem trabalho ... por quê?*”.

Liderada pela cooperativa ACS, pela participação política ativa desta, desde as primeiras reuniões promovidas pela prefeitura com a participação de várias secretarias e entidades, identificaram que precisavam avançar para ampliar o ganho com a comercialização dos materiais recicláveis e para isso acontecer deveriam centralizar a comercialização para atingirem grande quantidade.

Nestas reuniões os trabalhadores compreenderam que o material comercializado precisava, além de ser separado e organizado de forma adequada aos padrões da indústria, ter

---

<sup>30</sup> Centro de Referência do Cooperativismo e Associativismo, entidade de apoio e fomento situada em Campinas.

uma grande quantidade para que as cooperativas pudessem obter um ganho maior com a comercialização dos materiais recicláveis.

Organizar as cooperativas para a comercialização conjunta não foi uma tarefa fácil, mas criaram instrumentos como a Carta de Princípios para orientar a organização da Rede e com o apoio dos parceiros buscaram conhecimento e padronizaram a separação dos materiais.

É importante destacar que a Cáritas atuou intensamente no município de Campinas e foi um grande catalisador de parceiros para esta e outras redes. Construíram um elo de apoio que se mantém até hoje junto às cooperativas, dentre eles os principais foram: a PUC-Campinas e o GAD-Grupo de Apoio ao Desempregado, um grupo de técnicos voluntários, que algum tempo depois se tornou a entidade incubadora CRCA, constituída em 2002.

O CRCA, atendia pessoas que se caracterizavam pela baixa escolaridade e baixa qualificação profissional, adultos, na maioria mulheres. O primeiro trabalho de incubação pelo CRCA foi o “Projeto Reciclar”, projeto que foi apoiado pelo Cônego Álvaro Ambiel, da Paróquia Nossa Senhora Aparecida. A cooperativa criada ganhou o nome da paróquia: Cooperativa Nossa Senhora Aparecida (Projeto Reciclar), esta cooperativa completou 18 anos de existência somando muitos avanços e conquistas, dentre elas um galpão adequado e moderno, além dos equipamentos básicos: prensa, balança e empilhadeira. Sua incubação teve início em 1.999, em um terreno em frente a Paróquia Nossa Senhora Aparecida, cedido pela prefeitura por tempo indeterminado e a formalização jurídica se deu em 2000. Desde então contam com o apoio de parceiros e da comunidade.

Esta Cooperativa possui atualmente um coletivo de 30 sócios (as) trabalhadores (as), sendo 19 mulheres e 11 homens.

Neste mesmo ano nasceu a Cooperativa de Materiais Recicláveis Unidos na Vitória, a “Unidos”, que hoje conta com 18 sócios (as) trabalhadores (as), sendo: 8 mulheres e 10 homens. Esta Cooperativa foi formada por um grupo de trabalhadores (as) que coletavam material dentro do CEASA. Inicialmente foram constituídos como uma associação e algum tempo depois se formalizaram como cooperativa. Estão instalados dentro do CEASA e coletam os recicláveis com os carrinhos adquiridos através de projeto do CRCA e Petrobras.

Em 2000, enquanto o Projeto Reciclar e a Associação Unidos na Vitória se formalizavam a Cooperativa Antônio da Costa Santos iniciava suas atividades. O nome da

cooperativa foi uma homenagem ao prefeito da cidade de Campinas<sup>31</sup> na época. Esta cooperativa que está localizada no bairro Satélite Iris II, periferia de Campinas – SP. Começou suas atividades a partir do encaminhamento de pessoas carentes atendidas pela Associação de Moradores do Jardim Satélite Íris II para o curso de cooperativismo do CRCA e apoio da Cáritas.

O processo de formalização desta cooperativa, foi o mais prolongado, por vários motivos, dentre eles a dificuldade de alguns integrantes em providenciarem sua documentação, e a compreensão da importância da legalização. Entretanto esta dificuldade foi vencida com processos de formação pelos quais seus integrantes passaram e finalmente em 2008 conseguiram se consolidar e formalizar. Atualmente contam com 43 sócios (as) trabalhadores (as), sendo: 25 mulheres e 18 homens. Vale destacar que estas mulheres são arrimo de família.

Em 2002 mais um novo grupo iniciava suas atividades, a maioria dos integrantes à época residiam no parque Oziel, a maior ocupação do Município de Campinas. Este grupo constituiu em 2006 a Cooperativa de Triagem de Materiais Recicláveis São Bernardo, localizada no Bairro Parque Itália, dentro do Departamento de Limpeza Urbana (DLU), do município de Campinas. Contam atualmente com 34 sócios (as) trabalhadores (as), sendo 24 mulheres e 7 homens, somados com a Cooperativa Divipaz que nasceu em 2004, se legalizaram em 2007 e em junho de 2015 devido a várias dificuldades encontraram a solução se incorporando a cooperativa São Bernardo.

### **A Rede Reciclamp e as Políticas Públicas**

A partir das políticas públicas do município de Campinas, as cooperativas que formaram a Rede Reciclamp puderam contar com apoio do poder público, ainda que precariamente, mas o apoio propiciou o início da constituição das cooperativas e a realização de muitas ações da economia solidária, desde o programa que viabilizou espaço e alguns equipamentos garantindo condições mínimas para a constituição física das cooperativas, à implantação de política pública através de decreto que garantiu a doação do lixo residencial às cooperativas legalizadas, garantindo desta forma, material para as cooperativas triarem e comercializarem, embora longe do ideal devido ao material conter muito rejeito, mas foram essenciais no primeiro momento por viabilizar a atuação das cooperativas.

---

<sup>31</sup> Eleito prefeito da cidade de Campinas nas eleições do ano 2.000, Antônio da Costa Santos, conhecido como o Toninho do PT, exerceu o mandato no período de 01 de janeiro de 2001 à 10 de setembro de 2001, aos 8 meses do seu mandato, foi assassinado à tiros.

A gestão do governo municipal no período de 2001–2004, ampliou as possibilidades e implantou algumas políticas públicas que deram suporte para a realização das ações da economia solidária no município.

A primeira foi a Lei 10.039 de 09/04/1999, que criou o programa de cooperativas de desempregados no município de Campinas, afim de dar suporte aos desempregados e conduzir atividades com o propósito de organizar os trabalhadores (as) do município.

Na tentativa de dar uma solução para a questão do desemprego e também propor alguma ação com relação as questões do meio ambiente, o governo municipal de Campinas criou o decreto nº 14.265 de 21/03/2003, no qual foi implantado o programa de doação de materiais recicláveis de lixo doméstico às cooperativas ou associações populares de trabalhadores em reciclagem, implantando dessa forma uma política pública que se tornou essencial para a sobrevivência das cooperativas de materiais recicláveis do município.

Alguns anos depois foi criado o CEPAT (Centro Público de Apoio ao Trabalhador), vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, um departamento para dar apoio aos trabalhadores (as) desempregados (as), apoio para as cooperativas e promover a Economia Solidária.

Esse conjunto de ações de políticas públicas desde a cessão de áreas para a instalação das cooperativas, o recebimento de resíduos, através da implantação de uma política pública municipal com o suporte técnico através das entidades de apoio e fomento de cooperativismo e economia solidária, possibilitou a atuação das cooperativas de triagem de materiais recicláveis no município de Campinas. Os outros segmentos não puderam contar com o mesmo empenho do governo municipal, obtiveram apenas algumas formações e a cessão de espaço público com estrutura para a realização de feiras para comercialização de seus produtos, mas dentro de um programa que foi extinto pelo governo atual.

Com a regulamentação da LEI nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) a Rede Reciclamp pode acessar outras possibilidades como por exemplo a questão da logística reversa, esta lei contribuiu entre outras questões com a instituição do Programa Pró-Catador<sup>32</sup>, através dele a Rede Reciclamp acessou o Cataforte II, no qual

---

<sup>32</sup> Este é programa do governo federal que iniciou em 2007, a partir de convênio entre a SENAES/M.T.E e a Fundação Banco do Brasil (FBB), e em 2010 foi ampliado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobras Petróleo, foi instituído através do decreto nº 7.405/2010. Este promoveu o Cataforte I com formação para cidadania e autogestão, assistência técnica para a implantação ou estruturação de unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de materiais recicláveis, o Cataforte II, contribuiu com estrutura física: aquisição de equipamentos, máquinas e veículos, e o atual Cataforte III, contribui com assessoria técnica e logística destinado a capacitar redes de cooperativas e associações para

adquiriram um caminhão 15 toneladas e 5 contêineres para viabilizar a comercialização em rede e aquisição de resíduos em grandes geradores, com o Cataforte III, obtiveram recurso de assessoria e consultoria técnica para o desenvolvimento de um plano de negócio para prestação de serviços para prefeituras e condomínios, capacitação para participarem de processos licitatórios e iniciarem a organização para o beneficiamento<sup>33</sup> de recicláveis.

Obtiveram apoio também do projeto da SENAES<sup>34</sup> com a gestão municipal de Campinas, no qual previa formações e alguns equipamentos básicos para as cooperativas com a contrapartida pelas cooperativas de agregarem novos catadores.

---

prestarem serviço de coleta seletiva prefeituras e se organizarem tanto para a comercialização como para o beneficiamento de recicláveis.

<sup>33</sup> O beneficiamento se trata da transformação de algum material reciclável em produto, exemplo com equipamento adequado o plástico comercializado pode ser transformado em flocos e depois outro processo poderá transformá-lo em um produto como baldes, bacias, bancos etc.

<sup>34</sup>Projeto assinado entre a Prefeitura do município de Campinas e a SENAES/MTE – Editais n.º 003/2011.

### 5.3.2. REDE VERDE SUSTENTÁVEL – RVS



Figura 28: Logo da RVS  
Fonte: RVS

Cooperativa Central de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de São Paulo – Rede Verde Sustentável

Setor de Atuação: Recicláveis

A RVS caracteriza-se como uma Cooperativa de segundo grau, é formada por dez cooperativas de manuseio e triagem de materiais recicláveis, situadas em diversos municípios da região metropolitana de São Paulo: Cooperativa de produção dos catadores de materiais recicláveis de Itapevi – Itapevi/SP – **CMR ITAPEVI**; Cooperativa de reciclagem de matéria prima de Embu das Artes/SP – **COOPERMAPE**; Cooperativa de catadores cooperando com a natureza – Osasco/SP – **COOPERNATUZ**; Cooperativa de produção dos trabalhadores em materiais recicláveis de São Paulo/SP – **COOPER VIVA BEM**; Cooperativa de trabalho dos catadores autônomos de materiais recicláveis da Vila Esperança – Santana de Parnaíba/SP – **AVEMARE**; Cooperativa de Trabalho e Produção de Coleta e Reciclagem – Cotia/SP – **COOPERNOVA COTIA RECICLA**; Cooperativa de produção, reciclagem e comercialização – São Paulo/SP – **COOPERATIVA FÊNIX ÁGAPE**, Cooperativa dos agentes ambientais de Taboão da Serra/SP – **COOPERZAGATI**, Cooperativa de trabalho dos catadores da coleta seletiva, comercialização de materiais recicláveis e prestação de serviços – Osasco/SP – **COOPERAREIS**, Cooperativa de catadores preservando o mundo – Osasco/SP **COOPERMUNDI**.

A quantidade estimada de sócios (as) trabalhadores (as) atualmente está em torno de 440 pessoas, com faixa etária entre 20 e 70 anos, destas em torno de 80% são mulheres e 20% homens.

Esta Rede comercializa três materiais, que são: papelão, tetra pack e o isopor.

## DIMENSÃO ORGANIZATIVA

A Rede RVS, está instalada junto com a cooperativa Coopernova, no município de Cotia-SP, foi criada em 2010, com todos os grupos e cooperativas juntos. Inicialmente a formalização ocorreu com a participação de 7 cooperativas que já estavam formalizadas as outras cooperativas foram agregadas juridicamente ao tempo em que se formalizaram. Atualmente, a rede está com 10 cooperativas formalizadas, dispõe de uma secretária e um contador através de recurso do projeto para cuidar das questões administrativas da Rede (ex. emissão de Notas Fiscais, documentos, etc.).

### Estrutura Física

Contam com local alugado para escritório, com recursos de projeto. Através do projeto Cataforte II, adquiriram 15 caminhões, que foram distribuídos nas cooperativas, às quais são responsáveis pela manutenção e zelo do (s) veículo (s) bem como dos diversos equipamentos como: empilhadeiras, prensas, balanças enfim equipamentos básicos necessário para garantir condições digna de trabalho.



Figura 29: Sede da RVS em Cotia-SP  
Fonte: RVS



Figura 30: Prensistas da RVS  
Fonte: RVS



Figura 31: Empilhadeira  
Fonte: RVS



Figura 32: Caminhão Baú  
Fonte: RVS

### **Procedimentos para admissão de novos integrantes nas cooperativas da Rede**

Devido a sua característica de atuação intermunicipal cada cooperativa que compõe a RVS adota sua forma para a entrada de novos.

Em geral o processo vai desde seleção por ficha de inscrição para os que batem à porta e sabem ler e escrever à indicação de algum cooperado (a), eles (as) passam por uma experiência para observar se, se adaptam, depois passam por entrevista e avaliação com a direção e depois avaliação em assembleia.

O trabalho é organizado desde a parte prática com a coleta de materiais na rua com ou sem veículo, triagem, prensagem e armazenamento do material prensado para a comercialização até a parte técnica e burocrática que exige alguma escolaridade e habilidade, que é a comercialização, emissão de notas fiscais, documentos, atas, etc., e a gestão da cooperativa.

Em geral todos desta Rede tem oportunidade de passar pelas várias áreas porque participaram de formações juntos e desenvolveram a mesma forma para atuarem na gestão.

Em geral todos desta Rede tem oportunidade de passar pelas várias áreas porque participaram de formações juntos e desenvolveram a mesma forma para atuarem na gestão.

### **Rotatividade dos Integrantes**

A rotatividade diminuiu muito nas cooperativas desta Rede com a garantia do ganho e por conseguirem mostrar uma organização com uma visão diferenciada.

No entanto os grupos pequenos que se aproximam da Rede ainda sofrem com o problema da rotatividade, que nem deveria existir em uma cooperativa. Nestes casos a orientação é investir na formação para que os novos integrantes compreendam como e porque desta outra forma de trabalho, que é em cooperativa, em rede e o valor do ganho dependerá de cada um e de todos, na soma dos esforços.

### **A autogestão na gestão da Rede**

A RVS discute e decide tudo coletivamente, para fazer a distribuição dos caminhões e equipamentos adquirido através dos projetos.

Avaliam a necessidade de cada cooperativa e dividem de acordo com as necessidades da coleta de cada cooperativa e acordo entre o coletivo.

Cada cooperativa tem a sua organização interna independente da Rede, criam seus mecanismos internos de organização e funcionamento, porém as experiências são levadas para a direção da Rede aonde trocam-se ideias, informações e experiências.

A estratégia em Rede está sendo desenvolvida de forma gradual e coletivamente, com a contribuição das assessorias e consultorias dos projetos Cataforte II e III.

A gestão é realizada através das reuniões mensais ou de acordo com as demandas a serem cumpridas para sanar as questões dos projetos, além da análise e avaliações de ações do que é melhor para o grupo e para a Rede, com os conselhos administrativo e fiscal, formado pelas (os) integrantes das cooperativas, que além de cuidarem da gestão nas cooperativas onde são sócias (os), também tratam da gestão da rede, do planejamento geral e do planejamento para a realização das formações. As decisões deliberativas ocorrem coletivamente nas assembleias.

A atuação desta Rede é intermunicipal, o que é bom para fortalecer as cooperativas e associações que estavam isoladas, mas não viabiliza a comercialização de todos os materiais pelo custo logístico.

Desta Rede é comercializado somente os materiais que dispõem de quantidade que garante um ganho maior para as cooperativas na comercialização centralizada, por enquanto apenas 3, que são: papelão, tetra pack e isopor.

Através do projeto com a ABIHPEC obtiveram de capital de giro, para aquisição do material das cooperativas singulares e com isso conseguem garantir a comercialização para a indústria com um ganho maior.

A Rede desenvolve várias ações para ajudar as cooperativas a melhorar a qualidade do material recebido e avançarem na comercialização, umas das ações que traz bons resultados é a formação dos (das) cooperados (as) na questão da educação ambiental, por fornecer subsídios e orientações para os (as) cooperados (as) desenvolverem o contato porta-a-porta com os moradores do entorno para que estes separarem os materiais recicláveis para a cooperativa.



Figura 33: Reunião da RVS com conselho ADM  
Fonte: RVS



Figura 34: Reunião da direção RVS com parceiro  
Fonte: RVS



Figura 35: Equipe RVS educação ambiental  
Fonte: RVS

## DIMENSÃO HISTÓRICA

A história da RVS nasce com a história de cada cooperativas que a compõem. A soma das histórias das cooperativas com os seus diferenciais construídos ao longo da trajetória fizera nascer a RVS.

Formada em sua base por associações e cooperativas de catadores (as) de materiais recicláveis composta pela maioria de mulheres com pouca ou sem escolaridade, idade avançada e arrimo de família. As histórias de vida relatadas foram marcadas pela resistência, persistência de uma vida com honestidade e dignidade.

Alguns grupos nasceram a partir de projetos de apoio e fomento de geração de renda para pessoas desempregadas e excluídas do mercado de trabalho, desiludidas com o retorno ao trabalho com carteira assinada, junto à associações de bairros com apoio da igreja, através de projeto da Cáritas e outros nasceram a partir de trabalhadores (as) que tiravam seu sustento nos

aterros dos municípios, também chamados de lixões<sup>35</sup> que são locais à céu aberto, que em geral os governos municipais ainda levam todo o lixo da cidade.

A Cooperativa CMR do município de Itapevi, Avemare do município de Santana de Parnaíba e a Coopermape do município de Embu das Artes, assim como tantas outras, nasceram a partir de grupos de trabalhadores que tiravam do lixão o seu sustento, conforme os relatos, tempo de sofrimento e de muita luta pela sobrevivência, mas “*com honestidade e dignidade*”.

Destacaremos aqui a história de duas cooperativas que os trabalhadores (as) atuavam no lixão.

Com a decisão do poder público em fechar o aterro de Itapevi, entre 1.999 e 2.000. Os trabalhadores que estavam no lixão, foram convidados por entidades de apoio a participarem de projetos para se organizarem em cooperativa, o processo foi lento e houve muita resistência, mas com o entendimento que o momento propiciava a conquista de cidadania, espaço de trabalho digno e adequado, incluindo equipamentos para melhores condições de trabalho e aumento do ganho os (as) trabalhadores (as) decidiram se organizar em cooperativa.

Após um longo período de quatro anos foi criada a cooperativa de materiais recicláveis CMR, os primeiros participantes não tinham conhecimento da previdência social e que também eram pessoas com direitos.

A CMR foi criada com um grupo de 20 pessoas, hoje a cooperativa segue com 10 dessas pessoas que iniciaram porque algumas não se adaptaram e outras já se aposentaram. Dessas 10 pessoas uma das trabalhadoras mais antigas é a dona Madalena, que trabalhou no lixão por 25 anos, desde que ele passou a existir na cidade. Hoje ela está na cooperativa e ainda vive da comercialização de materiais recicláveis, se aposentou mas decidiu continuar na cooperativa.

A Avemare, cooperativa no município de Santana de Parnaíba, foi mais uma das cooperativas constituída por trabalhadores (as) que comercializavam materiais recicláveis do aterro do município.

Com apoio de diversos parceiros, a Avemare foi criada a partir do Programa “*Lixo da Gente – Reciclando Cidadania*”, que visa a coleta seletiva por meio de conscientização da população sobre a importância da reciclagem para a preservação ambiental, assim como a inclusão e o desenvolvimento social.

---

<sup>35</sup> A PNRS, criou meta para as gestões municipais eliminarem e recuperação os lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

A criação da Avemare foi composta com pessoas que tiravam seu sustento do lixão e com pessoas que haviam passado por experiências de trabalho no mercado formal, estavam desiludidas em retornar e descobriram no sistema cooperativo uma forma mais humana de trabalho.

Cada um com sua experiência mostra para o outro o valor e a importância do sistema cooperativo, cuidam-se mutuamente e falam da diferença de tratamento e o cuidado com as pessoas nesta outra relação de trabalho. Na Avemare os cooperados veem a cooperativa como uma família, relatam não só momentos de flores mas também momentos de brigas e discussões, porém todos tem o direito de falar, de ouvir e serem ouvidos e no final o coletivo chega a uma decisão.

A Coopernova de Cotia e a Coopervivabem de São Paulo nasceram com uma história bem diferente da CMR, da Avemare, da Coopermape e outras, porque elas começaram também como muitas pelo Brasil afora, a partir de um projeto com o apoio da igreja e da comunidade.

Algumas tiveram entidades, organizações e associações que apoiavam, outras não, mas estas foram impulsionadas pela “*Campanha da Fraternidade – Igreja Católica, de 1999 que trazia como tema: ‘Sem trabalho por que?’*”. Esta campanha contribuiu muito no país inteiro com a organização e criação de associações e cooperativas para gerar trabalho e renda para as pessoas que estavam desempregadas e buscavam uma oportunidade de renda para sobreviver.

Em 2009 foi gerado o embrião para o nascimento da Rede RVS, por meio do projeto Cataforte I, juntos as cooperativas, associações e grupos informais de catadores de materiais recicláveis dos municípios: Itapevi, Cotia, Osasco, Santana de Parnaíba, Embu das Artes, Taboão da Serra e São Paulo, passaram por um processo de formação, foram se conhecendo e criando um elo de amizade.

Alguns grupos tinham mais e outros menos dificuldade por não terem espaço físico adequado, e/ou não terem equipamentos básicos, mas o maior desafio para os grupos era o transporte para a coleta dos recicláveis, algumas conseguiam alugar, outros emprestavam algum veículo de igrejas, parceiros ou apoiadores ao menos uma vez por semana. Com todas as dificuldades do dia-a-dia os grupos seguiram se organizando.

O suporte dos projetos às cooperativas garantiu a muitos destes (as) trabalhadores (as), terem conta em Banco, irem à órgãos públicos como cidadão que são, alguns voltaram a estudar ou promoveram os estudos dos (as) filhos (as), este fato é relatado com muito orgulho.

A Rede RVS é constituída por 80% de mulheres que levam à sério o profissionalismo, aproveitaram as oportunidades e mostram responsabilidade. De tempos em tempos elas

realizam educação ambiental para que a população não deixe de separar o material reciclado, a realização desta tarefa é organizada após capacitação e treinamento para envolverem a comunidade na preservação do meio ambiente.

O objetivo é de receber mais materiais recicláveis com maior qualidade para melhorar o ganho e por meio deste objetivo contribuem com a conscientização da população em relação a preservação do meio ambiente.

A participação em muitas formações contribuiu no desenvolvimento destes trabalhadores (as) para adquirirem um olhar para as oportunidades e um olhar para o mundo com autoestima. Todas as lideranças da RVS entendem a profissionalização como algo importante para se sentirem seguras e garantirem respeito.

O projeto realizado em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos-ABIPHEC, trouxe grande colaboração no âmbito da educação ambiental e garantiu capital de giro.

Cada cooperativa é responsável pela educação ambiental no âmbito do seu município através dos seus cooperados, criam agenda após a formação e se organizam para executar a tarefa, com experiência ou trocando experiência com as outras buscam principalmente doadores junto aos condomínios que são grandes geradores de resíduos e gradativamente conquistam os bairros e ampliam as ações pelas cidades.

Com o capital de giro a Rede pode antecipar o valor do material das cooperativas singulares a ser comercializado e desta forma as cooperativas mantem o ganho dos trabalhadores (as), por sua vez a Rede acumula o material para comercializar direto com à indústria sem passar pelo atravessador. Desta forma a Rede garante um valor maior pelo material comercializado que é revertido de alguma forma para as cooperativas.

### **A RVS e as Políticas Públicas**

A RVS, foi impulsionada através de programas e projetos de políticas públicas de incentivos do governo federal e dos governos municipais voltadas para as questões do meio ambiente.

Na tramitação para aprovação da lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) muitos municípios se anteciparam e iniciaram a implantação da coleta seletiva, algumas cooperativas passaram a receber o material reciclável separado do orgânico e obtiveram algum suporte para se organizarem.

Através do programa “*Pró-catador*”, do governo federal, a RVS participou do projeto Cataforte I, II e atualmente estão no III. Através destes projetos conseguiram constituir as cooperativas legalmente e melhorar suas estruturas com equipamentos e caminhões e puderam contar com formações que trataram questões como cidadania, autogestão, economia solidária, gestão, logística e assessoria técnica.

Em 2010 com a aprovação da lei da PNRS, com metas para recuperação dos lixões vinculada à inclusão social e à emancipação econômica dos catadores de materiais recicláveis, alguns grupos e principalmente os grupos de Itapevi, Santana de Parnaíba e Embu das Artes, conseguiram acionar as prefeituras através do Termo de Ajuste de Conduta-TAC com base na PNRS e conseguiram local para a triagem de materiais e alguns equipamentos básicos para trabalharem, alguns municípios disponibilizaram também transporte para a coleta dos recicláveis.

### 5.3.3. REDE VALE DO RIBEIRA – COOPERCENTRAL VR



Figura 36: Logo da Rede Vale do Ribeira - Coopercentral VR  
Fonte: Rede Vale do Ribeira - Coopercentral VR

Cooperativa Central dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira  
Coopercentral VR

Setor de Atuação: Agricultura Familiar

A Rede Vale do Ribeira caracteriza-se como uma Cooperativa de segundo grau, é formada por sete cooperativas singulares e 2 (duas) associações de agricultores familiares: ABAM – Associação dos Bananicultores de Miracatu; AAGFAM – Associação dos Agricultores Familiares de Cajati; COOBAM – Cooperativa dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar de Miracatu, COOPAFARGA – Agricultores Familiares de Juquiá; COOPAFASB – Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras; COOPERAGUA – Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu (município Sete Barras),

COOPERQUIVALE – Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira (município Eldorado), COOPERVALE – Cooperativa Mista Dos Bananicultores do Vale do Ribeira (município Registro); FAMÍLIA DO VALE COOPERATIVA – Família do Vale Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira e Litoral Sul (município Registro).

A quantidade de sócios (as) integrantes atualmente está em torno de 1.000, destes 500 são mulheres e 500 são homens, com faixa etária entre 18 e 81 anos. Apesar de haver um número grande de mulheres sócias apenas 7%, participam ativamente na gestão.

A Rede comercializa principalmente banana, palmito pupunha e a polpa da Jussara<sup>36</sup>, além de legumes e outras frutas típicas da mata atlântica, convencionais e orgânicas, in natura e semi-processada<sup>37</sup>. Destes 95% das vendas é da banana, o palmito pupunha, polpa da Jussara e outras frutas típicas da mata atlântica, representam em torno 5% das vendas. Do total da

<sup>36</sup> A Jussara é uma fruta típica da mata atlântica que se equipara ao açaí, fruta típica da Amazônia.

<sup>37</sup> Quando o produto passa por alguma transformação, exemplo produto banana chips, a banana é lavada, cortada, assada com sal ou açúcar e embalada.

comercialização 90% é realizado através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>38</sup> e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>39</sup> e 10% é comercializado no mercado convencional (mercearias, quitandas e feiras). Para ampliarem as vendas para grandes mercados há uma série de exigências quanto à embalagem e rótulo para cada produto, que ainda precisam ser superadas.

## **DIMENSÃO ORGANIZATIVA**

A organização da Rede Vale do Ribeira iniciou em 2014, impulsionada pela Rede Sete Barras, uma rede local que atuava na região desde 2012, constituída inicialmente com 2 cooperativas, 6 associações e 2 grupos informais, destes alguns se desfizeram, outros se incorporaram às duas cooperativas que estavam fortalecidas e seguiram em busca de somar esforços com outras cooperativas da região do Vale do Ribeira formando a composição conforme informado acima.

Após três anos de muitos debates e organização, finalmente em 2017 o coletivo se consolidou e decidiram somar esforços na constituição da cooperativa de segundo grau Coopercentral VR.

Cada cooperativa tem sua própria estrutura organizacional, com estatuto, regimento interno, direção e realização de assembleia.

Esta formalização representa uma qualificação para o mercado, o objetivo da criação desta central é realizar operações de distribuição e logística, além da gestão dos canais de vendas, desenvolverem modelos de fluxos administrativos-financeiros-produtivos-logísticos, aumentar a produção orgânica, incrementar pontos de venda, contribuir no auxílio das vendas públicas e superar desafios visando ampliar as vendas para o mercado institucional convencional.

---

<sup>38</sup> Política Pública que foi institucionalizada através da Lei nº 11.947, de 16/06/2009 e instituiu que 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. Mais informações disponíveis no site <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>

<sup>39</sup> É um programa de governo criado em 2003 com dois objetivos o primeiro para criar mecanismo para eliminar a fome e a pobreza do país e o segundo objetivo fortalecer a agricultura familiar. Mais informações disponíveis no site: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>

## **Estrutura Física**

A estrutura desta rede se concretiza nos espaços das cooperativas chamados de NICOS (Núcleos de Integração e Cooperação Solidária). Os NICOS, estão em cinco locais, e, em um deles funciona uma espécie de central de negócios, com objetivo da integralização dos interesses comuns como equipamentos, logística, crédito, capacitações em produção, certificação orgânica entre outros. Os NICOS dispõem de computadores, acesso à internet, mesas e cadeiras.

Três destes NICOS estão sendo preparados<sup>40</sup> para se tornarem também unidades de beneficiamento<sup>41</sup> de produtos.

Um dos locais de instalação da sede é junto com a cooperativa singular Cooperativa Família do Vale no município de Registro e o outro local é em galpão dentro do Ceasa no município de Santo André para viabilizar a logística de distribuição e reduzir a distância entre produtor e consumidor.

Todos os membros da direção e boa parte dos agricultores, dispõem de celulares próprios afim de garantirem o contato rápido entre os integrantes da direção da rede. Alguns agricultores ainda não possuem, pela dificuldade em lidar com as questões tecnológicas e outros pela condição financeira.

Esta Rede ainda não está totalmente conectada com a tecnologia mas na medida do que é possível buscam meios para se adequar, sabem da importância e das vantagens possibilitada pelo acesso rápido à tecnologia, no entanto, em algumas áreas da região Vale do Ribeira esta tecnologia não está implantada pelas operadoras, situação que dificulta o acesso aos agricultores.

A formalização desta Rede como cooperativa de segundo grau é recente e por enquanto ela ainda não dispõe de patrimônio. Os projetos recebidos até o momento vieram através das cooperativas, estes atenderam com equipamentos e veículos que são meios de produção básico para as cooperativas do setor agrícola, além de alguns equipamentos para escritório.

---

<sup>40</sup> Atualmente em construção

<sup>41</sup> O beneficiamento ou processamento como é chamado, é a transformação no produto in natura, citamos como exemplo a banana chips que é lavada, cortada e assado com sal ou açúcar, ou a transformação da banana em doce e depois é devidamente embalada, e/ou envasamento do palmito pupunha.

## Sede da COOPAFASB - Loja Solidária e Unidade de Processamento – Vila Magario



Figura 37: Produtos in natura para a comercialização

Fonte: Solange Lima



Figura 38: Produto: banana chips doce e salgada

Fonte: Solange Lima



Figura 39: Loja Solidária

Fonte: Solange Lima

Na vila Magario se concentra a sede da Coopafasb, que foi a grande a precursora e impulsionadora do cooperativismo no município de Sete Barras, a partir da aliança com a Cooperagua, passaram a incentivar e mobilizar o município de Sete Barras para a criação primeiramente da Rede Sete Barras e esta posteriormente foi ampliada para os municípios do entorno, dando origem a Rede Vale do Ribeira.

Nesta unidade é realizado o beneficiamento da banana, que é transformada em banana chips na versão doce ou salgada, o local ainda dispõe de uma pequena loja solidária, na qual os produtos são comercializados na comunidade.

Os entrevistados, relataram que estão tentando resgatar alguns agricultores que estão excluídos por falta de informação. Identificaram que cerca de 30% dos agricultores não possuem Declaração de Aptidão DAP<sup>42</sup>, que é um cadastro obtido através de algum órgão público vinculado à Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que emite de forma gratuita uma declaração de aptidão para o agricultor (a) individual (pessoa física) e para empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas e agroindústrias (pessoa jurídica), que dispõem de terra, este cadastro vincula os agricultores (as) familiares posseiros ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>43</sup>.

No bairro do Conchal Branco, município de Sete Barras, está instalada uma das climatizadoras, que é o local utilizado para amadurecer a banana, este está sob a responsabilidade do EES - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Conchal Branco.



Figura 40: Apresentação da Climatizadora  
Fonte: Solange Lima



Figura 41: Integrantes da Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima

Esta climatizadora foi adquirida com recursos do projeto Microbacias Acesso ao Mercado II, realizado através do governo do Estado de São Paulo, com recursos do Banco Mundial.

A banana é o principal produto comercializado pela Rede Vale do Ribeira, é coletada, lavada e colocada na câmara climatizadora por alguns dias para amadurecer, 95% é destinada para a comercialização através do PNAE e PAA e 5% é destinada para o o beneficiamento.

De acordo com os entrevistados, a comercialização no mercado convencional ainda é um grande desafio à ser enfrentado.

---

<sup>42</sup> Mais informações sobre DAP no site: <http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap>

<sup>43</sup> Programa de crédito do governo federal destinado a financiar projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores e familiares assentados da reforma agrária. Mais informações disponíveis no site: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa> >

No bairro Guapiruvu, em Sete Barras, está sediada COOPERAGUA, um dos Núcleos Integrado de Cooperação Solidária (NICOS), este é considerado também o núcleo que eles centralizam os negócios.



Figura 42: Núcleo de Negócios da Cooperagua e NICOS  
Fonte: Solange Lima



Figura 43: Integrantes da Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima

No Bairro do Guapiruvu está instalada outra associação de bairro que atualmente dispõe de um espaço em que as lideranças da comunidade utilizam para se reunir e aproveitam a estrutura para apresentarem uma parte da Mata Atlântica e o conceito da agrofloresta.

O local era uma escola municipal, que foi desativada, e as crianças que estudavam nela foram direcionadas para as escolas do centro do município, decisão política contrária aos moradores. Atualmente o local está sendo cuidado pela comunidade através da associação do bairro junto com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS).

### Núcleo Comunitário



Figura 44: Integrantes da Rede Vale do Ribeira  
Fonte: Solange Lima

### **Procedimento para admissão de novos sócios nas cooperativas e na Rede**

A admissão de novos sócios é realizada através da indicação de 1 ou 2 diretores, os critérios para participação na rede são: ser agricultor (a) familiar com o registro do DAP, passar por um curso sobre os fundamentos, conceito e princípios do cooperativismo e economia solidária e participarem de 3 reuniões.

### **A Autogestão na gestão da Rede**

A autogestão é realizada de forma descentralizada através dos Núcleo de Integração e Cooperação Solidária (NICOS), estes são os locais nas comunidades nos quais os agricultores (as) se reúnem para realizarem formações, fazerem a gestão de equipamentos e outros assuntos.

As assembleias deliberativas e as reuniões gerais são realizadas na cooperativa central sempre que necessário para deliberarem sobre as questões operacionais e estruturais com os representantes de cada cooperativa ou associação.



Figura 45: Reunião avalia produto mercado convencional  
Fonte: Rede Vale do Ribeira



Figura 46: Reunião diretoria Coopercentral  
Fonte: Rede Vale do Ribeira



Figura 47: Reunião de Formalização da Central  
Fonte: Rede Vale do Ribeira

## **DIMENSÃO HISTÓRICA**

A Rede Vale do Ribeira é uma continuidade e ampliação da Rede Sete Barras que iniciou por volta em 1997, com a união de 150 famílias do bairro Guapiruvu, no Município de Sete Barras na região do Vale do Ribeira, sudoeste paulista.

A comunidade do Guapiruvu decidiu se organizar porque passaram os anos anteriores (década 1980) desfrutando de um período de ‘*bonança econômica*’, mas com uma prática extremamente produtivista e exploratória sem nenhuma preocupação com a preservação ambiental, o resultado 20 anos depois foi a destruição do meio ambiente e o encerramento do ciclo.

O solo ficou desgastado pela prática da monocultura e a mata ciliar ficou destruída. O impacto social e econômico causado pelo impacto ambiental de prática exploratória culminou com a lei de proteção ambiental visando a proibição de extração de palmito, de madeira e de produção de carvão, em todo o país.

Nesse momento a comunidade teve que se repensar, com a ajuda da ONG ambientalista “*Vitae Civilis – Cidadania e Sustentabilidade*” refizeram seu planejamento estratégico. Era o momento de decidir ir embora tentar a vida em outro local ou continuar e desenvolver o local a partir de outro modelo.

Diante da situação e a partir das discussões propostas pela ECO 92, trazidas pela referida ONG, na qual o conceito de desenvolvimento ambiental, social e econômico, estão atrelados, defendendo prioritariamente a sustentabilidade ambiental, se pautaram pela agenda XXI, para construir um modelo diferenciado de desenvolvimento local com cidadania, na perspectiva de desenvolvimento ambiental, social e depois o desenvolvimento econômico.

Os moradores do bairro Guapiruvu, que já tinham uma interação e decidiram se unir para realizar esse projeto.

A partir desta estruturação nasceram três instituições: Uma associação de bairro para a desenvolverem a cidadania, uma entidade política para ir em busca de políticas públicas e uma cooperativa na perspectiva de gerar renda.

Esta estrutura criada ganhou força através da participação de algumas lideranças representativas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), que realiza reuniões mensais, onde são discutidas estratégias de desenvolvimento rural, questões de saúde, educação e prioritariamente a questão da agricultura (renda, comercialização etc.).

Esta participação garantiu o direito de a comunidade local utilizar dois tratores, um que pertence ao Estado e o outro que pertence ao INCRA, sob a responsabilidade da associação do bairro do Guapiruvu e assim conquistaram um dos principais meios para a produção.

Criaram um Sistema de gestão do trator (SGT), e a partir dele implantaram a autogestão para gerenciarem a utilização pelos (as) trabalhadores (as) da comunidade.

Através de reuniões discutem as questões do uso do trator e administração dos recursos de um fundo criado para manutenção do trator e compra de combustível.

Depois conseguiram comprar mais um trator com recursos do Projeto Microbacias tendo a Coopafasb como proponente do projeto, este teve subsídio de cerca de 70% do valor, e os outros 30% a serem pagos com recursos próprios.

O desenvolvimento desta gestão foi o embrião para a criação dos NICOS.

A Cooperagua, foi a primeira cooperativa criada a partir reconstrução do Guapiruvu, dela nasceu a Coopafasb e juntas elas buscavam catalisar a produção das demais associações produtivas, centralizando os produtos para as vendas tanto no mercado convencional como no mercado institucional público.

Com a implementação das políticas públicas: PNAE e PAA as cooperativas conseguiram avançar economicamente e em 2012 criaram a Rede Sete Barras, em 2014 com o propósito de ampliar a experiência para toda a região do Vale do Ribeira iniciaram as negociações para a ampliação da Rede junto às outras cooperativas e associações da agricultura familiar na Região do Vale do Ribeira e em 2017 se consolidaram e constituíram a cooperativa de segundo grau Coopercentral VR.

A comunidade do bairro Guapiruvu criou um modelo e se esforça para multiplicá-lo em toda a Região do Vale do Ribeira mas esbarram nos desafios e características da população local atual, composta pelos os seguintes grupos:

**Grandes agricultores** (Em geral este é um trabalhador proprietário de terra e dos próprios meios de produção: possui trator, caminhãozinho e telefone, ou seja, sozinho, planta, colhe e comercializa): estes vêm de outros lugares e adquirem terra na região do Vale do Ribeira, moram na cidade e *‘as vezes contratam os lavradores para a colheita’* aqueles que moram nas comunidades e vivem do trabalho (que é o trabalhador lavrador);

**Neorrurais**<sup>44</sup>: estes ainda não tiveram tempo de interagir com a comunidade, eles têm muita fragilidade para gerar renda por não possuírem os meios de produção necessários. Em

---

<sup>44</sup> Expressão criada pela liderança da Rede Vale do Ribeira para caracterizar um dos tipos de agricultores do local

geral vieram da cidade por algum problema ou pelo sonho de gerar renda porque na cidade não conseguiram trabalho;

**Agricultores de final de semana:** estes também conhecidos como: “**Veraneio**”, aqueles que adquiriram terras, sítios para passar o final de semana, plantam e colhem para o seu próprio consumo. Estes não têm, nem responsabilidade e nem compromisso com o desenvolvimento local; e o

**Trabalhador local:** também conhecidos como “**Lavradores**” trabalhadores (as) assalariados (as), estes são desprovidos de terra, dos meios de produção e vive em situação de alta vulnerabilidade econômica e social.

A Rede Vale do Ribeira está fomentando organização de coletivos, principalmente com os neorrurais e com os trabalhadores locais, que são os mais excluídos e tentam uma aproximação com os “*grandes agricultores*”.

A Coopafasb, atua na liderança, fomentando o protagonismo dos (das) trabalhadores (as) e está na linha de frente promovendo orientação para gerar autonomia e independência. Começaram a trabalhar com os neorrurais e com algumas famílias dentro da Coopafasb porque a fragilidade é muito grande, normalmente os (as) trabalhadores (as) têm baixa ou nenhuma escolaridade e tem pouco ou nenhum conhecimento sobre o conceito de agroecologia, muitas vezes praticam, mas não sabem. Não sabem o que é DAP.

Para as lideranças se estes trabalhadores (as) começarem a melhorar de situação econômica e tiverem mais acesso a informação eles começarão a exigir mais direitos e mais política pública.

A direção da Rede realizou algumas reuniões com os grandes agricultores e julga que eles não têm visão política, que estão preocupados somente com a produção e a comercialização por disporem dos próprios meios de produção em geral não se abrem muito para participação, se mostram desconfiados e sem apresentar interesse em se unir a outros.

Segundo a Rede os agricultores trabalhadores “*neorrurais*”, se aproximam porque estão totalmente excluídos.

No entanto com a consolidação da Coopercentral e a realização da distribuição dos produtos das cooperativas para São Paulo e outras regiões despertou o interesse dos “*grandes agricultores*” que começaram a perceber a existência de outra lógica na participação, segundo relato da liderança da cooperativa central, estes “*grandes agricultores*” julgavam que Coopercentral era mais um atravessador.



Figura 48: Colheita  
Fonte: Rede Vale do Ribeira



Figura 49: Produtos in natura\_  
Fonte: Rede Vale do Ribeira



Figura 50: Coleta e lavagem da Banana  
Fonte: Rede Vale do Ribeira



Figura 51: Armazenamento de Bananas  
Fonte: Solange Lima



Figura 52: Carregamento do Caminhão  
Fonte: Rede Vale do Ribeira



Figura 53: Banana: principal produto comercializado  
Fonte: Rede Vale do Ribeira

A grande precursora da Coopercentral é Rede Sete Barras, por ela ter conduzido o trabalho em rede, convidado outras cooperativas e criado a Coopercentral VR, que se tornou a Rede Vale do Ribeira.

Esta Rede tem como grande desafio potencializar e fortalecer as bases a partir dos NICOS. Construíram um planejamento estratégico no qual incluíram que os NICOS devem ter autonomia e serem protagonistas, com agenda própria e capacidade de se autogestionar, no entanto de acordo o entrevistado os NICOS ainda estão frágeis, necessitam de formação.

A participação da Rede Vale do Ribeira nos eventos e fóruns da Economia Solidária, acontece atualmente através das participações junto à UNISOL Brasil. As reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária da Região de Vale do Ribeira, ocorreram a muito tempo atrás, com as mudanças ocorridas na SENAES, as reuniões do Fórum no Vale do Ribeira acabaram perdendo a força.

### **A Rede Vale do Ribeira e as Políticas Públicas**

Participam do PRONAF (Programa do Governo Federal), a partir do cadastramento da DAP, e dos programas PNAE e PAA através da comercialização para vários municípios conforme participações em chamadas públicas. Porém o PAA foi reduzido e agora estão operando com apenas 10%.

A participação nestes programas foram uma grande conquista para o setor da Agricultura Familiar, muitas cooperativas e redes da agricultura familiar foram impulsionadas a partir dos programas PNAE e PAA, no entanto, a vulnerabilidade desta política por não ter se tornado política de Estado mostra a fragilidade do setor.

Atualmente a Rede Vale do Ribeira conta com apoio de projetos como: Redes Nacional - SENAES-M.T.E via UNISOL Brasil, que operou, em 2012, através da Rede Sete Barras, o Projeto Redes I e em 2018 iniciaram a participação no Projeto Redes II, através da Rede Vale do Ribeira.

Com o governo do Estado de São Paulo, através de recursos do Banco Mundial, desenvolveram junto às cooperativas do Vale do Ribeira o projeto Microbacias e Microbacias II Acesso ao Mercado, no qual adquiriram veículos, equipamentos, câmara climatizadora e construção de galpão.

O Microbacias foi um projeto realizado com recursos do Banco Mundial, via governo do Estado de São Paulo. Trata-se de um Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de

Assistencial Integral (CATI) e Secretaria de Meio Ambiente por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais.

O objetivo foi o fortalecimento dos produtores rurais. Através destes recursos a Rede Sete Barras foi beneficiada com a construção de duas câmaras climatizadoras, uma delas é a que apresentamos nas fotos acima no bairro do Conchal Branco, obtiveram também a construção de um galpão, aquisição de dois caminhões baú para transporte dos produtos, um veículo utilitário e outros equipamentos.

Todos os projetos foram importantes para o crescimento e desenvolvimento desta rede mas não garante a viabilidade.

## 6. ANÁLISE PARTE 2

### 6.1. Categorias de Análise da Dimensão Subjetiva do Trabalho em Redes de Cooperação

Buscamos caracterizar o contexto social, histórico, econômico e cultural das redes pesquisadas, bem como elementos que possibilitassem uma análise dos aspectos objetivos/subjetivos que constituem a dimensão subjetiva da realidade que envolve as Redes pesquisadas.

A análise buscou identificar quais os elementos do trabalho em Redes de Cooperação da Economia Solidária contribuem para a sustentabilidade econômica dos EES e para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho, através da compreensão dos sentidos e significados que se revelaram.

A abordagem Sócio-Histórica compreende que o humano constitui objetividade e subjetividade de forma dialética. Ao constituir bens materiais e ideias, indivíduo e sociedade se constituem mutuamente e revelam nos sentidos e significados, aspectos simbólicos do coletivo e nos permite apreender o processo de constituição da dimensão subjetiva da realidade.

A base material agrega subjetividade, a partir da ação do sujeito sobre ela, aí está sua historicidade. Por isso, não é possível falar-se da realidade sem considerar o sujeito que a constitui e ao mesmo tempo é constituído por ela. (BOCK e GONÇALVES, 2009, p. 142)

Desta forma a Psicologia Sócio-Histórica compreende o fenômeno psicológico e o sociológico de forma dialética, que se manifestam através de categorias de análise que revelam aspectos do fenômeno estudado.

As categorias se apresentam então como aspectos do fenômeno, constituídos a partir do estudo do processo, do movimento, da gênese deste último. As categorias de análise devem dar conta de explicitar, descrever e explicar o fenômeno estudado em sua totalidade. São construções ideais (no plano das ideias) que representam a realidade concreta e, como tais, carregam o movimento do fenômeno estudado, suas contradições e sua historicidade. (AGUIAR, 2015, p. 117-118)

Esse método nos permitiu apreender as transformações que ocorreram a partir da compreensão das categorias, conforme Kahhale e Rosa:

(...) a compreensão de que as categorias são abstrações que se constituem a partir da realidade e que orientam a investigação de processos, procurando apreender as múltiplas determinações dos fenômenos e seus nexos, relações contraditórias que não se manifestam diretamente. (Kahhale e Rosa, 2009, p. 26)

Ou seja, as categorias de análise nesta perspectiva, não são pré-determinadas pelo pesquisador, mas surgem à medida em que se observa o fenômeno de forma dialética buscando compreender suas múltiplas determinações.

A seguir apresentaremos as categorias de análise identificadas nas Redes participantes da pesquisa, com base em todo material coletado e identificado nos itens: 2.5, 5.2 e 5.3, entrevistas, vídeos, observações participantes e caracterização das redes que compõem a pesquisa. A construção do processo está descrita no item 5.1 e o processo completo com todos os pré-indicadores levantados que apontaram as categorias de análise elencadas à seguir podem ser conferidos no Anexo III.

## **1. PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS REDES**

Esta categoria de análise *“Processo de constituição das Redes”*, se conecta e interage com a categoria *“Políticas Públicas como porta de acesso”* na qual identificamos sua importância na constituição e desenvolvimento das redes e sua fragilidade enquanto não se torna política pública de Estado para garantir aos cidadãos (ãs) trabalhadores (as) direitos, acesso e inclusão.

Esta categoria nos revelou, através dos depoimentos dos entrevistados, que algumas redes se formaram quando as cooperativas ao participarem de reuniões de formação junto a outras cooperativas, entidades de apoio e fomento e poder público, constataram a necessidade de constituição de uma rede com o objetivo de ampliar os ganhos.

Outras redes foram impulsionadas pela implantação de políticas públicas e em ambas situações a formação e a participação política são essências para a constituição das redes.

### **Constatação da necessidade de constituir uma rede e qualificar as cooperativas para atenderem o mercado**

(...) no âmbito das reuniões que a gente frequentava, as cooperativas eram procuradas por compradores de um determinado material e elas acabavam convidando esses compradores para frequentar essa reunião, aí que o comprador chegava lá na reunião (...) interessado em um tipo de material que

era gerado pelas cooperativas. E a gente não tinha até então, nós não fazíamos a segregação do material (Rede Reciclamp)

Conveniência das seis cooperativas agrupando aquele material a gente formava uma carga por mês ... então teve essa convergência positiva (Rede Reciclamp)

A Reciclamp surgiu dentro do projeto pela necessidade de ter um mecanismo que pudesse fazer as vendas e que pudesse levar para as cooperativas uma condição técnica e profissionalizante de identificar tecnicamente os materiais. (Rede Reciclamp)

Estas falas dos (as) entrevistados (as) revelaram que eles (as) perceberam que as cooperativas precisavam se unir e se qualificar tecnicamente para atenderem as exigências do mercado. Em busca de meios para ampliarem os ganhos com a comercialização do material, identificaram um propósito para se unir.

As falas a seguir mostram a percepção política dos (as) entrevistados (as) e a importância das reivindicações para a constituição das redes.

### **Constituição de cooperativas e redes impulsionada pela implantação políticas públicas que foram conquistadas pelas reivindicações e luta dos movimentos populares.**

Pautada pelo movimento sindical essa Política Pública criou a possibilidades de cooperativas em N lugares no Brasil. (Rede Vale do Ribeira)

O próprio ministério da agricultura fomentou o debate para a criação de cooperativas e os agricultores se viram na necessidade de criar as cooperativas (Rede Vale do Ribeira)

Aí você tem que conversar com as cooperativas para trabalhar em rede, atuar em rede quando aumenta o mercado (...). As cooperativas da agricultura familiar foram criadas a partir da implantação das políticas públicas do PAA e PNAE (Rede Vale do Ribeira)

No período em que as cooperativas se constituíram e posteriormente se uniram, como a Rede Reciclamp com o propósito de ampliar os ganhos e redes como RVS e Rede Vale do Ribeira foram impulsionadas pelas políticas públicas, havia um movimento forte e intenso de reivindicações e pressão através dos movimentos populares, sociais e sindicais em todo o país devido à forte crise econômica que assolava o país.

Com a eleição de um governo que se importava com as questões sociais esses dois setores participantes da pesquisa, resíduos sólidos e agricultura familiar puderam obter oportunidades através das políticas públicas implantadas.

### **A importância da formação e da participação política para a constituição de rede**

(...) foi no Cataforte I e II que a gente começou a ver como seria uma rede, quais seriam as necessidades e as dificuldades (...) como entender a logística ter um caminhão (...) receber o conhecimento de como cuidar de um bem que é para todos. (RVS)

Três fatores motivaram a criação da rede: o primeiro fator foi ter o bairro do Guapiruvu como referência de desenvolvimento local ... a questão do mercado com agroecologia e economia solidária; o segundo fator é que o município de Sete Barras é rural então precisa fortalecer; o terceiro fator é que por ser rural tem uma gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) que impulsiona; e o quarto fator era ter duas cooperativas fortes do ponto de vista da viabilidade econômica, que foram alavancadas pelo PNAE e PAA e são fundamentais no desenvolvimento da viabilidade econômica. (Rede Vale do Ribeira)

Neste contexto, estas redes aproveitaram a oportunidade das políticas públicas e seguiram buscando avanços, compreendem a importância da política pública, lutam por ela e em paralelo, buscam formação e qualificação por identificarem que existe um sistema que controla e para acessarem esse sistema é preciso se apropriarem de conhecimentos que os coloquem em contato com esse universo.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PORTA DE ACESSO**

Esta categoria nasceu com base na própria origem dessas redes e cooperativas, algumas cooperativas nasceram com apoio e suporte de políticas públicas e outras foram impulsionadas pelas políticas públicas conquistadas através das reivindicações e luta dos movimentos sociais, esta categoria se conecta e interage com a categoria **“Processo de constituição das Redes”**, pois constatamos a importância e necessidade de políticas públicas para a constituição das redes.

No entanto através das falas dos entrevistados identificamos o quanto que as políticas públicas são vulneráveis quando são política de governo e ainda não se tornaram uma política pública de Estado, que é a política pública que pode garantir o direito, o acesso e a inclusão dos trabalhadores (as) com segurança.

## **Políticas Públicas - Possibilidades *versus* Vulnerabilidade**

Sem programas de políticas públicas como o PAA e o PNAE a agricultura familiar não tem como existir economicamente (Rede Vale do Ribeira)

No PAA houve retrocesso, operamos hoje com apenas 10%, e o PNAE é o que está sustentando (...) temos contratos por 6 meses via editais, em alguns municípios (Rede Vale do Ribeira)

O PNAE é diferente das outras políticas de comercialização como o PAA, era política de governo e se tornou em política de Estado. (Rede Vale do Ribeira)

As falas dos entrevistados expõem a fragilidade das políticas públicas para as redes quando são apenas políticas públicas de governo e o quanto são importantes se tornarem política pública de Estado para garantir a viabilidade econômica das redes.

No município de Campinas a Rede Reciclamp até pouco tempo estava tranquila com relação as políticas públicas para o setor pois participam de programas implantadas por meio de decreto desde o início dos anos 2000, estes foram essenciais para a viabilidade das cooperativas e redes de reciclagem que a mais de 15 anos atuam no município.

No entanto, agora em 2018, anos depois, um fato surpreende, a atual gestão do governo municipal pretende efetuar uma Parceria Público-Privada (PPP) podendo ocasionar uma mudança drástica para as cooperativas e redes de reciclagem do município.

Diante da nova situação que se apresenta as cooperativas e redes de reciclagem de Campinas correm o risco de perderem todas as conquistas obtidas para o setor. Estão se mobilizando para reivindicarem e apresentarem propostas nas quais as redes de cooperativas de recicláveis estejam incluídas.

As políticas públicas conquistadas para os dois setores foram essenciais para as redes se constituírem, mas é necessário que os movimentos populares e sociais continuem reivindicando para não perderem o que foi conquistado e para que as políticas públicas de governo se tornem políticas públicas de Estado.

## **Políticas Públicas e a necessidade da participação e reivindicação pela sociedade**

Se você tiver organização social você vai buscar as políticas públicas (...) as políticas públicas vêm a partir do protagonismo da comunidade, a partir da comunidade entender que a democracia não é representativa ela é participativa (Rede Vale do Ribeira)

O progresso alcançado até os dias atuais motiva a não desistir da luta por uma política pública que possa ajudar as cooperativas. Além disso, a necessidade de união entre os vários grupos que fazem parte da economia solidária. (RVS)

Se aconteceu essa política é porque houve luta, estabeleceu-se um governo que dialoga. (Rede Vale do Ribeira)

É na questão da consciência né ... porque ajudou a constituir a política constitucional, sabe a trajetória que foi, respeita e valoriza, entende o esforço do processo. Reconhece que o benefício veio da luta. (Rede Vale do Ribeira)

As histórias das redes refletem a necessidade das políticas públicas para gerar desenvolvimento e inclusão social no país e o quanto também pode ser frágil e vulnerável, desta forma os trabalhadores (as) precisam estar atentos às questões políticas, pois a partir das reivindicações e conquistas, os trabalhadores (as) podem mostrar que é necessário que o governo adote medidas para gerar desenvolvimento que promova a inclusão social e é possível os trabalhadores (as) se organizarem coletivamente para se incluírem e incluírem outros que estão à margem da sociedade por falta de oportunidade.

Os entrevistados ressaltam que tiveram avanços, mas estas conquistas foram possíveis devido a um governo que dialogou com os movimentos populares e estava atento às questões sociais.

Estas redes valorizam a formação e as conquistas que vieram com as reivindicações e luta dos movimentos populares e sociais pois conquistaram políticas públicas de inclusão social pelo trabalho e através dessas políticas públicas os dois setores incluíram muitas pessoas que estavam excluídas, sem a percepção que foram excluídos pelo sistema.

### **Políticas Públicas e o acesso a oportunidades para o fortalecimento**

Estamos hoje com parcerias, apoios e projetos. A importância de fortalecimento hoje das redes é através de projetos, parcerias e apoios (...) que veio da logística reversa nos apoiar (RVS)

Os recursos públicos que vieram, que abriram o caminho, que deu toda essa condição depende muito do momento político que o país vive, por exemplo hoje estamos na retração de recursos públicos. Não há um entendimento do atual governo (...), mas isso também trouxe mais um amadurecimento ( Rede Reciclamp)

Os entrevistados nos revelam a importância das políticas públicas para abrir caminhos e a compreensão da condição política que possibilitou o acesso para se estabelecerem.

Conforme informações do Ministério do Meio Ambiente (MMA)<sup>45</sup> a PNRS instituiu a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, esta garantia na lei trouxe o apoio de recursos privados possibilitando outros acessos para as cooperativas e redes de cooperativas de materiais recicláveis atuarem em conjunto com empresas privadas.

### **3. FORMAÇÃO CONTÍNUA E INTEGRAL**

Esta categoria surgiu em meio as falas que abordavam os desafios para formar o (a) cidadão (ã) para a compreensão política e participação ativa na sociedade, que é possível criar novos hábitos e prática e gerar viabilidade econômica com princípios e valores que respeita o humano e o meio ambiente; a importância da formação técnica e qualificada que conduziu a rede para a obtenção de resultados exitosos e a importância de que a formação seja um processo permanente. A esse conjunto de saberes que considerados fundamentais para as redes demos o nome de formação contínua e integral.

#### **Desafios da Formação**

Temos que começar a formar pessoas introduzindo essa questão política que não é só com o empreendimento, a consciência política de quem está nesse meio de economia solidária, é como cidadão, contribuir com o país, com o seu em torno, com o seu bairro, com as escolas, é uma consciência política mais ampla. Não é somente para a luta do seu empreendimento, nem do seu segmento. (Rede Reciclamp)

Aprender na prática, a economia solidária tem que transformar isso em hábito (Rede Vale do Ribeira)

Estamos tentando fortalecer do ponto de vista do capital para mostrar que somos eficientes. Mostrar a viabilidade e o limite está na conscientização dessas pessoas. O limite está em qualificar do ponto de vista dos princípios e gerar a viabilidade (Rede Vale do Ribeira)

Os entrevistados revelaram a importância da formação para atingir a consciência política através de metodologia que traga o desenvolvimento de novos hábitos a partir da prática e nos mostraram a experiência da comunidade do bairro Guapiruvu da Rede Vale do Ribeira, que mudou práticas, hábitos, costumes e valores porque sofreram com a degradação do ambiente causada por eles (as), a experiência vivenciada fez com que eles compreendessem que precisariam mudar os valores e hábitos, essa percepção que adquiriram, querem transmitir aos

---

<sup>45</sup> MMA. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa>>.

que não participaram do mesmo processo e acreditam que isso só é possível através de uma formação desenvolvida com atuação na prática. Esse desenvolvimento aponta para a construção de uma nova dimensão subjetiva.

### **A importância da formação para a organização e constituição da rede com resultados exitosos**

(...) aprendemos sobre logística, o que abriu a nossa mente (...) teve apoio técnico, cursos, reuniões pra gente entender o que era uma rede e logística, como entender a logística, ter um caminhão e receber o conhecimento de como cuidar de um bem que é para todos. (RVS)

Dentro da nossa formação duas questões que acho que foi o marco zero pra se tornar um negócio, que era a inclusão de todos os cooperados no INSS que é importante e o capital de giro, que daí a gente já começou a trabalhar a ideia de quando a gente não tiver recurso do projeto a gente precisava sobreviver, então ao longo dos dois anos em que transitou esses recursos, a gente, quando digo a gente, a Reciclamp através de instrução técnica do CRCA já foi disciplinando a contabilidade, pra gente saber o que a gente precisa, quanto de recurso que a gente precisava ter todo mês pra que a rede continuasse sem o recurso público. (Rede Reciclamp)

O sucesso da Reciclamp é exatamente isso, é a orientação que a gente teve para tomar esses cuidados e pra você ter esse olhar, saber que a gente tá no âmbito da economia solidária, a gente é cooperativa de catadores, mas a gente está em um negócio e um negócio importantíssimo pra trazer retorno, pra tirar as pessoas que estão desiludidas, que acha que não tem mais condição de trabalhar, que já bateu em várias portas ... trazer essa oportunidade e a inserção dessa pessoa, isso pra mim é um viés importantíssimo. (Rede Reciclamp)

O processo de formação forneceu à essas redes informações e orientações que fez com que se desenvolvessem através de um planejamento para atingir um resultado exitoso.

Nesses resultados aparecem nos valores e princípios absorvidos, que se mostram na prática de funcionamento da organização da rede, quando revelam a forma responsável com que realizam suas atividades atentos ao humano que precisa de uma chance, que precisa ser acolhido, respeitado, orientado e conduzido para acessar seus direitos.

Conforme observado não só na fala do entrevistado mas também no processo de admissão de novos sócios da Rede Reciclamp, no qual percebemos que não está só no discurso, está na prática, os valores incutidos nesta rede se revelou na importância que deram para uma pessoa que procurava por trabalho e não tinha documento, eles poderiam ter dispensado essa pessoa, no entanto, o acolheram, orientaram ele para que pudesse obter os documentos e após esse encaminhamento deu sequência no procedimento para a adesão do novo sócio, nesta ação a Rede Reciclamp promoveu a cidadania e nos revelou novas práticas que estão acontecendo,

esta nos aponta para a transformação da consciência na atividade e para a construção de uma nova dimensão subjetiva.

### **A importância da formação permanente**

Na RVS foi feito no próprio projeto, já ficou um valor específico para esse tipo de necessidades. Existe muita rotatividade nos grupos, alguns grupos estão em outro patamar, com outra visão de profissionalismo e a rotatividade diminuiu bastante. Mas em alguns grupos ainda saem muitas pessoas e pessoas novas entram, então a gente vê a importância de manter os grupos com cooperativismo, fazer com que eles tomem conhecimento do porque existe uma rede, porque aquela cooperativa tem um compromisso com a rede. Então isso vai da necessidade daquele grupo de identificar a necessidade que ele tem e no próprio projeto a gente tem essa estrutura para dar formação, para dar curso, para dar forma de o grupo saber como estão os desenvolvimentos desses projetos junto com as redes de parcerias. (RVS)

A dificuldade que tem é que as cooperativas compreendam que a rede somos nós, a rede é movida por todos os cooperados. (Rede Reciclamp)

Necessário ainda muita formação (...) quando eles constituíram o debate era única e exclusivamente o mercado, a cooperativa não propicia o debate, do direito como um todo (...) é um debate de formação contínua, porque uns irão sair outros entrar (...) se não tiver organizado como tal (Rede Vale do Ribeira)

As redes nos revelaram a importância da formação permanente, seja pelos novos que entram e desconhecem o modelo que propõe participação ou para os antigos fazerem uma revisão, porque essa outra forma de relação de trabalho não está inserida na cultura da sociedade e a compreensão e absorção de novos valores e princípios pelos novos (as) trabalhadores (as) requer um período de maturação para que naturalmente os valores sejam apropriados e se revelem através de novas práticas e valores.

Para tanto é necessário promover o debate contínuo de direitos e de acesso às políticas públicas, nos quais os processos de formação forneçam subsídios para que os cooperados consigam acompanhar as mudanças políticas no país que envolve e interfere no trabalho e na vida dos trabalhadores (as) e cidadãos (ãs).

## **4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO**

Esta categoria de análise foi identificada nas falas das lideranças das redes ao relatarem o desenvolvimento da forma de organização do trabalho, bem como o desenvolvimento e os desafios dos caminhos percorridos no processo de autogestão.

É um grande desafio para as redes desenvolver autogestão em meio as contradições e as dificuldades da compreensão de uma proposta com modelo divergente da lógica capitalista, neste caso a geração de conflito é um fato, no entanto as redes estão desenvolvendo habilidades como a metodologia de conciliação (expressão criada pela liderança da Rede Vale do Ribeira) para realizar uma interação entre cooperativas com pensamentos e conceitos divergentes.

### **Os desafios do processo de autogestão**

Quando você faz no local você gera tecnologia, você gera renda no local, se tem aí uma série de situações, você obriga as pessoas, viu que é legal, o que o A..., falou as pessoas não brigam porque não querem, brigam porque querem, então é legal, é um acesso pra eles e o conflito é bom, porque é o conflito que gera energia, o conflito que faz as pessoas andar. (Rede Vale do Ribeira)

É uma situação muito complexa de mudança de hábito, mas nós não desistimos e hoje eu sinto orgulho por isso. (Rede Vale do Ribeira)

Nos desafios da autogestão estão presentes fortemente os conflitos, interpretado pela Rede Vale do Ribeira como a energia que move e faz o grupo se manifestar, a grande questão para as redes está em encontrar meios para intermediar os conflitos e não romper.

A metodologia da organização em rede está produzindo outras metodologias para intermediar os conflitos e desenvolver gestão com autogestão.

A Rede Vale do Ribeira nos apresentou uma prática diferente que eles chamam de “*metodologia de conciliação*”, na qual nos mostra um meio para não romper pela divergência de concepção, buscam formas de continuar juntos mesmo discordando para mostrar que existe concepções diferentes, que o entendimento de alguns pode estar equivocado e trazer consequências para o coletivo mas só a vivência poderá trazer os resultados.

Ceder em alguns momentos, observar e conduzir o caminho para que a rede adquira experiência para fazer a reflexão e dessa forma poderá mudar os valores e a prática.

### **Criação de Metodologia para a vivencia na Autogestão**

No comum o cooperado sinceramente ele não é muito interessado pra essas coisas, mas como a gente tem ferramenta já institucionalizada que a gente precisa fazer a prestação de contas mensal, obrigatoriamente ele tem que interagir nessa prestação de contas, então ele recebe o conhecimento mesmo involuntário. (Rede Reciclamp)

Agora importante que a gente criou dentro de Sete Barras (...) esse desafio de fazer uma rede local bem pequenininha, e aí que a gente criou os NICOS, isso aqui (esse espaço) é um NICOS. NICOS é Núcleo de Integração e Cooperação Solidária (...) a ideia é que isso vá se introduzindo e incluindo na nossa cultura (...) Foi dentro do projeto redes que a gente criou essa ferramenta que a gente tá chamando de integração (Rede Vale do Ribeira)

Nas cooperativas os espaços são ecumênicos, a gente tem lá o evangélico protestante, o católico... a oração do pai-nosso é universal, então praticamente todas as cooperativas começam com uma oração do pai nosso. Fazem uma reflexão do dia anterior e uma projeção para o dia atual ... olha hoje a gente precisa fazer isso ..., faz um agradecimento à Deus e um pedido de benção para o dia, pra vivenciar um bom dia de trabalho, isso se soma para um bom ambiente de trabalho. (Rede Reciclamp)

Estas redes nos revelam através de suas práticas a absorção de conceitos e princípios e que são capazes de desenvolverem metodologias diferenciadas apontando caminhos para atingirem a autogestão.

Identificamos diferentes metodologias que as redes estão criando para desenvolverem a autogestão e realizarem a gestão através de uma metodologia que conduz para a participação.

Nesse sentido a Rede Reciclamp também conseguiu desenvolver uma metodologia na qual impulsiona a mudança de hábito a partir da prática, no dia-a-dia. Observamos duas conquistas, primeiro: conseguiram implantar um sistema de participação através da prestação de contas, este vincula a participação dos cooperados (as) na prestação de contas mensal e os instigam a interagir, desta forma eles passam a acompanhar e a entender o processo do trabalho e o significado da gestão ser realizada em conjunto; a segunda conquista observamos através da prática religiosa realizada. Criaram uma mística para iniciarem o dia de trabalho, na realização desta mística encontraram a forma de gerar um elo entre os integrantes do grupo, forjaram um ambiente de trabalho agradável no qual fortalecem os valores e os princípios.

Os novos hábitos estimulados por esta rede apontam para a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho e nos revela a transformação da consciência na atividade.

### **Autogestão responsabilidade organizacional coletiva institucional e operacional**

Cada um tem que assumir sua responsabilidade, a cooperativa é uma união de pessoas e funciona como um corpo, aonde cada parte depende uma da outra. Assim é na cooperativa se o caminhão não trabalha, a esteira não trabalha, o galpão não trabalha (...) um corpo não se separa das partes para andar, e assim deve ser a cooperativa todos devem trabalhar juntos, em comum acordo, cada um fazendo a sua parte para atingir o objetivo e o que for melhor para o grupo. (RVS)

(...) o tempo foi me ensinando sobre como trabalhar e absorver os valores ... mas para as pessoas é difícil tem gente que trabalha uma semana, um mês e eu dou a benção de ir com o Deus para a empresa do sistema capitalista, fazemos o possível para a pessoa ficar, estávamos com 20 e agora com 12 ou 13, mas esses são os que estão desde o início há dez anos (Rede Reciclamp)

Saúde e segurança do trabalhador devem fazer parte do dia-a-dia e não apenas no momento de visitas de pessoas no local. O aspecto visual é importante é um bem, se você está em um local de trabalho organizado isso faz bem para a sua mente. É costumeiro se descuidar dessa parte e achar que isso não é importante. É costumeiro se preocupar com triagem do material, processar e vender e não cuidar do espaço físico onde você está trabalhando. Essas são as maiores dificuldades que a gente tem. (Rede Reciclamp)

Parte institucional tem custos (...) A gente construiu isso numa forma de regimento interno em que as pessoas participavam dando o aval positivo para depois participar, visando o bem-estar do cooperado, enquanto estiver no local. (Rede Reciclamp)

Estas redes nos revelaram que a construção da Autogestão pode ser promovida por meio de uma metodologia de participação que inclui o olhar atento dos seus associados e o empenho da liderança para que os associados não percam de vista que o cuidado com o EES é diário como cuidar de sua casa, é uma mudança de hábito, que precisa ser estimulada e impulsionada no dia-a-dia.

A autogestão se revela como uma tarefa desafiante na intermediação de conflitos e no estímulo de novas práticas para a mudança de hábitos e costumes, os resultados revelados nos mostra ser necessário o desejo e empenho das lideranças que conduzem o processo.

A criação de metodologia de participação e a busca por meios e formas de intermediar os conflitos revelam através destas redes que a autogestão é uma questão complexa e as lideranças precisam desejar e conduzir para que a autogestão aconteça.

Através da implantação de um mecanismo de participação estas redes criaram hábitos e costumes que passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores (as), naturalmente.

## **5. SUSTENTABILIDADE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E GERAÇÃO DE RENDA**

Esta categoria nasceu a partir das falas que apresentaram a questão da sustentabilidade vinculada a estratégia para promover uma mudança de hábito, a partir da disseminação do conceito de um novo modelo para gerar renda, preservando o meio ambiente.

Destacamos duas questões essenciais a primeira é o quanto estas redes estão provocando e promovendo uma mudança hábito e costumes em suas comunidades, envolvendo a geração de renda e a preservação do meio ambiente.

A segunda questão essencial é a implantação de um modelo que busca desenvolver o local a partir da agroecologia e economia solidária, esta foi conduzida pela drástica experiência vivenciada e relatada pela comunidade do bairro Guapiruvu, no município de Sete Barras.

Hoje nós temos um avanço na RVS ... o da educação ambiental, a gente sabe que a educação ambiental dentro dos condomínios, nas empresas, a importância de se ter um grupo para isso. Você divulgar o trabalho, falar do nosso profissionalismo, da qualidade do material, da importância desse material com qualidade ... a gente sabe o respaldo que isso dá na cooperativa. Das sete cidades envolvidas, quatro já estão fazendo educação ambiental. Sabemos que a importância da divulgação, é necessária pelo avanço que teve a educação ambiental dentro da cidade. Já teve cooperativa que aumentou de 40 a 50 toneladas, com uma educação apenas de quinze dias. Então a gente vê o avanço que é uma divulgação. (RVS)

Agora legal lembrar assim, que é ... é ... tem todo uma questão estratégica demais. Primeiro que é uma reversão de modelo, né! (...) então a gente está discutindo um novo modelo, nasce um novo modelo, nasce no Guapiruvu, nasce no Guapiruvu essa questão de localização, essa questão territorial, e discutir por exemplo a questão cultural, de fazer agroecologia, de desenvolver a economia solidária, né! (Rede Vale do Ribeira)

A atuação destas redes nos mostra que estão desenvolvendo na prática um embrião para a construção de um processo para uma nova dimensão subjetiva.

Neste processo se revela a constituição da consciencia na atividade pela vivencia dos trabalhadores (as), que resistem e projetam o futuro.

A pretensão destas redes é de se desenvolverem a partir de um novo modelo econômico, a partir dos princípios e valores da preservação ambiental, com a participação social e o desenvolvimento econômico atrelados.

Observamos que se faz necessário o empenho das lideranças e formação para que um novo modelo seja instigado e impulsionado a partir de mudança de hábitos e costumes.

Este novo modelo trava um embate com a atual política econômica do país, pois os programas de políticas públicas, que eram de governo foram reduzidos próximo a zero e são essências para a viabilidade economica das redes. A fragilidade das políticas públicas dificulta os possíveis avanços.

## **6. ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS DO MERCADO**

Esta categoria surgiu nas falas que apresentaram o processo de construção das redes para atingirem a viabilidade econômica, observamos que o tempo de consolidação e amadurecimento da rede, as políticas públicas e a construção de novas práticas no processo foram fatores determinantes para atingirem o equilíbrio em um universo de contradições.

A organização em rede é a estratégica básica e necessária para que os EES não fiquem isolados. As falas dos entrevistados expressaram a importância de trazer os EES que estão isolados e qualifica-los na rede.

### **Os pequenos EES se unem para saírem do isolamento, se fortalecerem e superarem os desafios**

Nosso desafio é potencializar a rede com qualidade do ponto de vista do desenvolvimento e da interpretação para fortalecer e potencializar o cooperativismo isso é um desafio, é importante qualificar cada cooperativa dentro do arranjo da rede (Rede Vale do Ribeira)

No caso da economia solidária que são os grupos de empreendimentos coletivos, as dificuldades são tão grandes e tão constante. A gente se junta, um grupo pede socorro, aparecem dificuldades que a rede sana. (RVS)

Quando a rede vem para o fortalecimento, nós sentamos nos grupos, com reuniões mensais, nos organizamos e decidimos o que é importante para cada grupo, verificamos quais as necessidades de cada grupo e procuramos dar um rumo para aquele grupo que está perdido, pois a rede veio para fortalecer, pensando nos pequenos, para eles poderem, pelo menos, se igualar aos grandes e gerar os resíduos suficientes para poderem manter os seus grupos, poder sobreviver. (RVS)

### **Prospecção de novos produtos ou serviços e as expectativas com o futuro**

O mercado convencional é quase impossível de competir com as grandes empresas e como a gente tem um produto agroecológico, (...) o que nós estamos fazendo aqui é uma experiência com o nosso produto, a pupunha. A pupunha é um produto novo no mercado e muito precíval, ela tem de 7 a 10 dias e tem que usar muito geladeira. Então não tem sido fácil (...) (Rede Vale do Ribeira)

Já tem empresas que buscam pela cooperativa de forma espontânea, mas para atende-las é necessário, estrutura. Criamos um plano de negócio que demonstra nossa atuação na região. Esse dinheiro novo que entra está dando condição para que as cooperativas possam investir em infraestrutura, temos o exemplo de uma cooperativa que comprou sozinha uma empilhadeira, isso não acontecia anos atrás. Antigamente o catador não tinha condições de montar

um negócio institucional legal, com essa visão de poder prosperar. (Rede Reciclamp)

Os empresários envasam e nós não conseguimos fazer isso ainda porque tem toda uma legislação complexa que nós vamos ter que superar e nós não chegamos nesse ponto ainda. Mas o carro chefe é a banana (Rede Vale do Ribeira)

A vivência da rede que realizou muito planejamento ao longo da sua existência nos mostra que os resultados foram exitosos pela formação e dedicação que tiveram ao planejar as ações do empreendimento, mas não podemos deixar de lado que o sucesso também contou com apoio de políticas públicas favoráveis e projetos.

As redes em geral de alguma forma dependem de políticas públicas, o setor da reciclagem conseguiu acessar várias políticas públicas, a agricultura familiar conseguiu viabilidade somente através das políticas públicas, ainda se deparam com muitas dificuldades para acessarem o mercado convencional, por não terem recursos para investir nas condições impostas pelo mercado, precisam de suporte, a fragilidade é grande, mas seguem na corrida em busca da superação.

### **O planejamento e a busca da viabilidade econômica**

Porque nós decidimos ampliar a rede numa proposta de aumentar a renda por que houve um entendimento das lideranças, dos representantes que se melhorássemos da viabilidade econômica dessas comunidades nós iríamos melhorar a percepção política também a consciência política das pessoas em relação ao que nós queremos, ao protagonismo, ao destino de cada um em relação a autogestão, em relação a autonomia e criar uma interdependência. Então a ideia era gerar renda criar autonomia, criar interdependência e a partir dali poder, poder coordenar ... no escopo da economia solidária. (Rede Vale do Ribeira)

Na cooperativa a gente não é descartada porque a idade chegou, formei uma filha professora, com o meu trabalho, hoje tenho uma filha professora, que educa adultos e crianças, sou valorizada pelo que eu faço, é um orgulho pra mim. Temos dificuldades, mas estamos todos aqui, é uma família (RVS).

O sucesso não é só a renda, eu acho que a renda é muito importante, é a razão do negócio existir mas se você só olhar por isso, a coisa se torna vazia, você pode fazer aventuras pensando na renda e destruir seu negócio, então eu acho que a essência do negócio é o conceito solidário, junto com a visão que a gente está dentro de um negócio, a ética se soma muito e o esforço individual de cada um para que a rede seja bem-sucedida. (Rede Reciclamp)

Buscam a viabilidade econômica e através dela nos mostram que é possível ter viabilidade com princípios diferenciados da lógica do mercado.

As falas também nos revelaram os valores de pertencer a um grupo com princípios e valores que foram incorporados em ações do dia-a-dia e alteraram hábitos, costumes, práticas e valores.

## **7. CONTRADIÇÕES ENFRENTADAS NO COTIDIANO DAS REDES**

A categoria “*Contradições*” nos revela que estão presentes no dia-a-dia e o embate é diário.

Considerando como conceito solidário: princípios de igualdade, democracia e cooperação, solidariedade e a valorização do humano *versus* negócio: que é estabelecido pela lógica capital, na qual o capital (o dinheiro) é mais valorizado que o humano.

As contradições são inerentes ao desenvolvimento das redes pelos princípios e valores contrários a lógica do sistema capitalista e o equilíbrio e a superação estão vinculados à formação em busca de atingir a consciência política.

### ***Conceito solidário versus Negócio***

O desafio no nosso caso, é o entendimento do empreendimento. A gente tem um conceito solidário desde a ideia de se formar uma rede, mas somos um negócio de onde as pessoas tiram seu sustento. (Rede Reciclamp)

Estamos tentando fortalecer do ponto de vista do capital para mostrar que somos eficientes. Mostrar a viabilidade e o limite está na conscientização dessas pessoas. O limite está em qualificar do ponto de vista dos princípios e gerar a viabilidade. (Rede Vale do Ribeira)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As nossas perguntas iniciais eram responder de que forma as redes contribuem para a sustentabilidade e apontam para uma nova dimensão subjetiva do trabalho.

Concluimos que as redes contribuíram na medida em que criaram práticas e novas metodologias de organização do trabalho e produção. Através do elo entre os EES a organização em rede propiciou o desenvolvimento de novas práticas e hábitos.

Na questão da sustentabilidade a Rede Vale do Ribeira que pertence ao setor da agricultura familiar incutiu um novo modelo de desenvolvimento econômico para a geração de renda a partir dos princípios e valores que preservam o meio ambiente e envolvem a participação social para pensar e agir de forma diferente na busca pelo desenvolvimento econômico. Esta rede desenvolveu uma mudança de hábitos e costumes na comunidade do Guapiruvu a partir da agroecologia e está ampliando para os outros municípios através das cooperativas que fazem parte da rede. Resgatando a fala da liderança:

Agora legal lembrar assim, que é ... é ... tem todo uma questão estratégica demais. Primeiro que é uma reversão de modelo, né! (...) então a gente está discutindo um novo modelo, nasce um novo modelo, nasce no Guapiruvu, nasce no Guapiruvu essa questão de localização, essa questão territorial, e discutir por exemplo a questão cultural, de fazer agroecologia, de desenvolver a economia solidária, né! (Rede Vale do Ribeira)

As redes de recicláveis Reciclamp e RVS envolveram a comunidade na preservação do ambiente através da separação dos materiais recicláveis para a destinação adequada, desta forma as redes criam na comunidade uma mudança de hábito e geram viabilidade econômica porque aumentam os materiais que recolhem para a comercialização.

A construção da autogestão nos revelou os desafios enfrentados para intermediar os conflitos e a construção de várias metodologias para o seu desenvolvimento. Através da implantação de mecanismos de participação criaram hábitos e costumes que passaram a fazer parte do cotidiano dos trabalhadores (as), que são estimulados (as) no dia-a-dia das redes e nos mostram a importância dessa forma de gestão ser desejada pelas lideranças que conduzem o processo para estimular a vivência pelos trabalhadores (as). Resgatando e acrescentando fala dos entrevistados:

No comum o cooperado sinceramente ele não é muito interessado pra essas coisas, mas como a gente tem ferramenta já institucionalizada que a gente precisa fazer a prestação de contas mensal, obrigatoriamente ele tem que

interagir nessa prestação de contas, então ele recebe o conhecimento mesmo involuntário. (Rede Reciclamp)

Hoje o que nós criamos entre a Cooperativa X e a Cooperativa Y (...) é uma aliança, integração das duas é quase impossível, a gente tem uma aliança das duas (...) mas bem difícil, a direção da Cooperativa X tem uma visão boa de solidariedade mas da Cooperativa Y (...) o pessoal é muito mais conservador lá. (Rede Vale do Ribeira)

Criamos uma aliança entre duas cooperativas para desenvolver o cooperativismo e a economia solidária em Sete Barras (...) a gente tem dificuldades extremas para cooperar as duas cooperativas porque as cooperativas são feitas de indivíduos e indivíduos tem entendimentos diferentes de cada realidade (...) por exemplo em uma cooperativa tem pessoas que defende que a lei do mercado é que vai resolver tudo. Então não é fácil essa ... essa interpretação e uma metodologia de conciliação. Sempre há debates fervorosos sobre essa questão ideológica. (Rede Vale do Ribeira)

Uma das redes interpretou os conflitos do processo de autogestão como energia por entender que é o que faz mover o grupo, vê como importante essas manifestações mesmo que contrárias, a grande questão para as redes está em encontrar meios para intermediar os conflitos e não romper. A criação de metodologia de “*Aliança*” e “*Metodologia de Conciliação*”, propostas pela Rede Vale do Ribeira nos apresentou uma forma na qual esta rede buscou para não romper pela divergência de concepção e conduzir para que a rede adquira experiência para fazer a reflexão e transformar valores e a prática. Conforme (FURTADO e SVARTMAN, 2009)

(...) a consciência é ao mesmo tempo o receptáculo da informação do mundo e a recepção e articulação da estimulação nervosa (maneira como se integram as várias sensações, como se articulam as volições, como se reconhecem e denominam as emoções e sentimentos). (FURTADO e SVARTMAN, 2009, p. 76)

A pesquisa nos revelou também a importância e necessidade das políticas públicas que foram portas de acesso, conquistadas através das reivindicações dos movimentos populares, sociais e sindicais, retomando as palavras de SCHIOCHET (2012) já expressas no capítulo quatro.

Não há como negar que a Economia Solidária foi uma estratégia própria da sociedade civil. No entanto, na medida em que as ‘forças democrático-populares’ obtiveram êxito na conquista de governos locais, a Economia Solidária passou também a ser incorporada na agenda das políticas públicas locais. (SCHIOCHET, 2012, p.445)

Um governo favorável possibilitou e impulsionou a criação das redes da Economia Solidária pelas políticas públicas, através de programas, projetos da Economia Solidária via SENAES e por outros setores que apresentaram possibilidade de atuação pela transversalidade de atuação conforme apresentamos no capítulo quatro por (PRAXEDES (2012)

Outros programas ou fundos vêm apoiando as iniciativas de Economia Solidária, como o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este último vem sendo um diferencial significativo para produtores familiares rurais organizados em cooperativas e associações, que realizam através dele a comercialização de seus produtos. A transversalidade da política de Economia Solidária vem permitindo o avanço das iniciativas de maneira indireta através de outros ministérios e projetos e não apenas através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/M.T.E). (PRAXEDES, 2012, p. 449)

Com a aprovação da PNRS o setor de resíduos sólidos teve acesso a políticas públicas junto aos municípios além dos projetos implementados através do Programa Pró-Catador, desta forma esse conjunto de políticas públicas se mostraram essenciais para a constituição das redes e para gerarem viabilidade econômica e inclusão social, mas as que não se tornaram políticas públicas de Estado se revelaram frágeis e vulneráveis.

A viabilidade econômica no mercado convencional para a Rede da Agricultura Familiar ainda é frágil, conquistaram viabilidade econômica através de políticas públicas e buscam superar as dificuldades para atuarem no mercado convencional.

As redes do setor de recicláveis, foram buscar outras estratégias para superarem novos desafios do mercado, no entanto também dependem de políticas públicas.

Contudo, as redes contribuem no desenvolvimento dos EES porque desenvolvem outros modelos, novas práticas e novos hábitos a partir dos princípios e valores da Economia Solidária.

O processo de construção de mudança de hábitos que move o humano na construção de um processo aponta uma nova dimensão subjetiva do trabalho. Neste sentido a organização destas redes se revelou como um embrião para a construção desse processo.

Para exemplificar apresentamos a forma de acolhimento efetuada pela Rede Reciclamp que busca incluir as pessoas que estão excluídas e a criação de uma mística para iniciar o dia que propicia um bom ambiente de trabalho, esta cria um elo e envolve os (as) trabalhadores (as) fazendo com que diariamente estes participem da organização do trabalho e planejamento das metas.

O resultado dessas práticas inovadoras é a construção de uma nova dimensão subjetiva do trabalho porque ela mudar o jeito pensar e agir do humano e constrói uma nova realidade a partir de novas referências, ou seja, ela traz uma nova consciência da realidade através da atividade o humano que se transforma e é transformado pelo simbolismo contido em seu contexto histórico, social, político, econômico e cultural. Conforme (FURTADO e SVARTMAN, 2009)

A consciência é composta de signos e se expressa por meio da linguagem. É a linguagem seu instrumento, sua forma de mediação com o mundo (com as demais pessoas). Mas não se trata da palavra propriamente dita, e sim das formas de generalização que ocorre por meio dos significados. (FURTADO e SVARTMAN, 2009, p. 99)

Desta forma podemos concluir que a história constitui o humano e o seu modo de ser, agir e pensar são o resultado de suas experiências vivenciadas num determinado contexto social e histórico.

Assim, é importante frisar que a atividade é determinada pela forma como a sociedade se organiza para o trabalho, entendido aqui como a transformação da natureza para a produção da existência humana, algo que só é possível em sociedade. Nesse processo, o homem estabelece relações com a natureza e com outros homens, determinando-se mutuamente. (AGUIAR, 2009, p. 98-99)

Por meio dos sentidos e significados revelados nas categorias de análise identificamos a construção da prática presente na proposta de mudança de hábito, a vivência que transformou esses trabalhadores (as) e que os move no processo de construção para uma nova dimensão subjetiva.

As categorias de análise revelaram através das novas práticas que as redes criaram hábitos e costumes que envolveram os associados em um processo de transformação no qual ele transforma e é transformado. As práticas desenvolvidas pelas redes nos apresentou a constituição da consciência na atividade através do desenvolvimento de novas práticas em seu cotidiano.

A transformação da consciência é um processo dialético que se constitui a partir de elementos multideterminados e ao experimentarem outras relações de trabalho, passam por um processo de ressignificação de sua atividade.

A questão de gênero nos chamou a atenção mas não foi investigada por não ser o foco da pesquisa, alguns aspectos desta temática como a ínfima participação das mulheres na gestão da rede de agricultura familiar com apenas 7% em um universo que envolve e 50% de mulheres e 50% de homens na produção. A questão se inverte no caso das redes de reciclagem em que a participação das mulheres tanto na produção quanto na gestão é maioria.

Diante disso apontamos para a necessidade de aprofundamento desta temática em outras pesquisas.

As redes se mostraram nesta pesquisa um sistema de nós (WHITAKER, 2002) que constituem a teia da vida (CAPRA, 1996), traçando elos com as questões sociais e culturais (GAIGER, 2014), entrelaçando vidas, sentimentos, saberes e práticas que constroem novas formas de estar no mundo, uma nova *Dimensão Subjetiva*.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, C.F. **Trabalho e política no cotidiano da autogestão: o caso da rede Justa Trama.** São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.

ANDRADE, L. B. **O programa redes de cooperação como modelo para o desenvolvimento regional: da teoria à prática no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

ANDRADE, M. T. **O Programa Cataforte e o Trabalho dos Catadores de Recicláveis: As ambivalências da Economia Solidária no Limiar da Precarização.** São Carlos. Tese doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de São Carlos, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho,** Campinas: UNICAMP, 1995

ARRETCHE, M. (org.) **Trajetórias das desigualdades – como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos.** São Paulo: UNESP/CEM, capítulos: 3,5,6, 7,8,9,11 – 2015.

ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão). **Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005-2007).** São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

BAMPI, A. **Análise do desenvolvimento da rede de negócios de empresas incubadas no processo de incubação.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

BARBOSA, M. **Condições de Trabalho em unidades de triagem de resíduo sólido em quatro cooperativas de Campinas,SP, caracterização e percepção dos catadores.** Campinas. Tese doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. et al (org.) **Psicologia Sócio-Histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia,** São Paulo: Cortez, 2009.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. **A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais** in: BOCK, A. M. B., et al (orgs) **A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica**, São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Atlas da economia solidária no Brasil** – Brasília: SENAES/M.T.E, 2005/2006, 2006.

BRASIL. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Gov. Federal – 2003/2010**. Brasília: SENAES/M.T.E, 2012.

BRASIL. **1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)** Conselho Nacional de Economia Solidária – SENAES/M.T.E, 2015.

BUENO, A. M. **Arranjos Produtivos Locais: Análise da caracterização do APL de Ponta Grossa com base nos indicadores**. Ponta Grossa. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2006.

CAMBIAGHI, B. P. **Redes de cooperação para desenvolvimento em economia solidária: estudo de caso no município de São Carlos-SP**. Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2012.

CAPRA, F. **A teia da vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996

\_\_\_\_\_. **As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2002

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V. L. N.; RODRIGUES, É. R. Q. **Arranjo Produtivo Local (APL)**. Brasília: Sebrae, 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COMUNELLO, L.N. **Redes em (Co) operação e sustentabilidade: estratégias e desafios na produção da vida na cidade.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

CRUZ, A. **Políticas públicas para a economia solidária: fronteira entre política social e política para o desenvolvimento local.** In: Revista Sociedade em Debate, vol. 12, nº1, Pelotas, Educat: 2006. pp. 117-131.

\_\_\_\_\_ **Redes de Economía Solidária – papéis e limites de actores envueltos: trabajadores, universidades e Estado.** In: Seminario Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá", 2009. Buenos Aires: CESOT/FCE/UBA. Mídia digital, 2009a.

\_\_\_\_\_ **Cooperativas multiactivas y redes de cooperación: dos variantes de la integración solidaria y dilemas en la organización** In: ÁLVARES, Juan Fernando et al. Racionalidad, cooperación y desarrollo - elementos desde la multiactividad cooperativa. Bogotá: CootraDian, pp. 100-111, 2009b.

CRUZ, E. M. K. **Redes interorganizacionais de cooperação: Influencia da relação entre configuração de rede e de práticas de governança sobre a coevolução das firmas e da rede.** São Paulo. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2017.

CUNHA, G.C. **Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo Federal voltadas à economia solidária (2003-2010),** Brasília. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia, 2012.

DIEESE. **Subsídios para a Economia Solidária. Departamento Intersindical de Estatística Estudos e Socioeconômicos.** São Paulo: DIEESE, 2014.

DIEESE. **Referencial Brasileiro para análise de empreendimentos de economia solidária.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2014.

DOWBOR, L. **O pão nosso de cada dia: processos produtivos no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016

\_\_\_\_\_ **Articulações em Rede na era do conhecimento in Redes e Intersetorialidade** (org.) JUNQUEIRA, L. P. e CORÁ, M. A., 2017, p. 13 a 40

FERRAZ, L. M. S. **Fatores que influenciam o desempenho de uma rede de cooperação horizontal: um estudo de caso das redes de Cascavel-PR**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

FRAGOSO, R. C. **Avaliação de redes de cooperação empresarial em Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. **O estudo sobre os municípios de Recife, Aracaju, São Paulo e governo da Bahia**. In: BENINI, Édi A. et al (orgs.). **Gestão Pública e Trabalho Associado: Fundamentos e Perspectivas – Vol. II**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 433-441.

FURTADO, O. **Dimensões Subjetivas da Realidade: Um estudo da subjetividade social no Brasil**. São Paulo, Tese doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_ **Trabalho e Solidariedade**, São Paulo, Cortez, 2011

\_\_\_\_\_ **O psiquismo e a subjetividade social** in: **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia** (org.) BOCK, A.M.B., GONÇALVES, M. G. M. e FUTADO, O. et al, São Paulo, Cortez, 2015.

FURTADO, O.; SVARTMAN, B. (2009) **Trabalho e Alienação** in: **A Dimensão Subjetiva da Realidade** (org.) BOCK A.M.B et al, São Paulo, Cortez.

GAIGER, L. I. (coord.) **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**, São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAIGER, L. I. **Conhecer globalmente: um desafio inadiável dos estudos sobre a Economia Solidária.** Outra Economia, 8(14):99-111, enero-junio 2014.

GONÇALVES, M. G. M. **Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica** in: Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia (org.) BOCK, A. M. B., GONÇALVES, M. G. M. e FUTADO, O. et al, São Paulo, Cortez, 2015.

GONZÁLEZ REY, F. L. **La Subjetividad: Su Significación para la**, in: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio histórica e a teoria das representações sociais**, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2002.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: Os processos de construção da informação**, São Paulo: Pioneira Thomson, 2005.

GOMES, G. G. **Rede Justa Trama – Cadeia produtiva do algodão ecológico: as territorialidades da economia solidária.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

GRIGOLETTO, F. **O bairro do Guapiruvu como lugar-organizado: uma abordagem institucional do organizar.** Tese doutorado. São Paulo. Fundação Geúlio Vargas, 2018.

GUERRA, A.; POCHMANN, M.; SILVA, R.A. (orgs.) **Atlas da Exclusão Social no Brasil, dez anos depois.** V. 1. São Paulo: Cortez, 2014.

KALSING, M. **Análise da trajetória de uma rede de pequenas e médias empresas inserida no programa redes de cooperação do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrados. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

KESSLER, C. K. **Politizando o conceito de redes de economia solidária: uma análise das relações à luz da teoria dos campos de Pierre Bourdieu.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

LANE, S. T. M. (org.) **O homem em Movimento**, 4ª ed., Brasiliense, São Paulo, 1989.

LENZ, G. S. **Medição de desempenho: uma proposta de sistema de avaliação de performance para redes horizontais de cooperação.** Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

LIMA, M. G. **A dimensão subjetiva das relações de trabalho na economia solidária.** São Paulo, Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe,** Martins Fontes, São Paulo, 2003.

MANCE, E. **A revolução das redes,** a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_ **Redes de colaboração solidária.** In: CATTANI, Antonio et al. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003 a.

\_\_\_\_\_ **Cadeias produtivas solidárias.** In: CATTANI, Antonio et al. A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003 b.

MARTINHO, C. **Redes: Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização.** São Paulo, 2003

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade,** Paulus, São Paulo, 1997.

MARX, K. **Para a crítica da Economia Política.** Coleção: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_ **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I: O Processo de Produção do Capital, Vol. I – Capítulo V (Tomo I Prefácios e Capítulos I a XII) – Coleção: Os economistas,** 3ª ed., Nova Cultural, São Paulo, 1988, p. 142-156. (1890).

\_\_\_\_\_ **Manuscritos Econômico-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri, São Paulo: Boitempo, 1844/2008.

MÉSZARÓS, I. **Para Além do Capital**, Boitempo, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_ **A crise estrutural do Capital**, Boitempo, São Paulo, 2009.

METELLO, D. G. **Os benefícios da associação em cadeias produtivas solidárias: o caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico**. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

NASCIMENTO, C. **Autogestão e Economia Solidária**, C.Futura, Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, F. **Os Sentidos do Cooperativismo: Entre a Autogestão e a Precarização do Trabalho**, São Paulo: LTr, 2014.

PAULI, J. **O poder nas redes de economia solidária**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PEREIRA, P. A. P. **Utopias Desenvolvimentistas e Políticas Sociais no Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n. 112, pp. 729-753, 2012.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (orgs) **Atlas da Exclusão Social no Brasil**, São Paulo, Cortez, 2004.

PRAXEDES, S. F. **Políticas pública de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias**. In: BENINI, Édi A. et al (orgs.). **Gestão Pública e Trabalho Associado: Fundamentos e Perspectivas – Vol. II**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 445-456.

PRIM, M. A. **Elementos constitutivos das redes de colaboração para inovação social no contexto de incubadoras sociais**. Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

QUIRICI, W. J. **Modelo conceitual para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Ribeirão Preto. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 2006.

REGINATO, F. G. **O capital social e as redes de cooperação: a influência dos fatores sociais nas redes de cooperação de serviço do RS**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

RIFKIN, J. **Sociedade com custo marginal zero**, M.Books, Brasil, 2015.

SANTOS, B. S. (Org.). **A Globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002 a.

\_\_\_\_\_ **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 b.

SCHIOCHET, V. **Políticas Públicas em Economia Solidária: reflexões da Rede de Gestores**. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro; Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-M.T.E). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

\_\_\_\_\_ **Políticas pública de Economia Solidária: breve trajetórias e desafios**. In: BENINI, Édi A. et al (orgs.). **Gestão Pública e Trabalho Associado: Fundamentos e Perspectivas – Vol. I**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 443-452.

SILVA, R.M.A. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais (CONLAB), Diversidade e (Des)igualdades, Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

SILVEIRA, M. S. **A influência das redes de cooperação no desenvolvimento de iniciativas de sustentabilidade**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante: Repensando o socialismo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998 a  
\_\_\_\_\_ **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**, São Paulo: Contexto, 1998 b.

\_\_\_\_\_ **Economia solidária: um modo de produção e distribuição** in: SINGER, Paul & RICARDO, André (orgs) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000 a.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000 b.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. R. **Um exame da economia solidária**. *Otra Economia*, 5 (9), p.173-184, 2011  
\_\_\_\_\_ **O estado da produção do conhecimento científico sobre economia solidária no Brasil** in: *A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho* (org.) SOUZA, A. R.; ZANIN, M., EduFSCar, São Paulo, 2017.

SOUZA, J. A. **Ganhos Coletivos das Redes de Cooperação Intercooperativas: Um estudo de caso sobre a Rede Dolacto**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2012.

SPINK, P. K. **Redes solidárias, autogestão e solidariedade**. In Guareschi, N. (Org.) *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo* [on line]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 78-92. ISBN: 978-85-99662-90-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

SPOSATI, A. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.14, n.1, pp. 104-115, 2011.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**, Martins Fontes, São Paulo, 1934/1998.

\_\_\_\_\_ **A Construção do pensamento e da linguagem**. 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VINHAS, A. P. L. C. **A contribuição das empresas associadas na agregação de valor das competências de uma rede de cooperação interorganizacional**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

WHITAKER, F. In **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos**, Série *Economia Solidária* n.2, Fase/DP&A editora, 2002.p.109 a 125.

## DOCUMENTOS JURÍDICOS

### LEIS:

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.** Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5764.htm) /> Acesso em 27, fevereiro, 2018.

BRASIL. **Lei nº12.690, de 19 de julho de 2012.** Dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/L12690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12690.htm) Acesso em 27, fevereiro, 2018.

CAMPINAS. **Lei 12.218 de 13 de janeiro de 2005.** Estabelece normas e critérios para incubação, instalação e fomento às cooperativas de recicláveis que compõem o programa municipal de geração de emprego e renda da prefeitura municipal de campinas. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ahedo>> Acesso em 27, fevereiro, 2018.

### DECRETOS:

BRASIL. **Decreto de Lei n.5452, de 01 de maio de 1943.** Retificado pelo Decreto-Lei nº6.353 de 1944 e retificado pelo Decreto de Lei nº 9.797 de 1946. Aprova a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm) /> Acesso em: 27, fevereiro, 2018.

BRASIL. **Decreto n.7358, de 17 de novembro de 2010.** Institui o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm)>

CAMPINAS. **Decreto nº 14.265, de 21 de março de 2003.** Dispõe sobre o programa de doação de material reciclável de lixo doméstico às cooperativas ou associações populares de trabalhadores em reciclagem e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ceoib>> Acesso em: 27, fevereiro, 2018.

#### **WEBSITES:**

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <[www.caritas.org.br](http://www.caritas.org.br)> Acesso em: 13/02/2017.

DIEESE. Disponível em: < <http://ecosol.dieese.org.br/> > acesso em 16/02/2018.

JUSTA TRAMA. Disponível em: < <https://justatrama.com.br/quem-somos> > Acesso em 13/02/2017.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Declaração de Aptidão ao Programa Nacional Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-PRONAF) Disponível em:< <http://www.mda.gov.br/sitemda/saf/dap> > e < <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa> >

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: FNDE <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnar-agricultura-familiar>>

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-perigosos/logistica-reversa> > Acesso em 05/07/2018.

MONDRAGON CORPORATION. Disponível em: <<https://www.mondragon-corporation.com/>> Acesso em 13/02/2017.

UNISOL Brasil. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/>> ; <[www.unisolbrasil.org.br/historico](http://www.unisolbrasil.org.br/historico)> ; <[www.unisolbrasil.org.br/quem representamos/](http://www.unisolbrasil.org.br/quem-representamos/)> Acesso em 28/11/2017.

UNITRABALHO. Disponível em: < <http://www.uepg.br/unitrab> > acesso em 16/02/2017.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>> e

<[https://nacoesunidas.org/page/6/?post\\_type=post&s=eco+92](https://nacoesunidas.org/page/6/?post_type=post&s=eco+92)>

WWF-Brasil. Disponível em: < [www.wwf.org.br](http://www.wwf.org.br) >, acesso em 05/07/2018.

## VÍDEOS

### FACEBOOK:

RECICLAMP, 2017, 2 min. **Somos a Rede Reciclamp**. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/Reciclamp-1144188455676334/videos/>> Acesso em 15/03/2018.

### YOUTUBE:

CATI, 2015, 5 min. **4 Cooperativa Cooperagua Sete Barras**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=f1tbnTxFgMQ>> Acesso em 20/03/2018.

REVISTA HORIZONTE GEOGRÁFICO, 2014, 14 min. **Especial vale do Ribeira: Gilberto**

**Ohta, Guapiruvu**. Entrevista adicional à reportagem Guardiões da Floresta - Edição 152 -

Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=4SFWcbCjNAQ>> Acesso em 20/03/2018

VITAE CIVILIS, 2013, 7 min. **Guapiruvu - a agenda de desenvolvimento local que está**

**dando resultados**. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=q3n53Hg3X-k>>

Acesso em 20/03/2018

wab030, 2009, 9 min. **Reciclamp**. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=NQVXbPGzVCs>> Acesso em 15/03/2018

# **ANEXOS**

## PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

Pesquisadora: Solange Aparecida de Lima  
(011) 4032.5281 / 99686.0541  
[redes.solange@gmail.com](mailto:redes.solange@gmail.com)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Eu, **Solange Aparecida de Lima**, mestranda no curso de Psicologia Social, participante do núcleo de pesquisa NUTAS – Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho e Ação Social, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC/SP, sob a orientação do **Prof.Dr.Odair Furtado**, estamos desenvolvendo uma pesquisa intitulada **REDES DE COOPERAÇÃO: CONSCIÊNCIA CRÍTICA E IDEOLOGIA**, que tem como objetivo *Conhecer de que forma a organização do trabalho em Rede de Cooperação contribui para o processo de constituição da consciência crítica dos trabalhadores e apreender a dimensão subjetiva do trabalho autogestionário.* A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa é qualitativa e o referencial teórico metodológico é fundamentado na Psicologia Sócio-Histórica.

A coleta de dados será através de documentos, informações divulgadas na mídia; entrevistas semi-estruturadas, individuais e/ou coletivas com as lideranças e/ou representantes da Rede com o objetivo de aprofundar elementos e apreender os sentidos e significados do trabalho na economia solidária através da livre expressão dos participantes da pesquisa; e observação participante em reuniões, eventos e/ou atividades na qual esta e outras Redes participem.

Esta pesquisa pretende contribuir com reflexões sobre os limites, vantagens e desafios de uma organização em rede de cooperação autogestionária, seus desafios para a sustentabilidade e os avanços tecnológicos dentro do sistema capitalista.

Para participar deste estudo o (a) participante não terá nenhum custo.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa de mestrado informada acima. Estou ciente e devidamente informado (a) sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante  
CPF \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora: Solange Aparecida de Lima  
CPF: 129.617.028-44  
RG: 21.559.519-1

### TESTEMUNHAS

Nome \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_  
Assinatura \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_



## **CARTA DE PRINCÍPIOS RECICLAMP**



***Antonio da Costa Santos, Divipaz, Projeto Reciclar, Recoopera, São Bernardo,  
Unidos na Vitória***

---

Campinas, 9 de dezembro de 2006

Cooperados e Cooperadas das Cooperativas/Associação que formam a Central de Vendas Solidária assumem compromisso com os princípios dessa Carta. Estes princípios também servirão de critério para a participação de outras Cooperativas na Central de Vendas Solidária e para estabelecer relações com parceiros. Os Cooperados e Cooperadas reconhecem que em função da precariedade da situação atual de algumas das Cooperativas, os sete empreendimentos restringem esses compromissos às condições de trabalho, organização dos empreendimentos, educação, relação com a Central de Vendas Solidária e comunidades do entorno e questões éticas:

***Ser Cooperativas/Associação autogestionárias de coleta, manuseio e comercialização de materiais recicláveis, legalmente constituídas;***

***Respeitar a saúde do(a) trabalhador(a), significa ....***

... utilizar os EPIs – Equipamento de Proteção Individual; manter em dia a vacinação contra tétano e hepatite C e implementar outras medidas que a incubadora ou o próprio grupo desenvolvam com esse objetivo;



## **CARTA DE PRINCÍPIOS RECICLAMP**



**Antonio da Costa Santos, Divipaz, Projeto Reciclar, Recoopera, São Bernardo,  
Unidos na Vitória**

---

**Adotar atitudes seguras no ambiente de trabalho,** significa ...

... fumar somente em local apropriado; manter extintores de incêndio em condições de uso e os Cooperados treinados;

**Adotar atitudes de respeito ao meio ambiente,** significa ...

... dar a destinação correta às pilhas, baterias e lâmpadas; não queimar material; dar destinação ambientalmente correta aos rejeitos;

**Ocupar-se sempre com a qualidade do material,** significa ...

... melhorar continuamente a qualidade da separação dos materiais e da prensagem dos fardos;

**Adotar atitudes éticas,** significa ...

... não comercializar material de origem ou destino duvidoso; não explorar mão de obra infantil e mão de obra escrava; não se relacionar com empresas ou entidades que exploram mão de obra infantil e mão de obra escrava; não comprar material de catadores;



## **CARTA DE PRINCÍPIOS RECICLAMP**



***Antonio da Costa Santos, Divipaz, Projeto Reciclar, Recoopera, São Bernardo,  
Unidos na Vitória***

---

***Incentivar a continuidade dos estudos***, significa ...

... criar na escala de trabalho da Cooperativa as condições para que Cooperados e Cooperadas possam participar dos programas de formação da Central de Vendas Solidária, bem como dos programas oficiais e extra-oficiais de ensino, como no caso de programas de alfabetização de jovens e adultos; dar condições aos Cooperados e Cooperadas para que seus filhos e filhas possam realizar seus estudos;

***Desenvolver boas relações com a comunidade do entorno***, significa ...

... manter o espaço da Cooperativa limpo e organizado; ter cuidado com o patrimônio alheio quando realizar coleta em residências, condomínios e empresas; respeitar/dialogar sobre a dinâmica da comunidade local.

***Realizar a venda de materiais coletivamente*** através da Central de Vendas Solidária, que é coordenada pelo Conselho Gestor, composto por um representante de cada uma das sete Cooperativas/Associação integrantes da Central.

***Respeitar as decisões tomadas pelo Conselho Gestor da Central de Vendas Solidária.***

### Anexo III - Composição das Categorias de Análise

Qte Pré-Ind	Pré-Indicadores	Indicadores	Núcleos de Significação / Categorias de Análise
	Trechos das falas dos entrevistados	A cada conjunto de falas com temas do mesmo assunto foram criadas sínteses que classificamos como indicadores	Os indicadores foram aglutinados por conjunto do mesmo assunto e chegamos a um tema central que classificamos como núcleos de significação e transformamos em categorias de análise. Nestas categorias voltamos aos trechos das falas e realizamos a interpretação das expressões dos entrevistados por meio dos sentidos e significados do coletivo, onde aparecem as crenças, valores e práticas que constituem a dimensão subjetiva.
1	1	(...) no âmbito das reuniões que a gente frequentava, as cooperativas eram procuradas por compradores de um determinado material e elas acabavam convidando esses compradores para frequentar essa reunião, aí que o comprador chegava lá na reunião (...) interessado em um tipo de material que era gerado pelas cooperativas ... e a gente não tinha até então, nós não fazíamos a segregação do material (Rede Reciclamp)	1.1. Constatação da necessidade de constituir uma rede e qualificar as cooperativas para atenderem o mercado
2	2	Conveniência das seis cooperativas agrupando aquele material a gente formava uma carga por mês ... Então teve essa convergência positiva (Rede Reciclamp)	
3	3	A Reciclamp surgiu dentro do projeto pela necessidade de ter um mecanismo que pudesse fazer as vendas e que pudesse levar para as cooperativas uma condição técnica e profissionalizante de identificar tecnicamente os materiais. (Rede Reciclamp)	
4	4	(...) foi no Cataforte I e II que a gente começou a ver como seria uma rede, quais seriam as necessidades e as dificuldades (...) como entender a logística ter um caminhão (...) receber o conhecimento de como cuidar de um bem que é para todos. (RVS)	
5	5	Três fatores motivaram a criação da rede: o primeiro fator foi ter o bairro do Guapiruvu como referência de desenvolvimento local ... a questão do mercado com agroecologia e economia solidária; o segundo fator é que o município de Sete Barras é rural então precisa fortalecer; o terceiro fator é que por ser rural tem uma gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que impulsiona; e o quarto fator era ter duas cooperativas fortes do ponto de vista da viabilidade econômica, que foram alavancadas pelo PNAE e PAA, e são fundamentais no desenvolvimento da viabilidade econômica. (Rede Vale do Ribeira)	
	6	As pessoas vêm porque elas estão excluídas. (Rede Vale do Ribeira)	
	7	As pessoas não vêm por opção, elas vêm por falta de opção. (Rede Vale do Ribeira)	
6	8	Pautada pelo movimento sindical essa Política Pública criou a possibilidades de cooperativas em N lugares no Brasil. (Rede Vale do Ribeira)	1.2. A importância da formação e da participação política para a constituição de redes
	9	Muitas cooperativas da Agricultura Familiar nasceram a partir da motivação, impulsionada pela implementação das Políticas Públicas. (Rede Vale do Ribeira)	
7	10	O próprio ministério da agricultura fomentou o debate para a criação de cooperativas, e os agricultores se viram na necessidade de criar as cooperativas (Rede Vale do Ribeira)	
8	11	aí você tem que conversar com as cooperativas para trabalhar em rede ... atuar em rede quando aumenta o mercado (Rede Vale do Ribeira)	
9	12	As cooperativas da agricultura familiar foram criadas a partir da implantação das políticas públicas do PAA e PNAE (Rede Vale do Ribeira)	
	13	(...) também criou o CEPAT-Central de Atendimento ao Trabalhador, que era um departamento que daria apoio para as cooperativas, como é feito hoje, daria apoio também para a Economia Solidária em geral e pra todo trabalhador (Rede Reciclamp)	
			1.PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS REDES

10	14	Sem programas de políticas públicas como o PAA e o PNAE a agricultura familiar não tem como existir economicamente (Rede Vale do Ribeira)	2.1. Políticas Públicas - Possibilidades <i>versus</i> Vulnerabilidade	2. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PORTA DE ACESSO
11	15	No PAA houve retrocesso, operamos hoje com apenas 10%, e o PNAE é o que está sustentando (...) temos contratos por 6 meses via editais, em alguns municípios (Rede Vale do Ribeira)		
12	16	O PNAE é diferente das outras políticas de comercialização como o PAA, era política de governo e se tornou em política de Estado. (Rede Vale do Ribeira)		
	17	Além dos desafios encontrados na estrutura do estado há o desafio social de convencer e mobilizar a população de que a luta é legítima já que os meios de comunicação são um dos primeiros a se opor aos movimentos sociais. (Rede Vale do Ribeira)	2.2. Políticas Públicas e a necessidade da participação e reivindicação pela sociedade	
	18	É preciso ter claro qual é papel do estado e qual é o da sociedade. Além disso a conscientização se dá em forma de luta e participação social. (Rede Vale do Ribeira)		
13	19	Se você tiver organização social você vai buscar as políticas públicas (...) as políticas públicas vêm a partir do protagonismo da comunidade, a partir da comunidade entender que a democracia não é representativa ela é participativa (Rede Vale do Ribeira)		
14	20	O progresso alcançado até os dias atuais motiva a não desistir da luta por uma política pública que possa ajudar as cooperativas. Além disso, a necessidade de união entre os vários grupos que fazem parte da economia solidária. (RVS)		
	21	O desafio de evitar o comodismo, já que as motivações são minadas devido às dificuldades e quando se conquista algo pode trazer a sensação de desafio cumprido. Nesse sentido as Redes fortalecem o lado do grupo para que se apoie todos que fazem parte do grupo evitando o comodismo por parte dos membros. (RVS)		
	22	Na geração de renda, possibilitou o cara viver melhor, isso potencializou, se automatizou, conseguiu empréstimo e adquiriram veículo, carro, moto (...) acesso ao financiamento, graças ao movimento maior que é a pauta da Agricultura Familiar ao nível nacional (Rede Vale do Ribeira)		
15	23	Se aconteceu essa política é porque houve luta, estabeleu-se um governo que dialoga (Rede Vale do Ribeira)		
16	24	É na questão da consciência né ... porque ajudou a constituir a política constitucional, sabe a trajetória que foi, respeita e valoriza, entende o esforço do processo. Reconhece que o benefício veio da luta (Rede Vale do Ribeira)		
	25	na questão de políticas públicas é somente com a união, nem todos podem ir até Brasília para representar o grupo, mas sempre alguém do grupo deve fazê-lo e falar em nome da Economia Solidária. (Rede Reciclamp)		
	26	A gente que vive dos projetos, desde 2012 até hoje, temos isso em consciência (RVS)	2.3. Políticas Públicas e o acesso a oportunidades para o fortalecimento	
17	27	Estamos hoje com parcerias, apoios e projetos. A importância de fortalecimento hoje das redes é através de projetos, parcerias e apoios (...) que veio da logística reversa nos apoiar (RVS)		
18	28	Os recursos públicos que vieram, que abriram o caminho, que deu toda essa condição depende muito do momento político que o país vive, por exemplo hoje estamos na retração de recursos públicos. Não há um entendimento do atual governo (...) Mas isso também trouxe mais um amadurecimento (Rede Reciclamp)		

19	29	(...) aprendemos sobre logística, o que abriu a nossa mente (...) teve apoio técnico, cursos, reuniões pra gente entender o que era uma rede e logística, como entender a logística, ter um caminhão e receber o conhecimento de como cuidar de um bem que é para todos.(RVS)		
20	30	Dentro da nossa formação duas questões que acho que foi o marco zero pra se tornar um negócio, que era a inclusão de todos os cooperados no INSS que é importante e o capital de giro, que daí a gente já começou a trabalhar a ideia de quando a gente não tiver recurso do projeto a gente precisava sobreviver, então ao longo dos dois anos em que transitou esses recursos, a gente, quando digo a gente, a Reciclamp através de instrução técnica do CRCA já foi disciplinando a contabilidade, pra gente saber o que a gente precisa, quanto de recurso que a gente precisava ter todo mês pra que a rede continuasse sem o recurso público.” (Rede Reciclamp)	3.1. A importância da formação para a organização e constituição da rede com resultados exitosos	
21	31	O sucesso da Reciclamp é exatamente isso, é a orientação que a gente teve para tomar esses cuidados e pra você ter esse olhar, saber que a gente tá no âmbito da economia solidária, a gente é cooperativa de catadores, mas a gente está em um negócio e um negócio importantíssimo pra trazer retorno, pra tirar as pessoas que estão desiludidas, que acha que não tem mais condição de trabalhar, que já bateu em várias portas ... trazer essa oportunidade e a inserção dessa pessoa, isso pra mim é um viés importantíssimo. (Rede Reciclamp)		
22	32	Na RVS foi feito o próprio projeto, já ficou um valor específico para esse tipo de necessidades. Existe muita rotatividade nos grupos, alguns grupos estão em outro patamar, com outra visão de profissionalismo e a rotatividade diminuiu bastante. Mas em alguns grupos ainda saem muitas pessoas e pessoas novas entram, então a gente vê a importância de manter os grupos com cooperativismo, fazer com que eles tomem conhecimento do porque existe uma rede, porque aquela cooperativa tem um compromisso com a rede. Então isso vai da necessidade daquele grupo de identificar a necessidade que ele tem, e no próprio projeto a gente tem essa estrutura para dar formação, para dar curso, para dar forma de o grupo saber como estão os desenvolvimentos desses projetos junto com as redes de parcerias. (RVS)	3.2. A importância da formação permanente	3.FORMAÇÃO CONTÍNUA, PROFISSIONAL E CIDADÃ
23	33	A dificuldade que tem é que as cooperativas compreendam que a rede somos nós, a rede é movida por todos os cooperados. (Rede Reciclamp)		
	34	Construir a consciência no âmbito do conselho gestor que a formação é necessária, tem a força institucional do regimento interno e do estatuto mas não é cumprido, então temos que fazer cumprir o que está ali. (Rede Reciclamp)		
24	35	Necessário ainda muita formação (...) quando eles constituíram o debate era única e exclusivamente o mercado, a cooperativa não propicia o debate, do direito como um todo (...) é um debate de formação contínua, porque uns irão sair outros entrar (...) se não tiver organizado como tal (Rede Vale do Ribeira)		
	36	Estamos nos reunindo com grandes agricultores (grandes pra nós ...risos), fizemos cinco reuniões com eles. O Agricultor Familiar daqui o que ele faz, ele produz e vende e acabou (...) e a gente quer um agricultor que saiba pensar (Rede Vale do Ribeira)	3.3. Desafios da Formação	
25	37	Temos que começar a formar pessoas introduzindo essa questão política que não é só com o empreendimento, a consciência política de quem está nesse meio de economia solidária, é como cidadão, contribuir com o país, com o seu em torno, com o seu bairro, com as escolas, é uma consciência política mais ampla. Não é somente para a luta do seu empreendimento, nem do seu segmento. (Rede Reciclamp)		

	38	Falta muito de formação em cooperativismo e economia solidária, tem discussões sobre a questão do mercado, da solidariedade, tem discussões homéricas aqui, falta, falta ... que não é simples. Agora se eu vou propor um curso (...). Quem quer fazer o curso? não vem (...). Se a pessoa não tiver vindo, não tiver praticando (...) nós não acreditamos nesse negócio de colocar todo mundo numa sala e ficar explicando as coisas para as pessoas (...) Pessoas que não tem ensino fundamental. Eles não conseguem absorver isso (...). Eles conseguem absorver isso, se entrar na cultura, no dia a dia, no hábito, isso só entra no hábito se a pessoa começar a praticar isso. (Rede Vale do Ribeira)		
26	39	<b>Aprender na prática, a economia solidária tem que transformar isso em hábito (Rede Vale do Ribeira)</b>		
27	40	<b>Estamos tentando fortalecer do ponto de vista do capital pra mostrar que somos eficientes. Mostrar a viabilidade e o limite está na conscientização dessas pessoas. O limite está em qualificar do ponto de vista dos princípios e gerar a viabilidade (Rede Vale do Ribeira)</b>		
	41	Criamos uma aliança entre duas cooperativas para desenvolver o cooperativismo e a economia solidária em Sete Barras (...) mas isso funciona? (...) a gente tem dificuldades extremas para cooperar as duas cooperativas porque as cooperativas são feitas de indivíduos e indivíduos tem entendimentos diferentes de cada realidade (...) por exemplo em uma cooperativa tem pessoas que defende que a lei do mercado é que vai resolver tudo. Então não é fácil essa ... essa interpretação e uma metodologia de conciliação. Sempre há debates fervorosos sobre essa questão ideológica. (Rede Vale do Ribeira)		
	42	Então não é simples assim, então são duas cooperativas e eu estou falando que não é fácil assim, nós estamos desenvolvendo, chegamos a abandonar um pouco isso e estamos voltando a discutir isso porque as cooperativas estão melhores do ponto de vista econômico, precisamos voltar a discutir a qualificação do ponto de vista político. (Rede Vale do Ribeira)		
	43	Hoje o que nós criamos entre a Cooperativa X e a Cooperativa Y[1] (...) é uma aliança, integração das duas é quase impossível, a gente tem uma aliança das duas (...) mas bem difícil, a direção da Cooperativa X tem uma visão boa de solidariedade mas da Cooperativa Y vocês vão conhecer as dificuldades que nós temos, o pessoal é muito mais conservador lá do que nós aqui, e eu sou cooperado nas duas. (Rede Vale do Ribeira)		
28	44	<b>Quando você faz no local você gera tecnologia, você gera renda no local, se tem aí uma série de situações, você obriga as pessoas, viu que é legal, que o A..., falou as pessoas não brigam porque não querem, brigam porque querem, então é legal, é um acesso pra eles e o conflito é bom, porque é o conflito que gera energia, o conflito que faz as pessoas andar. (Rede Vale do Ribeira)</b>		
29	45	Eu sai chorando das reuniões, teve briga de facão, chegava chorando em casa, minha mulher mandava eu sair, eu cheguei a perder o controle ir para as vias de fato, <b>é uma situação muito complexa de mudança de hábito, mas nós não desistimos e hoje eu sinto orgulho por isso.</b> (Rede Vale do Ribeira)		
30	46	No comum o cooperado sinceramente ele não é muito interessado pra essas coisas mas como a gente tem ferramenta já institucionalizada que a gente precisa fazer a prestação de contas mensal, obrigatoriamente ele tem que interagir nessa prestação de contas, então ele recebe o conhecimento mesmo involuntário. (Rede Reciclamp)		
			4.1. Os desafios do processo de autogestão	4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AUTOGESTÃO
			4.2. Criação de Metodologia para a vivencia da Autogestão	

31	47	Agora importante que a gente criou dentro de Sete Barras (...) esse desafio de fazer uma rede local bem pequenininha, e aí que a gente criou os NICOS, isso aqui (esse espaço) é um NICOS. NICOS é Núcleo de Integração e Cooperação Solidária (...) a ideia é que isso vá se introduzindo e incluindo na nossa cultura (...) Foi dentro do projeto redes que a gente criou essa ferramenta que a gente tá chamando de integração (Rede Vale do Ribeira)		
32	48	Nas cooperativas os espaços são ecumênicos, a gente tem lá o evangélico protestante, o católico... a oração do pai-nosso é universal, então praticamente todas as cooperativas começam com uma oração do pai nosso. Fazem uma reflexão do dia anterior e uma projeção para o dia atual ... olha hoje a gente precisa fazer isso ..., faz um agradecimento à Deus e um pedido de benção para o dia, pra vivenciar um bom dia de trabalho, isso se soma para um bom ambiente de trabalho. (Rede Reciclamp)		
	49	Pra chegar aqui foi muito difícil. Fazer eles por exemplo acreditarem. (Rede Vale do Ribeira)		
	50	Essa ideia de autogestão, ela não é só uma ideia, ela é aplicada de forma concreta (Rede Reciclamp)		
	51	Mas é um desafio da liderança fazer dar certo ... isso é importante (Rede Vale do Ribeira)		
	52	Lá no Guapiruvu vocês vão ver uma coisa, tem 3 tratores que 150 famílias usam, então tem 3 tratores, imagina você fazer a gestão de 3 tratores e sabe quantas pessoas dirige 3 tratores ? 56 pessoas, então o cara , né, tem 56 pessoas credenciadas, né então imagina como que você faz isso nesse capitalismo cruel que é, né então as pessoas aprenderam a trabalhar, usar equipamento junto . O Guapiruvu é um ... é fato que ainda tem problema mas o Guapiruvu assim eu considero como um local que o cooperativismo tá muito arraigado, depois de 20 anos de luta né, então por isso que é importante na economia solidária olhar isso ... usar esse ... agora é um local pequeno com 150 famílias e então e aqui é novo é bem novo e é importante a gente lembrar disso onde o pessoal já tá e tem recurso , tem recurso pra sobreviver o individualista é mais forte, porque se o cara tem seu carrinho, tem telefone para vender a banana dele, se ele pode ser autossuficiente ele não se pega com o outro, é mais difícil de você fazer. (Rede Vale do Ribeira)		
33	53	Cada um tem que assumir sua responsabilidade, a cooperativa é uma união de pessoas e funciona como um corpo, aonde cada parte depende uma da outra. Assim é na cooperativa se o caminhão não trabalha, a esteira não trabalha, o galpão não trabalha (...) um corpo não se separa das partes para andar, e assim deve ser a cooperativa todos devem trabalhar juntos, em comum acordo, cada um fazendo a sua parte para atingir o objetivo e o que for melhor para o grupo. (RVS)		
34	54	(...) o tempo foi me ensinando sobre como trabalhar e absorver os valores ... mas para as pessoas é difícil tem gente que trabalha uma semana, um mês e eu dou a benção de ir com o Deus para a empresa do sistema capitalista, fazemos o possível para a pessoa ficar, estávamos com 20 e agora com 12 ou 13 mas esses são os que estão desde o início há dez anos (Rede Reciclamp)	4.3 Autogestão responsabilidade organizacional coletiva institucional e operacional	
35	55	Saúde e segurança do trabalhador devem fazer parte do dia-a-dia e não apenas no momento de visitas de pessoas no local. O aspecto visual é importante é um bem, se você está em um local de trabalho organizado isso faz bem para a sua mente. É costumeiro se descuidar dessa parte e achar que isso não é importante. É costumeiro se preocupar com triagem do material, processar e vender e não cuidar do espaço físico onde você está trabalhando. Essas são as maiores dificuldades que a gente tem. (Rede Reciclamp)		

36	56	<b>Parte institucional tem custos (...)</b> A gente construiu isso numa forma de regimento interno em que as pessoas participavam dando o aval positivo para depois participar, visando o bem-estar do cooperado, enquanto estiver no local. (Rede Reciclamp)		
	57	Na zona rural, todas as pessoas estavam excluídas (...) os extrativistas são considerados bandidos aqui, são muitas questões ... como vai ser ?, como vamos vender ? Não é simples, a pessoa vai mudar a vida dela, precisa construir uma relação de segurança ... não é simples, sair do dia-a-dia de cada um, a dinâmica é muita complexa, tem alguns que viram a vida do outro mudar, certo! ... vou dar números, eram setenta e cinco extrativistas, setenta conseguiram mudar, cinco voltaram para o sistema anterior até por uma questão de resistência ... voltaram a ser extrativistas, agora vamos ter que mudar os filhos ... o Estado persegue, coloca o homem preso, mas o extrativista continua no seu modo de vida, com a sua boa-fé. (Rede Vale do Ribeira)		5.SUSTENTABILIDADE UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E GERAÇÃO DE RENDA
37	58	<b>Hoje nós temos um avanço na RVS ... o da educação ambiental, a gente sabe que a educação ambiental dentro dos condomínios, nas empresas, a importância de se ter um grupo para isso. Você divulgar o trabalho, falar do nosso profissionalismo, da qualidade do material, da importância desse material com qualidade ... a gente sabe o respaldo que isso dá na cooperativa. Das sete cidades envolvidas, quatro já estão fazendo educação ambiental. Sabemos que a importância da divulgação, é necessária pelo avanço que teve a educação ambiental dentro da cidade. Já teve cooperativa que aumentou de 40 a 50 toneladas, com uma educação apenas de quinze dias. Então a gente vê o avanço que é uma divulgação. (RVS)</b>		
38	59	<b>Agora legal lembrar assim, que é ... é ... tem toda uma questão estratégica demais. Primeiro que é uma reversão de modelo, né! (...) então a gente está discutindo um novo modelo, nasce um novo modelo, nasce no Guapiruvu, nasce no Guapiruvu essa questão de localização, essa questão territorial, e discutir por exemplo a questão cultural, de fazer agroecologia, de desenvolver a economia solidária, né! (Rede Vale do Ribeira)</b>		
	60	Estamos discutindo um novo modelo (...) é um desafio da liderança fazer dar certo. (Rede Vale do Ribeira)		
39	61	<b>Nosso desafio é potencializar a rede com qualidade do ponto de vista do desenvolvimento e da interpretação para fortalecer e potencializar o cooperativismo isso é um desafio, é importante qualificar cada cooperativa dentro do arranjo da rede (Rede Vale do Ribeira)</b>		6.1. Os pequenos EES se unem para saírem do isolamento, se fortalecerem e superarem os desafios
40	62	No caso da economia solidária que são os grupos de empreendimentos coletivos, as dificuldades são tão grandes e tão constante. A gente se junta, um grupo pede socorro, aparecem dificuldades que a rede sana. (RVS)		
41	63	<b>Quando a rede vem para o fortalecimento, nós sentamos nos grupos, com reuniões mensais, nos organizamos e decidimos o que é importante para cada grupo, verificamos quais as necessidades de cada grupo e procuramos dar um rumo para aquele grupo que está perdido, pois a rede veio para fortalecer, pensando nos pequenos, para eles poderem, pelo menos, se igualar aos grandes e gerar os resíduos suficientes para poderem manter os seus grupos, poder sobreviver. (RVS)</b>		
	64	A rede é uma forma de fortalecimento, através desse apoio, hoje estamos com uma frota de 15 caminhões para o fortalecer a coleta seletiva. Muitas prefeituras cortaram os caminhões. Algumas cooperativas reduziram o número de caminhões, outras ficaram sem nenhum. Então, nesse projeto vieram várias coisas, equipamentos, reformas, (...) (RVS)		
				6. ESTRATÉGIAS PARA SUPERAR OS DESAFIOS DO MERCADO

	65	Existe o suporte para que pequenas cooperativas não deixem de existir, ajudamos no que for necessário para que aquele grupo não pereça. Com as mudanças de prefeitura, com as mudanças administrativas municipais, muitas cooperativas estão sendo destruídas, acabam se fechando. A gestão vem com muitas burocracias (...) por isso é importante essa forma de fortalecimento para que os pequenos se levantem e consigam sobreviver nessa lógica do mercado. (RVS)		
	66	A participação é pela sobrevivência (...) o pessoal aqui é mais generoso, paga melhor o produto (Rede Vale do Ribeira)		
	67	Cada cooperativa faz a sua comercialização e a Coopercentral faz a distribuição. (Rede Vale do Ribeira)		
	68	A Coopercentral trabalha para desenvolver a distribuição, com a capacidade de oferta que cada cooperativa tem (Rede Vale do Ribeira)		
	69	Hoje já temos contato com a rede de São Paulo, com a rede carioca, rede paulista, trocamos experiência com outras redes para saber as dificuldades que eles têm, os avanços que tiveram ... Temos uma cooperativa hoje que está no patamar de prestação de serviço, já presta serviço com retorno, podemos dizer, bom, dentro da logística reversa para a prefeitura, tem um contrato que já renovou por três anos e está na terceira fase. Hoje tendo a rede no projeto com a prefeitura, nós conseguimos um avanço e mostrar para a prefeitura a capacidade de uma cooperativa com compromisso e responsabilidade fazer prestação de serviço no município. (RVS)		
	70	na política pública ... desafio de fazer o diálogo com os mercados institucionais (Rede Vale do Ribeira)		
42	71	O mercado convencional, e não estou falando do produto convencional, o mercado convencional ainda é precário, muito precário pra nós, é a história que a gente estava discutindo antes (...) Ontem tivemos aqui uma discussão sobre mercado, <b>o mercado convencional é quase impossível de competir com as grandes empresas, e como a gente tem um produto agroecológico, (...) o que nós estamos fazendo aqui é uma experiência com o nosso produto, a pupunha. A pupunha é um produto novo no mercado e muito perecível, ela tem de 7 a 10 dias e tem que usar muito geladeira. Então não tem sido fácil (...)</b> a questão é o PNAE e PAA. (Rede Vale do Ribeira)		
	72	Quando você vai desenvolver um projeto, a gente vai expor as necessidades e os compromissos de cada um. A gestão da Rede hoje são as mesmas pessoas que fazem a gestão dos grupos. Temos estatuto, temos ata, assembleias, diretoria, que são eleitas pelos próprios grupos. O máximo de transparência possível. Por isso é importante a diretoria vir do próprio grupo de cooperativa e empreendimentos de economia solidária. Ter um foco no empreendimento. (RVS)		
43	73	<b>Os empresários envasam e nós não conseguimos fazer isso ainda porque tem toda uma legislação complexa que nós vamos ter que superar e nós não chegamos nesse ponto ainda. Mas o carro chefe é a banana (Rede Vale do Ribeira)</b>		
	74	Nossa perspectiva futura é muito positiva, existe um grande campo que a gente pode atuar na prestação de serviços. Já temos parceria com condomínios, eles pagam pela coleta (...) o setor de logística da PUC Campinas nos ajudou a desenvolver uma planilha com a qual pudemos demonstrar essa necessidade. De três anos para cá passamos a ter parcerias nas quais os usuários dos nossos serviços de diversos ramos pagam pela coleta. (Rede Reciclamp)		
	75	Temos a política de ir atrás de novos clientes, mas primeiro vamos cuidar bem do que a gente tem, vamos lá saber se estamos coletando bem, se eles querem que a gente vem dar uma palestra, se quer que a gente ofereça uma oficina para as crianças. Tudo isso faz parte desse contexto de investimento positivo para... (Rede Reciclamp)		
			<b>6.2. Prospecção de novos produtos ou serviços e as expectativas com o futuro</b>	

44	76	<b>Já tem empresas que buscam pela cooperativa de forma espontânea, mas para atende-las é necessário estrutura. Criamos um plano de negócio que demonstra nossa atuação na região. Esse dinheiro novo que entra está dando condição para que as cooperativas possam investir em infraestrutura, temos o exemplo de uma cooperativa que comprou sozinha uma empilhadeira, isso não acontecia anos atrás. Antigamente o catador não tinha condições de montar um negócio institucional legal, com essa visão de poder prosperar. (Rede Reciclamp)</b>	6.3 O planejamento e a busca da viabilidade econômica
	77	Existe uma confusão grande do que é uma cooperativa empresarial e uma cooperativa da economia solidária e elas acabam sendo cooptadas pelo sistema (Rede Vale do Ribeira)	
	78	A gente fazia um planejamento o CRCA ajudava a gente a fazer um planejamento (Rede Reciclamp)	
45	79	<b>É importante dedicar tempo em planejamento, em reunião, conhecer outros planejamentos, isso é a alma do negócio. Caso não haja esse tipo de envolvimento, sobrevive-se por um tempo, mas a tendência é caminhar para trás. Sem inovação facilita para que o grupo fique vulnerável. (Rede Reciclamp)</b>	
	80	Tem que ter planejamento, tem que ter em primeiro lugar a questão institucional legal, porque senão, não se consegue vender o material para a empresa, não se consegue capitar o material de um parceiro, de uma ONG, ou de uma empresa que esteja interessada em investir ou fazer parceria. (Rede Reciclamp)	
46	81	<b>Quando acabou o projeto, acabou o recurso a gente já tinha um caixa para capital de giro, a gente já tinha uma gestão bem aplicada dos recursos, a gente já tinha a parte institucional da Reciclamp legalizada. (Rede Reciclamp)</b>	
	82	A Coopercentral é uma continuidade com um certo desenvolvimento. A Coopercentral é um avanço, é uma ascensão da Rede Sete Barras (...) é uma qualificação da rede do ponto de vista do mercado, da comercialização, da estruturação mas não é uma qualificação da rede do ponto de vista político, do ponto de vista do desenvolvimento do cooperativismo, do ponto de vista do entendimento do envolvimento do que é rede. (Rede Vale do Ribeira)	
	83	a gente nas muitas fases do ano, que a gente já sabe que tem altos e baixos, faz planejamento e faz planejamento de acordo com a situação em que está o país. Então isso trouxe e a gente vem trabalhando nessa forma, então toda vez que tem retração dentro do país a gente faz uma avaliação, vê onde a gente pode melhorar nossos ganhos, vê onde a gente pode diminuir os nossos custos para sobreviver. (Rede Reciclamp)	
47	84	<b>Porque nós decidimos ampliar a rede numa proposta de aumentar a renda por que houve um entendimento das lideranças, dos representantes que se melhorássemos da viabilidade econômica dessas comunidades nós iríamos melhorar a percepção política também a consciência política das pessoas em relação ao que nós queremos, ao protagonismo, ao destino de cada um em relação a autogestão, em relação a autonomia, e criar uma interdependência. Então a ideia era gerar renda criar autonomia, criar interdependência e a partir dali poder, poder coordenar ... no escopo da economia solidária. (Rede Vale do Ribeira)</b>	

	85	A gente não tinha condição de acumular o material, outra nós não tínhamos capital de giro pra isso (Rede Reciclamp)		
	86	Então foi quando o CRCA propôs de fazer uma renovação de contrato com a Petrobras após o vencimento do primeiro e neste colocou recurso para a criação da rede (Rede Reciclamp)		
	87	(...) quando a gente criou o projeto da Petrobras na 2ª versão junto com o CRCA, uma parte do recurso era para fazer uma pesquisa, pra 1 caminhão, recurso pra poder ter um espaço e recurso pra poder fazer formação, né, então quando a gente começou a fazer o trabalho, é, o nosso primeiro trabalho foi fazer uma pesquisa no mercado das indústrias pra conhecer como era que a gente deveria adequar o nosso material pra que a gente chegasse a indústria. (Rede Reciclamp)		
	88	Viabilizar economicamente, pra depois buscar a qualificação, o ideal é fazer concomitante, mas não conseguimos fazer dessa forma ainda (Rede Vale do Ribeira)		
48	89	<b>Na cooperativa a gente não é descartado porque a idade chegou, formei uma filha professora, com o meu trabalho, hoje tenho uma filha professora, que educa adultos e crianças, sou valorizada pelo que eu faço, é um orgulho pra mim. Temos dificuldades, mas estamos todos aqui, é uma família (RVS).</b>		
	90	Não é somente você olhar para o que está ganhando em valores mas é olhar para o que você está ganhando em saúde, fazendo redução de horário, ou seja, gerando um ambiente melhor fazendo um investimento em infraestrutura ... as vezes coisa simples, uma janela que você abre e ventila mais o barracão e traz um condição melhor (Rede Reciclamp)		
49	91	<b>O sucesso não é só a renda, eu acho que a renda é muito importante, é a razão do negócio existir mas se você só olhar por isso, a coisa se torna vazia, você pode fazer aventuras pensando na renda e destruir seu negócio, então eu acho que a essência do negócio é o conceito solidário, junto com a visão que a gente está dentro de um negócio, a ética se soma muito e o esforço individual de cada um para que a rede seja bem sucedida. (Rede Reciclamp)</b>	6.4. O fortalecimento da rede através das mudanças de valores, hábitos, costumes e práticas	
50	92	<b>Nas cooperativas os espaços são ecumênicos, a gente tem lá o evangélico protestante, o católico... a oração do pai-nosso é universal, então praticamente todas as cooperativas começam com uma oração do pai nosso. Fazem uma reflexão do dia anterior e uma projeção para o dia atual ... olha hoje a gente precisa fazer isso ..., faz um agradecimento à Deus e um pedido de bênção para o dia, pra vivenciar um bom dia de trabalho, isso se soma para um bom ambiente de trabalho. (Rede Reciclamp)</b>		

93	Essa entidade frequentava esse fórum de discussão com a gente, e via o potencial que a gente tinha de melhoria de renda, mas também sabia das limitações que a gente tinha. (Rede Reciclamp)	1. <b>Potencial versus Limitações</b>	7.CONTRADIÇÕES ENFRENTADAS NO COTIDIANO DAS REDES
Estratégia	A Coopercentral é uma continuidade com um certo desenvolvimento. A Coopercentral é um avanço, é uma ascensão da Rede Sete Barras (...) <b>é uma qualificação da rede do ponto de vista do mercado</b> , da comercialização, da estruturação mas <b>não é uma qualificação da rede do ponto de vista político, do ponto de vista do desenvolvimento do cooperativismo</b> , do ponto de vista do entendimento do envolvimento do que é rede. (Rede Vale do Ribeira)	2. <b>Consciência econômica versus Consciência política</b>	
Auto gestão	Então não é simples assim, então são duas cooperativas e eu estou falando que não é fácil assim, nós estamos desenvolvendo, chegamos a abandonar um pouco isso e estamos voltando a discutir isso porque <b>as cooperativas estão melhores do ponto de vista econômico, precisamos voltar a discutir a qualificação do ponto de vista político.</b> ” (Rede Vale do Ribeira)		
Formação	Criamos uma aliança entre duas cooperativas para desenvolver o cooperativismo e a economia solidária em Sete Barras (...) mas isso funciona? (...) a gente tem dificuldades extremas para cooperar as duas cooperativas porque as cooperativas são feitas de indivíduos e indivíduos tem entendimentos diferentes de cada realidade (...) por exemplo em uma cooperativa tem pessoas que defende que a lei do mercado é que vai resolver tudo. Então não é fácil essa ... essa interpretação e uma <b>metodologia de conciliação</b> . Sempre há debates fervorosos sobre essa <b>questão ideológica</b> . (Rede Vale do Ribeira)	3. <b>Ideologia versus Metodologia de conciliação</b>	
94	O desafio no nosso caso, é o entendimento do empreendimento. A gente tem um <b>conceito solidário</b> desde a ideia de se formar uma rede, <b>mas somos um negócio</b> de onde as pessoas tiram seu sustento. (Rede Reciclamp)	4. <b>Conceito solidário</b> (princípios de igualdade, democracia e solidariedade / valor ser humano ) <b>versus</b>	
Formação	Estamos tentando fortalecer do ponto de vista do capital pra mostrar que somos eficientes. Mostrar a viabilidade e o limite está na conscientização dessas pessoas. <b>O limite está em qualificar do ponto de vista dos princípios e gerar a viabilidade.</b> (Rede Vale do Ribeira)	<b>Negócio</b> (Lógica do mercado-sistema capitalista / desigualdade, sistema autoritário e predatório / valor capital) objetivo atingir a viabilidade econômica	
52	94		